U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

SOCIOLOGIA
[ESPECIALIZAÇÃO EM DESIGUALDADES E INTERVENÇÃO SOCIAL]

Sinergias na Rede Social de Santo Tirso: o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Rui Santos

M

2026



Rui Santos

Sinergias na Rede Social de Santo Tirso: o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Cristina Parente

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026

Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

À minha Mãe e em memória do meu Pai

Sumário

Declaração de honra / Declaration of Honour 6
Agradecimentos 7
Resumo 8
Abstract 9
Índice de Figuras 10
Índice de Tabelas 11
Índice de Gráficos 12
Lista de abreviaturas e siglas 13
Introdução 14
Capítulo 1 – Sobre o papel das redes no quadro das organizações e das políticas sociais 18
1. Ponto de partida: a organização societal e sua evolução 18
2. As políticas sociais, o Estado-providência e notas sobre o contexto português 21
3. Do conceito de Rede à emergência do Programa Rede Social 26
4. A importância do capital social no contexto das redes 35
Capítulo 2 – Metodologia de investigação. O caso da Rede Social de Santo Tirso 42
1. Sobre o paradigma pós positivista adotado 42
2. Opções técnicas de recolha e tratamento de informação 43
3. A Rede Social de Santo Tirso: objeto empírico de análise 50
3.1. Enquadramento original: o Programa Rede Social 50
3.2. Enquadramento territorial e populacional 52
3.3. Orgânica e funcionamento da Rede Social de Santo Tirso 53
Capítulo 3 – Análise e discussão de resultados 59
1. Sobre o trabalho desenvolvido pela Rede Social de Santo Tirso 59
2. Caracterização sociográfica dos inquiridos e das organizações 67
3. Caracterização do trabalho em rede 70
3.1. Arranque do trabalho em rede 71
3.2. Motivações para o trabalho em rede 74
3.3. Benefícios do trabalho em rede 76
3.4. Intensidade da rede 80
3.5. Comunicação na rede 84
3.6. Impacto da rede 85

Considerações finais e pistas de investigação futura 89
Referências Bibliográficas 94
Anexos 101
Anexo 1 – Inquérito por questionário aplicado às Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santo Tirso 102

Declaração de honra / Declaration of Honour

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation.

Porto, 16 de setembro de 2026 / *Porto, 16th September 2026*

Rui Santos

Agradecimentos

Um trabalho de investigação nunca é realizado individualmente. Um conjunto de pessoas à nossa volta dão forma ao resultado, seja pelo suporte social que nos prestam – na família, nos amigos, nos colegas de trabalho –, seja pela via dos contributos diretos ou indiretos injetados durante todo o percurso, seja, ainda, pelo apoio institucional que sustenta o processo como um todo.

E é por aí que pretendo iniciar. O primeiro agradecimento vai para a minha orientadora, Professora Doutora Cristina Parente, que, desde o momento em que lhe enderecei o convite, se mostrou totalmente disponível, interessada e incansável na resposta a todas as minhas solicitações. A sapiência que a caracteriza, o domínio do tema e a experiência acumulada ao longo de vários anos de excelência profissional fizeram o resto, tornando a investigação um processo descomplicado.

Em segundo lugar, agradeço ao Município de Santo Tirso, por ter facilitado o acesso a todas as informações que considerámos indispensáveis à pesquisa empírica.

Também no âmbito institucional e em terceiro lugar, quero manifestar o meu agradecimento às Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santo Tirso, cuja disponibilidade de colaboração se revelou nuclear para a concretização do estudo.

Uma palavra às Instituições dos concelhos de Oliveira de Azeméis, Paredes, Póvoa de Varzim, Trofa e Vila do Conde, que colaboraram no pré-teste do questionário administrado, assim como às minhas colegas dos respetivos municípios, que construíram as pontes necessárias.

Sem nomear, para não correr o risco de me esquecer de alguém, não quero deixar de referir os meus amigos, que foram pontuando este trajeto com palavras de incentivo que me impeliam a avançar. Destaco, porém, a Beatriz Cunha, pela colaboração na elaboração do mapa com o enquadramento geográfico de Santo Tirso.

Por fim, agradeço à Sofia e à Matilde, que se viram privadas de centenas de horas de vida familiar, sempre com um apoio e uma compreensão inabaláveis, e sem as quais esta etapa não teria, sequer, iniciado. Obrigado por estarem sempre ao meu lado!

Resumo

A presente investigação analisa o Programa Rede Social e pretende esclarecer se e como esta política pública fomentou uma dinâmica de trabalho em rede nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Santo Tirso, em detrimento de um trabalho numa lógica de silos. Com efeito, e de forma exploratória, tentamos contribuir para um maior conhecimento do trabalho desenvolvido por aquelas organizações, no âmbito da Rede Social de Santo Tirso (RSST), através de uma metodologia quantitativa, assente na administração de um inquérito por questionário às referidas instituições. Complementamos esta abordagem com a análise de documentos produzidos pela RSST e com a participação-observação, triangulando, assim, fontes e informações. Os resultados apurados demonstram uma mudança progressiva de paradigma na forma de trabalhar, imperando uma lógica de trabalho em rede em todas as IPSS do território, após o nascimento da Rede Social no concelho. Foi possível confirmar a existência de uma rede intensa, com impacto, sobretudo, no público-alvo das organizações, não dependente do acesso a financiamento público para a sua existência, ainda que se assista a uma redução da preponderância das IPSS na responsabilidade de execução dos planos de ação anuais da parceria. A investigação permitiu-nos ainda lançar o desafio futuro de aprofundar o estudo deste mesmo objeto de estudo em organizações de outras unidades territoriais, testando a eficácia da organização em rede e até comparando o modelo da Rede Social com a governação integrada observada noutros países.

Palavras-chave: organização social, rede, IPSS.

Abstract

This study analyses the Social Network Programme and aims to clarify whether and how this public policy has fostered a culture of networking amongst Private Social Solidarity Organisations (PSSO) in the municipality of Santo Tirso, as opposed to a silo-based approach. Indeed, in an exploratory manner, we seek to contribute to a better understanding of the work carried out by these organisations within the framework of the Santo Tirso Social Network (STSN), using a quantitative methodology based on the administration of a questionnaire survey to the aforementioned institutions. We complemented this approach with an analysis of documents produced by the STSN and with participant observation, thereby triangulating sources and information. The findings demonstrate a gradual paradigm shift in working practices, with a network-based approach now prevailing across all PSSO in the area following the establishment of the Social Network in the municipality. It was possible to confirm the existence of a strong network, with an impact, above all, on the organisations' target audience; this network does not depend on access to public funding for its existence, although there has been a reduction in the predominant role of the PSSO in the implementation of the partnership's annual action plans. The research has also enabled us to set ourselves the challenge of further exploring this very subject in organisations across other territorial units, testing the effectiveness of network-based organisation and even comparing the Social Network model with the integrated governance observed in other countries.

Key-words: social organisation, network, PSSO

Índice de Figuras

FIGURA 1 – MAPA DO ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO 52

Índice de Tabelas

TABELA 1 – DIMENSÕES DA ANÁLISE EFETUADA AOS DOCUMENTOS DA RSST 45
TABELA 2 – DIMENSÕES DE ANÁLISE DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO 47
TABELA 3 – PÚBLICO-ALVO DAS IPSS (N=18) 69
TABELA 4 – VALÊNCIAS DAS IPSS (N=18) 70
TABELA 5 – IDENTIFICAÇÃO DOS PARCEIROS DAS IPSS (N=18) 72
TABELA 6 – MOTIVAÇÕES DAS IPSS PARA O TRABALHO EM REDE (N=18) 76
TABELA 7 – PROVENIÊNCIA DOS PARCEIROS DAS IPSS (N=18) 80
TABELA 8 – ÂMBITO DA INTERAÇÃO ENTRE AS IPSS E OS SEUS PARCEIROS (N=18) 81
TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO DAS IPSS NA RSST SEGUNDO A DEPENDÊNCIA FINANCEIRA (N=18) 83
TABELA 10 – PRINCIPAIS RESULTADOS DO TRABALHO EM REDE (N=18) 86

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – EXECUÇÃO DO PA ANUAL DA RSST SEGUNDO O TIPO DE ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL E FINANCIAMENTO PÚBLICO, ENTRE 2005 E 2025 61
GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO CLAS E PRESENÇAS NAS SESSÕES PLENÁRIAS, ENTRE 2002 E 2025 63
GRÁFICO 3 – PRESENÇAS NAS REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO DE TÉCNICOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL, ENTRE 2010 E 2025 64
GRÁFICO 4 – BI DA RSST, SEGUNDO O N.º DE ARTIGOS PUBLICADOS E TIPO DE AUTOR, ENTRE 2006 E 2012 .. 66
GRÁFICO 5 – ÂMBITO DA INTERVENÇÃO DAS IPSS (N=18) 68
GRÁFICO 6 – INÍCIO DO TRABALHO EM REDE DAS IPSS (N=12) 71
GRÁFICO 7 – ESTADO DO TRABALHO EM REDE EM SANTO TIRSO POR RELAÇÃO À EMERGÊNCIA DO PRS (N=17) 74
GRÁFICO 8 – PRINCIPAL BENEFICIÁRIO DO TRABALHO EM REDE (N=18) 77
GRÁFICO 9 – PRINCIPAL VANTAGEM DO TRABALHO EM REDE (N=18) 78
GRÁFICO 10 – OBTENÇÃO DE RECONHECIMENTO E LEGITIMIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO EM REDE (N=18) .. 79
GRÁFICO 11 – FREQUÊNCIA DA INTERAÇÃO DAS IPSS COM OS SEUS PARCEIROS (N=18) 81
GRÁFICO 12 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DAS IPSS NO DS, PDS, PA E AVALIAÇÃO DA RSST (N=18) 82
GRÁFICO 13 – CLASSIFICAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA RSST (N=18) 84
GRÁFICO 14 – IMPACTO DA RS (N=18) 87

Lista de abreviaturas e siglas

AMP ..... Área Metropolitana do Porto

BI ..... Boletim Informativo

CAOP ..... Carta Administrativa Oficial de Portugal

CLAS ..... Conselho Local de Ação Social

CPCJ ..... Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CSF ..... Comissões Sociais de Freguesia

DS ..... Diagnóstico Social

IDS ..... Instituto para o Desenvolvimento Social

INE ..... Instituto Nacional de Estatística

IPSS ..... Instituição Particular de Solidariedade Social

MST ..... Município de Santo Tirso

NE ..... Núcleo Executivo

ONG ..... Organização Não Governamental

PA ..... Plano de Ação

PDCA ..... Plan, Do, Check, Act

PDS ..... Plano de Desenvolvimento Social

PRS ..... Programa Rede Social

RS ..... Rede Social

RSST ..... Rede Social de Santo Tirso

SPSS ..... Statistical Package for Social Sciences

Introdução

A dissertação que aqui expomos diz respeito à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, com especialização em desigualdades e intervenção social, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O trabalho foi realizado entre outubro de 2025 e setembro de 2026, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Parente.

No âmago da pesquisa que efetuámos está a configuração do trabalho em rede operacionalizado pelas vinte e uma Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com sede no concelho de Santo Tirso e que integram a Rede Social (RS) local, uma estrutura de parceria com mais de noventa entidades. Uma nota, no entanto, para esclarecer que entre aquelas instituições, uma possui o estatuto jurídico de Organização Não Governamental (ONG), mas que, pelo trabalho desenvolvido no seio da RS e pela forte ligação com todas as IPSS, decidimos incluir no nosso estudo. Doravante, porém, e para nos referirmos ao conjunto de entidades que colaboraram nesta investigação, utilizaremos apenas a designação de IPSS.

A política social pública em Portugal foi reconfigurada com o surgimento do Programa Rede Social (PRS), inicialmente, em 1997, regulamentado por uma Resolução de Conselho de Ministros, que viria a dar origem a um Decreto-Lei, já no ano de 2006. Quase três décadas depois da sua criação, podemos falar de um caminho que tem motivado diferentes formas de trabalhar nos municípios portugueses, designadamente na esfera social e nas suas ramificações, transferindo uma lógica de trabalho em "silos" para um trabalho em rede, através da criação e solidificação de sinergias e parcerias entre várias organizações (Castro, 2009).

Com base num modelo de trabalho que caracteriza o PRS e reconfigura a política social em Portugal, assente, entre outros, nos princípios da articulação e da participação, foi nossa intenção caracterizar o trabalho (em rede) das IPSS que integram a referida RS, apurando a sua evolução desde a criação até ao presente, bem como a sua intensidade e densidade, através da identificação dos seus parceiros e das relações existentes entre si. Concretamente, pretendemos aferir as motivações, os seus benefícios e as suas vantagens, assim como as suas limitações e ambivalências, retratando as características

do trabalho colaborativo e cooperativo – por oposição a um trabalho competitivo – na satisfação de necessidades às quais o Estado e o mercado e não conseguem responder, designadamente no domínio da ação social.

Neste sentido, definimos para fio condutor da nossa investigação a procura de resposta à seguinte pergunta de partida:

Em que medida o PRS veio alterar as dinâmicas de trabalho das IPSS de Santo Tirso e impor a configuração em rede como modelo de organização doravante implementado e atualmente estabilizado?

Por conseguinte, foi nossa intenção orientarmos o presente trabalho para o objetivo geral de contribuir, de forma exploratória, para um conhecimento mais aprofundado do trabalho em rede desenvolvido pelas IPSS daquele território, ao longo dos últimos anos, no contexto da política social, e, em concreto, do referido programa.

A opção pelo estudo destas organizações prendeu-se com duas razões principais.

A primeira está relacionada com o facto de desempenharem um papel de substituição ao Estado (primeiro setor) e ao mercado (segundo setor), nomeadamente através de várias respostas sociais de apoio às populações. Tal acontece, por exemplo, nas áreas da infância, da deficiência e do envelhecimento.

A segunda diz respeito à estreita ligação das IPSS ao domínio da ação social concelhia, o que faz de si parceiros determinantes da Rede Social de Santo Tirso (RSST). Independentemente das parcerias que desenvolvem, estas entidades colaboram ativa e frequentemente com a câmara municipal, com a segurança social e com outros organismos da administração pública, nas áreas da segurança, da saúde e da educação, tendo em vista a prevenção ou a melhor resolução possível dos problemas sociais identificados. Não se trata de afirmar que outras instituições não o façam; trata-se, antes, de sublinhar o papel ativo e interventivo que desempenham. Algo que sabemos *a priori* pela experiência que vivemos no seio da RSST, como veremos mais adiante, no capítulo dedicado às questões de ordem epistemológica e metodológica.

A partir desta abordagem, foi nossa intenção alcançar alguns objetivos específicos, relacionados com as dinâmicas territoriais de trabalho em rede:

i. Sendo a RS um programa incontornável de articulação das IPSS, o primeiro desses objetivos passou por perceber a evolução do trabalho em rede após a constituição, em 2002, do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Santo Tirso, até 2025, ano em que iniciámos a nossa investigação;

ii. Em segundo lugar, pretendemos apurar as motivações das IPSS para o trabalho em rede;

iii. O terceiro objetivo que nos moveu relaciona-se com a intenção de se perceber a intensidade da rede e a existência de uma eventual dependência de acesso a apoios financeiros para a sua operacionalização, ao ter sido implementada como um programa do governo central;

iv. O quarto e último objetivo prendeu-se com o propósito de se conhecer a perceção dos resultados e do impacto do trabalho desenvolvido no âmbito da RS, mas também as suas limitações e ambivalências.

Ainda que de forma exploratória, estes quatro objetivos impulsionaram-nos a equacionar três hipóteses teóricas, que nos permitiram nortear a pesquisa empírica em direção à pergunta de partida:

a) A rede de parceiros a que estão ligadas as IPSS de Santo Tirso ultrapassa a configuração organizacional do CLAS;

b) A possibilidade de acesso a financiamento público que marca o arranque do programa configura um fator de dependência para o trabalho em rede das IPSS;

c) A emergência do PRS em Santo Tirso veio alterar as relações interinstitucionais dentro das IPSS com a introdução de uma metodologia de trabalho em rede, cooperativa e colaborativa, em detrimento do trabalho autónomo, independente e em silos.

Ao longo das páginas que se seguem, e concretamente no capítulo 1, faremos uma revisão do estado da arte do nosso objeto de estudo, passando em revista os conceitos

de organização social, políticas sociais, políticas públicas, Estado-providência, rede, redes sociais e capital social. Ainda no mesmo capítulo, e no âmbito do contexto português, afloramos o PRS, cujo programa piloto surge em 1997 com um desafio lançado às parcerias locais de então, no sentido de se equacionarem propostas de articulação entre si (IDS, 2001b).

O capítulo 2 é consagrado ao desenho metodológico, que espelha as etapas do procedimento propostas por Quivy e Campenhoudt (1992). Nele também descrevemos o paradigma adotado, as técnicas de recolha e tratamento de informação utilizadas, e fazemos uma abordagem à RSST.

No capítulo 3 procedemos à apresentação dos resultados da pesquisa empírica. Fazemo-lo em relação aos documentos da RSST analisados, mas também em relação aos resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS, abordando alguns aspetos do trabalho em rede, de acordo com os dados obtidos.

Terminaremos com algumas considerações, através das quais respondemos à nossa pergunta de partida, observamos o cumprimento dos objetivos definidos e verificamos as hipóteses levantadas, da mesma forma que lançamos algumas pistas para investigações futuras.

Capítulo 1 – Sobre o papel das redes no quadro das organizações e das políticas sociais

Neste capítulo é nossa intenção debruçarmo-nos sobre algumas problemáticas teóricas e conceitos que consideramos elementares para a compreensão do nosso objeto de estudo. Uma revisão do trabalho de vários autores que nos permitiu orientar a nossa pesquisa empírica, ao mesmo tempo que contribuiu para o suporte da discussão dos resultados obtidos através da recolha de informação junto das IPSS.

1. Ponto de partida: a organização societal e sua evolução

Com um objeto de estudo que radica no modo de organização do trabalho em rede em organizações da sociedade civil, parece-nos importante iniciarmos a revisão da literatura científica com uma referência à evolução da sociedade, do ponto de vista da sua complexidade organizacional. Esta abordagem servirá também de alicerce para uma melhor interpretação das redes sociais, enquanto forma de trabalho que assenta na complementaridade em resultado da diferenciação funcional.

Revisitámos a tese de Durkheim sobre o desenvolvimento da sociedade moderna, já amplamente dissecada no seio do debate sociológico. O autor examinou a diferenciação social, a especialização das atividades, numa complexa estrutura de ocupações, a que chamou de divisão do trabalho social (Durkheim, [1893] 1999), que ocorre quando as sociedades tradicionais – com pouca ou nenhuma divisão do trabalho e assentes numa forte consciência coletiva – dão lugar a sociedades complexas (Fulcher; Scott, 2007).

Para explicar a organização das sociedades modernas, Durkheim ([1893] 1999) sustenta que se verifica uma expansão na escala da interação social em função do aumento da densidade dinâmica, isto é, um aumento do número de relações e concomitante aumento das comunicações e interações entre os membros de uma sociedade. Uma forma de organização distinta das sociedades tradicionais, portanto, que eram compostas por segmentos autossuficientes (famílias, clãs, aldeias locais), mas cuja

quebra acabou por remeter os indivíduos para maiores e mais íntimos contactos entre si, noutras partes da sua sociedade (Fulcher; Scott, 2007; Aron, 2000; Giddens, 1994).

A divisão do trabalho resulta, então, de uma densidade populacional crescente, que promove uma maior especialização das pessoas nas atividades que desenvolvem, sob pena de desintegração da sociedade pela competição entre indivíduos que realizam as mesmas atividades. Uma desintegração que não é inevitável quando a estabilidade orgânica se caracteriza pela divisão diferenciada do trabalho, apesar do declínio da significação das crenças morais tradicionais, outrora mecanismo de integração e coesão social.

Por outras palavras,

> "… quando os indivíduos deixam de pescar, caçar, cultivar e criar aquilo que comem, e deixam de confeccionar o que vestem e calçam, para se especializarem (…) necessitam de laços de solidariedade que lhes permitam beneficiar das diferentes atividades que necessitam para sobreviver" (Correia, 2007, p. 101).

Este crescimento na escala das sociedades ao longo do tempo produz, no pensamento *durkheimiano*, sociedades mais complexas e diferenciadas (Fulcher; Scott, 2007; Giddens, 1994).

O conceito de divisão do trabalho de Durkheim, através do qual as ações das pessoas observam uma forte complementaridade – não apenas nas relações dentro do sistema de mercado, mas também por força de um sentimento de solidariedade, essencial na interação da sociedade como um todo (Fulcher; Scott, 2007) –, caracteriza-se, então, por uma forte interdependência entre indivíduos e profissões, marca da sociedade global contemporânea.

A solidariedade social, de que nos fala Durkheim ([1893] 1999), consiste na integração dos indivíduos nos grupos sociais e a sua regulação por normas partilhadas, que se traduz num sentido de solidariedade que está ligada à cooperação, às relações de confiança e à reciprocidade correspondente à sua interdependência económica. O autor denomina-a de solidariedade orgânica, em que predomina a unidade coerente da coletividade. É expressa pela diferenciação dos indivíduos, todos eles indispensáveis à

vida em sociedade e com uma maior margem de interpretação individual sobre os imperativos sociais (Aron, 2000; Giddens, 1994).

As sociedades modernas são, no pensamento de Durkheim, sociedades nas quais emerge, de forma crescente, o papel desempenhado pelos contratos celebrados entre os indivíduos enquanto reflexo da estrutura societal, sem que aqueles se substituam à comunidade. O contratualismo configura uma expressão e consequência da diferenciação social (Aron, 2000), ao mesmo tempo que constitui um compromisso moral de cariz geral, sem o qual não seria possível contrair os laços daqueles contratos (Giddens, 1994).

A solidariedade orgânica, produzida pela divisão do trabalho, contrasta com a organização das sociedades tradicionais e comuns já aqui caracterizada pelo sentido de similaridade e de consciencialização de unidade e de comunidade, e que Durkheim ([1893] 1999) intitula de solidariedade mecânica. Trata-se de uma forma de solidariedade por semelhança, em que os indivíduos pouco diferem entre si, quer em sentimentos, quer em valores, quer mesmo no sagrado (Aron, 2000; Giddens, 1994), "um certo número de ideias e de sentimentos comuns que as gerações transmitem umas às outras e que asseguram, ao mesmo tempo, a unidade e a continuidade da vida coletiva" (Durkheim, 1970, p. 95).

O oposto, portanto, da atual sociedade em rede (Castells, 2011). Trata-se de uma sociedade em que prevalece o conceito de organização enquanto "grande associação de pessoas desenvolvida de modo impessoal e estabelecida para se alcançarem objectivos específicos" (Giddens, 1997, p. 350).

Esta é, aliás, uma perspetiva partilhada por Tenório, para quem podemos definir organização como "o agrupamento de pessoas e recursos – dinheiro, equipamentos, materiais, informações e tecnologia – com o objetivo de produzir bens e/ou prestar serviços" (Tenório, 2003, p. 17). Com presença assídua em muitos aspetos da vida em sociedade, "dependemos de organizações para podermos comunicar uns com os outros" (Giddens, 1997, p. 350). E a importância é determinante, dado que, ao contrário do mundo pré-industrial de que nos fala Durkheim, no mundo moderno todos somos

muito mais interdependentes, algo que exige uma efetiva coordenação das atividades e de recursos (Giddens, 1997).

Podemos dizer, portanto, que depois de uma organização longínqua em que as sociedades se mantinham com base numa grande similaridade, a evolução observada ao longo dos tempos transformou a organização social numa vivência de complementaridade e de multidependência entre todas as pessoas e entidades. Desta forma, tenta-se alcançar objetivos comuns, assentes em altos índices de comunicação e criação de laços que unem as diferentes partes. A organização social assume, pelo exposto, um papel fundamental na forma como as sociedades se desenvolvem, assim como no modo de comunicar entre todos os elementos que a integram.

2. As políticas sociais, o Estado-providência e notas sobre o contexto português

Aflorado o conceito de organização social, neste ponto é nossa pretensão abordarmos as políticas sociais do ponto de vista macro e do papel que assumem num determinado contexto social. Esta é para nós uma questão fundamental, na medida em que o nosso objeto empírico de estudo reflete, em certa medida, a intervenção das IPSS, que acaba por pôr em prática algumas das funções do Estado e para as quais este não tem capacidade, colocando-as no papel de seu braço direito para o campo social.

Como veremos mais à frente, o PRS – integrado numa organização social condizente com o conceito de solidariedade orgânica de Durkheim, que expusemos no ponto anterior, e da sociedade em rede de Castells, que veremos adiante – surge como instrumento que permite ao Estado a externalização de uma parte da sua política social e que, assim, concretiza a finalidade do Estado Social – o bem-estar societário. Trata-se da manifestação da importância das redes na promoção do bem-estar e da respetiva entrega de serviços, que, na atualidade, não estão exclusivamente a cargo do Estado (Ribeiro, 2023).

Nestas circunstâncias, vale a pena aludir ao conceito de política pública, que, na opinião de Pereirinha (2018), diz respeito à legitimidade de base racional-legal que permite ao

Estado atuar com os seus poderes públicos na afetação de recursos e finalidades desejadas, nas quais se incluem outras instituições, como acontece com o garante do bem-estar social – incluindo nas sociedades europeias atuais –, e que legitima também o Estado-providência. O autor acrescenta que a política pública engloba o modo, o processo de decisão, a escolha dos atores sociais a envolver na sua preparação e na sua execução, e o modo de funcionamento dos serviços que a executam.

O mesmo é dizer que, por trás de uma política pública, temos sempre de ter em conta o sistema político, as lógicas de atuação e a rede organizacional – que inclui serviços públicos e privados – que a executa ou nela participa. No fundo, um conjunto de aspetos que nos permitem comparar e distinguir políticas públicas em vários campos da sociedade (saúde, ambiente, habitação, educação, entre outros), nos quais podem participar, com diferentes níveis de envolvimento, vários parceiros sociais. É o caso dos serviços privados que podem ser prestados em regime de substituição do Estado, através de uma comparticipação deste àqueles, designadamente quando são de natureza solidária, não governamental ou não lucrativa, e que possibilitam a definição de um preço adequado aos utentes (Pereirinha, 2018).

Referimo-nos a um vasto leque de instituições sociais, em que estão enquadradas as IPSS, que operam fora dos limites do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor) – embora com eles coexistam – e que comummente designamos de «setor sem fins lucrativos», «sociedade civil» ou «terceiro setor», entre outras possíveis designações (Teixeira; Grzybovski; Beber, 2009). São entidades com um papel de elevada importância, por atuarem junto de populações vulneráveis, no âmbito da assistência social ou da inclusão social, em complemento a imperativos não supridos pelo primeiro ou segundo setores (Vieira; Barbosa; Parente, 2019).

IPSS, ONG, grupos ambientais, clubes desportivos ou organizações de direitos humanos (para referir apenas alguns exemplos), estas instituições partilham algumas características comuns, a saber: possuem uma estrutura institucional, são privadas, são institucionalmente independentes do Estado, não distribuem lucros [os quais podem ser reinvestidos nas respostas prestadas à comunidade] e são autogestionadas, controlando, fundamentalmente, os seus próprios assuntos e a possibilidade de

aceitarem contribuições voluntárias, de tempo ou de dinheiro, dado que a adesão às mesmas não é exigida por lei (Salamon et al., 1999)[1].

As decisões tomadas no âmbito das políticas públicas relacionadas com a escolha de meios para atingir os fins propostos, num determinado contexto e por atores políticos legitimados, configuram, então, um aspeto decisivo. São precisamente as finalidades, os objetivos e os instrumentos que permitem distinguir categorias de políticas públicas e, por essa via, identificar as políticas sociais (Pereirinha, 2018).

Esta abordagem concetual motiva Chamusca (2013) a considerar que a construção de compromissos alargados entre instituições públicas, privadas e estruturas da sociedade civil representam um grande desafio. O autor sustenta que deve existir um reforço da capacitação institucional e aprendizagem coletiva, bem como uma efetiva distribuição de responsabilidades que promova um trabalho em rede devidamente coordenado e orientado para resultados e ambições comuns, com vista à implementação de modelos de governança territorial adaptados às especificidades e necessidades de cada território. Estamos, neste caso, ao nível da rede organizacional dos serviços de que nos fala Pereirinha (2018), que, juntamente com o processo de decisão que abordámos atrás, deve ser considerada no sistema político, tendo em vista a atuação das políticas públicas. Esta rede inclui serviços públicos, escolas, estabelecimentos de saúde e entidades privadas que tenham celebrado acordos de cooperação com o Estado.

É neste ponto que pensamos ser importante considerar a política social no quadro da política pública enquanto tal. No que diz respeito ao PRS, falamos de uma atuação da política pública, que podemos classificar como uma das várias políticas sociais dentro da Política Social do Estado; uma atuação com finalidades sociais do Estado-providência e que reflete o afastamento do aparelho estatal em relação ao suporte às populações mais vulneráveis (Lopes; Parente; Marcos, 2014). Aliás, na perspetiva de Pereirinha, "o que distingue a Política Social de outras áreas de actuação das políticas públicas é o facto de

[1] O parêntesis reto é nosso.

estar a prosseguir a finalidade de garantia e promoção do bem-estar (*welfare*) na sociedade" (Pereirinha, 2018, pp. 21-22).

O autor esclarece que, a partir de 1970, o conceito de *welfare state* tem vindo a dar lugar ao de *welfare mix*, mais relacionado com o pluralismo da provisão do bem-estar – Estado-Mercado-Sociedade Civil – com formas e graus distintos de inovação social, em função de diferentes dinâmicas de evolução das sociedades[2]. Um conceito que permite olhar para a Política Social em termos dos valores implícitos na sua atuação e não apenas em função dos objetivos explicados na política do Estado (Pereirinha, 2018).

No contexto português, sabemos que a institucionalização das políticas sociais que permitiram o alargamento da proteção social a toda a população surge no nosso país a partir de 1974 (Ribeiro, 2023). Por sua vez, a Constituição da República Portuguesa de 1976 previu, no âmbito da instauração da sociedade democrática, um alargamento dos direitos dos cidadãos, numa lógica de universalização de direitos. Assim, e no âmbito da definição das políticas de ação social, compete à Segurança Social a respetiva organização, coordenação e subsidiação. Grupos sociais como os desempregados ou as pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade (doença, velhice, invalidez, maternidade, viuvez) passam, então, a beneficiar da proteção social do Estado.

Paralelamente, observa-se uma mudança de paradigma relativamente às IPSS, que veem o seu funcionamento ser regulamentado e passam a ser oficialmente reconhecidas, tendo em vista a articulação com o Estado português[3]. A este propósito, Ferrão (2010) salienta o papel dos atores sociais. Para além da coordenação das políticas, a governança territorial é decisiva nos modelos de governação, destacando-se a desejável visão estratégica e colaborativa das políticas de base territorial, que pressupõe a cooperação entre os referidos atores. Esta cultura de cooperação deve

[2] Sobre a problematização do conceito de *welfare mix*, ver também Lopes, Parente e Marcos (2014).
[3] De acordo com o n.º 5, do artigo 63.º da Constituição da República Portuguesa de 1976, esta articulação dá-se ao nível do apoio na infância, na terceira idade, na família e na deficiência. [Consult. 16 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis>.

refletir-se no envolvimento e em relações de confiança mútua, essenciais para a eficiência, justiça e democraticidade próprias dos processos de governação.

Na linha do exposto, Carmo (2011) afirma que a Política Social está integrada num determinado contexto e numa conjuntura específica. A relação entre os vários atores sociais não passa despercebida ao autor, para quem a Política Social agrega um sistema cliente (leia-se, população) e um sistema interventor (que integra o Estado e os vários atores), que interagem através de políticas públicas no domínio do desenvolvimento do capital humano, de políticas transversais e no desenvolvimento de capital social.

Parece ser claro, portanto, que para compreendermos a Política Social temos de ter em linha de conta a organização societal e a estrutura do poder observada numa determinada sociedade, para que dessa forma haja um melhor entendimento do processo de decisão política e da sua execução. Ao mesmo tempo, importa considerar as especificidades de cada área de Política Social, dado que existem diferenças consoante estejamos a tratar de estruturas de poder que estão presentes nas decisões políticas na área da saúde, da educação ou da proteção social.

A compreensão da estrutura de poder remete-nos ainda para a avaliação da Política Social em termos de grupos sociais. A par da necessidade de apurarmos quem beneficia e quem contribui para a provisão do bem-estar, devemos, igualmente, estar atentos à consolidação ou alteração da estratificação social, em resultado da Política Social (Pereirinha, 2018). Complementarmente, Ribeiro (2023) sublinha a importância e a necessidade do trabalho em rede, uma vez que, atualmente, o Estado não é o único envolvido na entrega dos serviços de bem-estar. Trata-se de concretizar, enfim, a finalidade do Estado Social: o bem-estar societário.

Chegados a este ponto, estamos em condições de afirmar que o PRS, que dá corpo ao nosso objeto de estudo, pode ser enquadrado no âmbito da Política Social enquanto Política Pública. Um campo de medidas e políticas que em Portugal tem vindo a ser reconfigurado em linha com as tendências de evolução ao nível da organização social, exponenciando as políticas – estruturais e gerais – no campo da exclusão social, com a

finalidade de chegar aos grupos mais desfavorecidos por via de programas experimentais ou emergenciais (Rodrigues, 2003).

Na opinião de Pereirinha (2018), estamos perante uma terceira forma de organização da Política Social, relacionada com a complexidade e com a multidimensionalidade dos problemas sociais das sociedades contemporâneas. Os programas referidos em cima (como, por exemplo, os de luta contra a pobreza e a exclusão social) devem ter em consideração a transversalidade dos problemas sociais a várias áreas da vida e a vários grupos populacionais, e originar políticas globais.

Esta constatação, todavia, não impede Ribeiro (2023) de afirmar que, apesar dos referidos programas e de outras iniciativas empreendidas com vista ao combate à exclusão e às desigualdades, têm sido apontadas várias insuficiências ao Estado de Bem-Estar. De resto, e a título ilustrativo, no que concerne à ação social podemos referir o PRS, que, como nos refere a autora, aguarda nova regulamentação e uma eventual mudança estratégica, que adeque os seus objetivos à realidade e às estruturas de governação atuais. Se, como vimos, os problemas de uma sociedade em constante mudança são cada vez mais complexos e exigentes, a alteração da configuração desta Política Pública adquire particular relevância.

3. Do conceito de Rede à emergência do Programa Rede Social

No ponto 1 tivemos a possibilidade de observar, pela via da teoria *durkheimiana*, que a divisão do trabalho social motivou uma forma de organização das sociedades baseada na solidariedade entre as pessoas. As necessidades de uns e de outros motivaram uma interdependência mútua, trazendo-nos àquilo que no nosso quotidiano podemos apelidar, na perspetiva de Castells (2011), de sociedade em rede.

Com efeito, propomo-nos explorar os conceitos de rede e de redes sociais, tentando relacioná-los com o *modus operandi* das organizações, conscientes de que, apesar de recentemente termos vindo a assistir a um considerável avanço nos estudos sobre redes entre organizações da sociedade civil, há, ainda, muito caminho por desbravar (Vieira et al., 2025). Tal não obsta a que, de acordo com Ferreira (2004) – e ainda que o autor

também sublinhe o facto de o conceito ter tido um uso relativamente marginal até à década de 1970 do século XX –, a noção de rede tenha vindo a despertar um grande interesse em numerosos trabalhos teóricos e empíricos de diversas disciplinas, levando a que alguns autores, como Burt, em 1980, Callon, em 1993, Degenne e Forsé, em 1994 e Wasserman e Faust, também em 1994, falem mesmo de um novo paradigma: o «paradigma da rede». Nesta perspetiva, as redes têm vindo a transformar-se numa expressão das nossas sociedades atuais e aquilo que com elas se relacionam tem vindo a integrar os discursos de índole política, científica e mediática (Alves; Cheta; Martins, 2008).

O conceito de rede representa um termo que foi ganhando uma dimensão de abstração e que hoje é aplicado em domínios como o do território, das empresas, do Estado, do mercado, da sociedade civil, das universidades, da investigação ou da prestação de serviços (Portugal, 2007). Um conceito presente nas abordagens das ciências sociais, nas quais existe a noção de organização da vida em torno de diversas redes de interação, que, por sua vez, exercem influência em variados processos de constituição identitária, seja a partir de um ângulo pessoal, social, territorial ou institucional (Castro, 2000).

Na senda deste raciocínio e baseado no domínio das tecnologias da informação, Castells (2011) desenvolve a tese segundo a qual as transformações sociais, tecnológicas, económicas e culturais da era em que vivemos resultam numa forma de sociedade – a sociedade em rede (como antecipámos em cima). O autor refere-se a uma nova morfologia social das nossas sociedades, uma estrutura social em construção, que compreende redes em todas as dimensões-chave da sua organização e prática social.

Como nos ajuda a compreender Ribeiro (2023), o carácter aberto de elementos interligados – que pressupõe a existência e até expansão de uma relação interdependente entre atores –, a elevada importância da comunicação interna – com partilha de códigos de comunicação, valores e objetivos, bem como com uma visão convergente – e a capacidade de inovar recursos no âmbito das sinergias geradas, podem, de acordo com o conceito de rede de Castells, configurar importantes instrumentos na promoção do princípio de democracia participativa – individual, organizacional e social.

Castells explica que "a estrutura das indústrias de alta tecnologia em todo o mundo é uma teia cada vez mais complexa de alianças, acordos e parcerias a que a grande maioria das companhias está interligada" (Castells, 2011, p. 214). Sem impedirem a concorrência, estas alianças estratégicas configuram instrumentos decisivos, através dos quais os parceiros de hoje podem ser adversários futuros, da mesma forma que a colaboração e a competição podem contrastar no mesmo mercado, em diferentes regiões do mundo, algo que é igualmente válido para parceiros subcontratantes. Aliás, estes parceiros utilizam também a margem de liberdade de que dispõem para diversificar clientes e reduzir dependências, enquanto absorvem tecnologia e informação para uso próprio, o que leva a que o direito e propriedade sobre a informação e a tecnologia sejam fundamentais na nova economia global (Castells, 2011).

De acordo com Castells (1998, 1999a, 1999b), podemos, então, estabelecer uma correspondência entre a sociedade em rede e a nova estrutura social da era da informação, através da qual podem ser questionadas as bases do crescimento da era industrial. Na sociedade em rede, o capital globaliza o processo de acumulação da economia em rede, levando a que também as empresas se organizem no mesmo sentido. E isto acontece tanto no âmbito do seu funcionamento interno, como na relação que estabelecem com outras empresas.

Para compreendermos um pouco melhor o raciocínio de Castells, parece-nos oportuno parafrasear Ferreira (2004), que explora a emergência da sociedade em rede daquele autor através de uma transformação estrutural nas relações de produção, de poder e entre as pessoas. No que diz respeito às relações de produção, a transformação opera-se na vertente tecnológica e na vertente social, fazendo da flexibilidade o objetivo da empresa em rede. Relativamente às relações de poder, a transformação volta-se para a crise da soberania do Estado-nação, já que a mundialização do capital e a regionalização e localização da autoridade dão origem a um novo desenho do poder e a uma nova forma de Estado – o Estado em rede. Por fim, as relações interpessoais sofrem transformações resultantes da crise do patriarcado, motivando uma redefinição da família, das relações entre os sexos, da vida sexual e da personalidade. A família nuclear

passa do seu papel primário de suporte afetivo e material para uma rede de indivíduos (Ferreira, 2004).

A abordagem de Castells sobre o conceito de rede serve então de trampolim para uma referência ao quadro das práticas organizacionais. A este respeito, Ruivo (2000) considera que é extremamente importante a existência de redes para a configuração e operacionalidade de conteúdos, formas e objetivos comuns, com base em parcerias entre as diversas organizações sociais.

Perspetivas às quais podemos acrescentar a concetualização de uma definição de governança em rede por parte de Sørensen e Torfing (2005), caracterizada pela articulação horizontal entre atores independentes e operacionalmente autónomos. Baseado na existência de interações através de negociações, com um enquadramento relativamente institucionalizado de regras e de uma autorregulação, e com limites definidos por agências externas, os autores sustentam que este modelo é orientado para a produção de um fim público.

Por seu turno, baseado nas abordagens contemporâneas, Quandt (2012) fala-nos da crescente importância de redes estratégicas que vinculam as empresas (horizontal e verticalmente) a fornecedores, clientes, parceiros, concorrentes e outros tipos de entidades. O mesmo é dizer que o conceito de estrutura organizacional é extravasado para além da empresa através da rede, uma amplificação que pode ir para lá do território e do setor em que intervém, operando pela via de relações simultâneas e interdependentes entre organizações de naturezas distintas.

Em sintonia, encontramos também a opinião de Portugal (2007). A autora considera que a análise estrutural das redes permite obter uma explicação do comportamento social baseado em modelos de interação entre atores sociais, no conjunto de relações que interliga unidades, com a premissa de que têm uma realidade própria, mas procurando encontrar regularidades, grupos e categorizações através da sua análise.

Estamos, portanto, na esfera das redes interorganizacionais, classificadas por outros autores como estruturas sociais formadas por organizações que estabelecem laços entre si e, através destes, facilitam a existência de transações e partilha de recursos,

informações, pessoas e tecnologias (Brass et al., 2004). Laços que podem ter características distintas e concernem aos nós de uma rede, enquanto elementos que se podem identificar pela relação que têm com ego (Portugal, 2007), cujo nó central está associado ao conceito de rede social (Alves; Cheta; Martins, 2008).

A este respeito, Ribeiro (2023) esclarece que nas redes sociais observamos a conexão de pessoas ou de redes distribuídas, mas quando essa conexão de instituições hierárquicas é horizontal não produz essas mesmas redes distribuídas, uma vez que o fluxo de comunicação pode ser interrompido (controlado, filtrado) em cada nó.

Também na senda desta abordagem, na opinião de Szyman e Barbucha (2024), uma rede social é uma estrutura que pode ser modelada pela representação de um conjunto de vários nós (ou vértices), sendo que num determinado contexto social esses nós são, tipicamente, indivíduos, grupos ou objetos, enquanto os laços indicam as relações entre eles. Os autores argumentam que as redes sociais podem ser consideradas não ponderadas ou ponderadas. No primeiro caso, apenas é considerada a existência de relações; no segundo, a força dessas relações também é tida em conta. Uma leitura partilhada por Ribeiro (2023), ao afirmar que o conceito de rede social remete para as relações entre unidades sociais ou mesmo para as redes de políticas públicas e respetiva governança.

Para Mercklé, podemos definir rede social como "um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável" (Mercklé, 2004, p. 4). Estas unidades sociais podem representar indivíduos ou grupos de indivíduos, formais ou informais – tal como são disso exemplo as associações, as empresas ou os países – cujas relações, permanentes ou episódicas, podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços ou transmissão de informações e cuja análise se pode operacionalizar a partir das questões 'quem?', 'o quê?' e 'como?' (Portugal, 2007).

Na mesma ótica, vários autores sugerem que a noção de rede social corresponde a relações, interconexões e interações de diferentes intensidades entre diversas unidades interligadas, como são disso exemplo os indivíduos, os grupos e os territórios. Estas

relações, por sua vez, convergem para um sistema de influências e de relacionamentos entre os atores sociais e o meio ambiente (Castro, 2000; Alves; Cheta; Martins, 2008).

Ainda nesta linha de pensamento, podemos parafrasear Sluzki (1996), para quem a rede social pessoal pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo considera significativas ou diferenciadas da massa anónima da sociedade. Para o autor, a rede social contribui, em grande medida, para o reconhecimento e para a imagem do indivíduo, sendo, paralelamente, uma das chaves centrais da sua experiência de identidade, bem-estar, competência, protagonismo e capacidade de adaptação a uma crise[4]. A exemplo do que vimos em cima, também para Sluzki o meio ambiente sustenta e enforma parte do universo relacional do indivíduo, a par dos contextos culturais, históricos, políticos, económicos e religiosos, de existência (ou falta) de serviços públicos e das idiossincrasias de um determinado território.

De acordo com alguns autores (Alves; Cheta; Martins, 2008), qualquer que seja a perspetiva teórica sobre o conceito de rede social, está sempre presente a potencialidade da envolvência das perspetivas macro e microssociológicas, ou da psicologia. Todas elas permitem entender o indivíduo na sua dimensão de ator social, valorizando as suas ações na construção da realidade social que o rodeia, com a capacidade acrescida de nela intervir e desencadear mudanças. Com efeito, a rede social

> "pode ser entendida como o conjunto, mais ou menos estruturado, de experiências e atitudes, mediadas por interacções sociais e que, encetadas de forma regular e duradoura, permitem aos actores sociais a capacidade de construção e de mudança, não só das suas próprias identidades (individuais e sociais) mas também das identidades dos outros com quem constroem as respectivas redes de relacionamento" (Alves; Cheta; Martins, 2008, p. 7).

Estas interações, quando integradas num processo negocial de uma parceria, podem expressar diferenças entre as partes, diferenças essas que se traduzem ao nível individual e ao nível coletivo, institucional, que podem gerar tensão, mas também resultar em ações concertadas, em prol de objetivos partilhados.

[4] Podemos aqui estabelecer uma analogia com o PRS, cuja metodologia de trabalho visa, no âmbito do combate à pobreza e exclusão social, dar resposta a problemas sociais complexos.

E é precisamente no âmbito destas relações que nos parece fazer sentido estabelecer um paralelismo com o PRS. Trata-se de uma estrutura assente em parcerias, cuja importância se reveste de consensualidade pela sua multidimensionalidade, possibilidade de partilha enriquecedora e pelo sistema de aprendizagem que promove, assentes numa lógica de cooperação entre as partes (Rodrigues, 2006), que permitem responder às oportunidades e desafios que a complexidade do quotidiano nos impõe (Castro, 2000).

Tendo na sua filosofia um método de trabalho inovador, o PRS é apenas mais um caso nacional de trabalho em rede. Diferentes formas de trabalhar em parceria e com governação integrada estão presentes em países como o Reino Unido, os Países Baixos, a Austrália, a Nova Zelândia ou a Noruega (Marques; Ferraz, 2015). Mas em Portugal, e no domínio da ação social pública, o ponto de viragem sobre as redes situa-se no momento da criação deste programa, através de uma Resolução de Conselho de Ministros, em 1997 – que mais tarde daria lugar a um Decreto-Lei, em 2006 –, que visou impulsionar o trabalho em rede e eliminar guetos institucionais em Portugal. O PRS surge, então, enquanto conjunto de ideias que permitiram acelerar uma metodologia de intervenção sentida por técnicos da área social, inversamente àquilo que, sociologicamente, poderíamos considerar mais natural, e que passa pela definição de políticas sociais em resultado de movimentos sociais (Castro, 2009).

Com efeito, não estamos perante um programa que nasce com a pretensão de sensibilizar o pessoal técnico para a necessidade de intervir em rede (o Rendimento Social de Inserção[5] e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens são dois exemplos de trabalho em rede já efetuado antes da sua criação); antes, pretendia-se lançar um desafio de articulação às parcerias existentes e instituir nas pessoas e nas instituições um novo método de trabalho em rede, integrado, sustentado e com uma perspetiva futura de resolução dos problemas, sem protagonismos individuais e em prol das populações (Guerra; Santos, 2004).

[5] Anteriormente designado Rendimento Mínimo Garantido.

Trata-se, portanto, por via de uma política pública, de pôr em prática uma articulação sistemática entre entidades públicas e solidárias. Uma forma de trabalhar ancorada numa lógica de promoção do desenvolvimento social dos territórios, associado à promoção do bem-estar das populações pela via do trabalho em rede, enquanto fórum de articulação e congregação de esforços (Castro, 2009). Esta metodologia de trabalho sustenta o que afirmámos noutro local em coautoria: "a dinamização local, o partenariado, a contratualização só se conseguem efectivar em sociedades com altos níveis de organização da sociedade civil" (Guerra; Santos, 2004, p. 52).

Com o PRS tentou-se combater a falta de parcerias estratégicas na intervenção social. Passou a existir uma rede articulada de entidades do mesmo território com um âmbito de intervenção transversal a vários setores, por oposição a projetos desenvolvidos de forma avulsa e sem complementaridade entre si. Tal implicou, supostamente, uma rutura com o *modus operandi* das organizações sociais, que deixaram de trabalhar em "silos" para passarem a compreender o trabalho dos outros e a adotar linguagens comuns, construindo pontes que transformaram a cultura organizacional instalada (Castro, 2009).

De resto, o PRS introduz também uma lógica competitiva entre os municípios – e, porque não, entre as várias organizações que compõem a rede –, na medida em que passam a observar os seus pares como exemplos de boas (ou de más) práticas, gerando uma saudável concorrência em prol de uma intervenção mais qualificada no próprio território (Rodrigues, 2006). Uma forma de estar que podemos entrelaçar nos contributos de Castells (2011) a propósito das alianças estratégicas, em que parceiros de hoje podem transformar-se em adversários de amanhã, como pudemos explorar.

No entanto, Castro (2009) identifica a lógica de horizontalidade proposta como um obstáculo que colide com as culturas organizacionais dominantes, muito verticalizadas e rígidas do ponto de vista hierárquico. Já Alves, Cheta e Martins (2008) haviam problematizado as dificuldades inerentes à mobilização de parcerias para um trabalho de reflexão partilhada e em complementaridade. Por força de diferentes posicionamentos que podem motivar a adoção de estratégias de aliança ou de afastamento face a determinados processos e decisões, as parcerias podem, por vezes,

colocar em causa a viabilização de algumas intervenções sociais. Dificuldades que se relacionam com a divisão de competências e de responsabilidades gerada nos vários parceiros, para as quais contribuem fatores como a cultura interior e fechada das organizações e o centralismo das respetivas administrações (Ruivo, 2000).

Segundo Guerra e Santos (2004), o PRS é recetáculo e, simultaneamente, gerador de algumas dificuldades das redes sociais. Destacam-se: i) as de carácter estrutural, relacionadas com a organização (difícil consenso, tensões e incompreensões); ii) as de carácter cultural ou de contradições do sistema (é difícil compatibilizar os vários universos simbólicos em presença); iii) as de carácter funcional (ao nível da gestão de recursos humanos, gestão do tempo, gestão dos recursos materiais, gestão de estratégias e metodologias, gestão da gestão e gestão da avaliação); iv) as de carácter psicossocial (experiências profissionais de difícil adaptação ao contexto das redes).

Não obstante, e noutro local, "no que concerne às redes de intervenção, pudemos aferir um entendimento comum por parte do tecido institucional acerca da sua importância (das parcerias) e da importância das relações de cooperação face ao combate à pobreza" (Santos, 2001, p. 218). Estávamos, então, perante um contexto em que eram dados os primeiros passos do PRS, com experiências-piloto ainda a decorrer. Passadas mais de duas décadas, importa-nos equacionar a efetiva alteração de paradigma no que à metodologia de trabalho em rede diz respeito, desta feita neste trabalho, analisando o PRS no concelho de Santo Tirso.

Esta questão ganha particular relevo se levarmos em linha de conta alguns estrangulamentos identificados durante a implementação do PRS neste território, concretamente pelas próprias organizações que integram a parceria, apesar da filosofia de sociedade em rede que já caracterizava o país nessa altura. A insuficiente sensibilização para as potencialidades do trabalho em parceria, o desconhecimento da metodologia participativa de projeto e a dificuldade em realizar intervenções integradas e sustentadas, são alguns dos exemplos dos estrangulamentos a que nos referimos (Guerra; Santos, 2004). Esta constatação pode ser enquadrada na avaliação nacional já efetuada em 2010-2012, na qual foram também questionadas as melhorias na

capacidade de concretização de processos participados e o desenvolvimento de ações conjuntas, no âmbito do PRS (Godinho; Henriques, s/d).

Tendo em conta que Santo Tirso é um concelho da Área Metropolitana do Porto (AMP), não podemos deixar de enquadrar esta dificuldade operacional no conceito de 'atomização interventiva' de Ruivo (2000). Segundo o autor, é nas cidades de grande dimensão, em particular nas áreas metropolitanas, que as medidas interinstitucionais de combate à pobreza se deparam com uma maior resistência. O facto de existirem diferentes grupos-alvo e intervenções distintas pode dificultar a concretização de parcerias e gerar sentimentos de impotência no combate à exclusão.

Em contraste com as dificuldades elencadas, a RS representa um projeto coletivo aceite pelos seus diferentes parceiros, na premissa de que uma rede só se desenvolve porquanto consegue materializar os interesses, os objetivos e a apropriação de recursos de quem a integra (Castro, 2009). Tal significa que o seu propósito passa por estimular os atores locais a trabalhar em parceria, fomentando condições de sustentabilidade do desenvolvimento social, na perspetiva dos recursos, dos meios e da capacidade de resposta aos desafios emergentes num determinado território (Alves; Cheta; Martins, 2008). Até porque a consolidação das parcerias estratégicas de base local depende, entre outros, de fatores como as redes de relações, os recursos disponíveis, a adesão das entidades e o envolvimento de dirigentes e eleitos locais (Amor, 2005).

4. A importância do capital social no contexto das redes

Se considerarmos as redes sociais como provedoras de recursos (físicos, financeiros, culturais, …) (Portugal, 2007), importa trazer à discussão o conceito de capital social, porquanto as redes se afiguram fonte do mesmo. Tendo por base os conceitos de capital e de social, o capital social tem subjacente a partilha de um valor por um grupo de pessoas que vivem de forma organizada, daí resultando a produção de um rendimento para a organização social.

Mas a problematização deste conceito não reúne unanimidade entre a comunidade científica, tendo na origem da sua controvérsia uma tripla paternidade, designadamente

Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Conscientes de que o debate em torno do capital social nos remete também para as suas raízes clássicas – podendo fazer-se referência a Alexis de Tocqueville, a Émile Durkheim, a Georg Simmel, a Talcott Parsons e a Robert Merton (Correia, 2007) –, é sobre aqueles três autores que nos iremos debruçar, em linha de conta com os objetivos que nos propusemos atingir.

Um dos principais responsáveis pelo debate em torno do conceito é Pierre Bourdieu. Para este sociólogo,

> "o capital social é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos — ou, por outras palavras, à pertença a um grupo — que proporciona a cada um dos seus membros o apoio do capital coletivo, uma «credencial» que lhes dá direito a crédito, nos vários sentidos da palavra"[6] (Bourdieu, 1986, pp. 248-249).

É o indivíduo que está no centro da sua análise, através do benefício que obtém, em proveito próprio, com o seu capital social. É o indivíduo que obtém vantagens da reprodução do capital social, através de um esforço incessante de sociabilidade, com injeções de tempo e de energia empregues em trocas contínuas que lhes permitem ser reconhecidos. Na perspetiva de Bourdieu, portanto, e dito de outra forma, a rede de relações entre as pessoas reflete, estrategicamente, um investimento que procura estabelecer ou reproduzir relações sociais que sejam diretamente utilizáveis a curto ou longo prazo, seja esse investimento individual ou coletivo, consciente ou inconsciente (Bourdieu, 1986).

Esta teoria é acompanhada por outros autores, que também entendem o capital social enquanto investimento por parte dos indivíduos em interações e em relações sociais, associadas a constrangimentos e oportunidades estruturais e assentes em ações e escolhas que estes mesmos indivíduos fazem, com o objetivo de daí produzirem lucros ou retirarem dividendos no mercado (Lin, 2001). Por outras palavras, podemos olhar para o capital social como um bem social que resulta das relações entre os indivíduos e do acesso aos recursos da rede em que estão integrados.

[6] A tradução da referência consultada em inglês é da nossa responsabilidade.

A centralidade no indivíduo defendida por Bourdieu pode ser entrelaçada numa das dimensões resultantes de consequências negativas do capital social. É o que acontece com o risco de exclusão do que está fora da rede de relações ou pertença a um grupo, em detrimento do benefício dos que lá se encontram (Portes, 1998).

A posição de Adam e Roncevic (2003) ajuda-nos também a perceber esta perspetiva. Segundo os autores, as mesmas redes que geram capital social podem criar abuso e a sua destruição – acompanhados de desconfiança e desintegração social. Os indivíduos alcançam determinadas vantagens através dos recursos disponíveis nas redes com o objetivo de intensificarem a sua posição social por relação aos demais, sem que daí decorra qualquer capacidade de mobilizar idênticas relações sociais.

Relativamente a James Coleman, e na linha de pensamento que se constrói em torno das ideias de Putnam (que veremos adiante), é sublinhado o carácter público do capital social: "como um atributo da estrutura social, na qual o indivíduo se insere, o capital social não é propriedade de nenhuma das pessoas que dele beneficia"[7] (Coleman, 1990, p. 315). O autor chama a atenção para o capital social como um recurso para as pessoas, que produz resultados na, e está inerente à, estrutura de relações entre os indivíduos e as organizações, ao contrário de outras formas de capital.

Sendo definido pela sua função, Coleman considera que estamos perante uma variedade de diferentes entidades, tendo em comum o facto de consistirem em algum aspeto das estruturas sociais e o facto de facilitarem determinadas ações de pessoas ou empresas dentro das estruturas. Esta função do capital social representa o valor dos aspetos da estrutura social para os atores como recursos que podem utilizar para alcançar os seus interesses (Coleman, 1988), os quais não seriam atingíveis perante a sua ausência (Coleman, 1990).

Para nos ajudar a compreender a sua teoria sobre o capital social, Coleman (1988) estabelece uma comparação com o capital humano, o qual, argumenta, é criado por mudanças nas pessoas que lhes conferem competências, capacidades e conhecimentos

[7] A tradução da referência consultada em inglês é da nossa responsabilidade.

que as tornam capazes de agir de novas formas. O capital social, por sua vez, emerge pela via de mudanças nas relações entre as pessoas, facilitando a ação, sendo tanto mais produtivo quanto maior for o nível de confiança (conceito que aplica igualmente à relação entre empresas no domínio da economia).

Igualmente importante para a compreensão do conceito de capital social é a informação, que não só possibilita a criação de um base para a ação, como constitui uma forma de capital social inerente às relações sociais. Coleman (1988) defende que a sua aquisição, não obstante ser dispendiosa, pode ser feita através das relações sociais, ainda que o seu fim último não seja esse. Tal significa que a obtenção de informação essencial para um conjunto de relações sociais pode passar não pela sua procura direta, mas, antes, pelo benefício de outras pessoas ou organizações que, estando na mesma rede de relações, permite alguma poupança de esforços para o alcance desta forma de capital social, tendo em vista a facilitação da ação.

Coleman (1988) aborda ainda a questão das normas de uma sociedade enquanto forma de capital social, que podem facilitar ou restringir determinadas ações de indivíduos ou grupos de indivíduos. Sustenta que uma norma prescritiva dentro de uma coletividade é a que se deve renunciar ao interesse próprio e agir em prol dos interesses da coletividade.

Outras formas de capital social são, igualmente para o autor, as sanções, a autoridade e formas de organização associativa (Coleman, 1990). Face aos objetivos definidos para a presente investigação, faremos apenas alusão a esta última.

Segundo Coleman, "todas as relações sociais e estruturas sociais facilitam algumas formas de capital social; os atores estabelecem relações propositadamente e mantêm-nas quando estas continuam a proporcionar benefícios"[8] (Coleman, 1988, p. S105). Mas para que algumas formas de capital social sejam facilitadas, a estrutura social deve incidir sobre uma rede fechada, favorecendo a eficácia das normas por possibilitarem a imposição de efeitos externos sobre os outros. Quando uma rede não é fechada,

[8] A tradução da referência consultada em inglês é da nossa responsabilidade.

determinadas ações por alguns dos seus atores podem ser encetadas com outros atores, com quem alguns dos membros da rede não tenham qualquer relação, dificultando a restrição ou sancionamento entre aqueles. Pelo contrário, Coleman (1988) sustenta que numa estrutura com fechamento, os atores têm a possibilidade de união e de aplicação de sanções ou recompensas coletivas.

Dito de outra forma, uma rede fechada será sempre mais eficiente para o capital social, do que uma rede aberta. Por conseguinte,

> "o encerramento da estrutura social é importante não só para a existência de normas eficazes, mas também para outra forma de capital social: a confiabilidade das estruturas sociais que permite a proliferação de obrigações e expectativas. […] A reputação não pode surgir numa estrutura aberta, e as sanções coletivas que garantiriam a confiabilidade não podem ser aplicadas. Assim, podemos dizer que o fechamento cria confiabilidade numa estrutura social" (Coleman, 1988, pp. S107-S108)[9].

A criação, a manutenção e a destruição do capital social podem, então, alicerçar-se no fechamento das redes sociais e na estabilidade das estruturas, para além da ideologia e ainda de outros fatores, como os suportes sociais formais (Coleman, 1990).

Vale a pena referir, no entanto, e a propósito do fechamento da rede, que Portes (1998) chama a atenção para as suas consequências negativas, considerando que a dedicação ao grupo pode dificultar a iniciativa individual e o alcance de interesses pessoais. Paralelamente, a densidade de uma rede fechada pode limitar a privacidade e a autonomia dos indivíduos, uma vez que estão sujeitos a um elevado controlo social. Como resultado, as expectativas pessoais são igualmente restringidas.

Por fim, e para fecharmos a tripla paternidade do conceito de capital social que referimos no início deste ponto, resta-nos abordar a perspetiva de Robert Putnam, para quem importa destacar a dimensão normativa que surge das relações sociais. Segundo o autor, o capital social diz respeito às ligações entre indivíduos, nomeadamente no âmbito das redes sociais e das normas de reciprocidade e de confiança que delas emergem (Putnam, 2000), aproximando-se, neste último caso, da perspetiva de

[9] A tradução da referência consultada em inglês é da nossa responsabilidade.

Coleman, como tivemos oportunidade de observar, ainda que os respetivos contornos, como veremos, configurem alguma diferenciação.

Desde muito cedo, em 1993, que o autor identifica no capital social características da organização social que permitem tornar as sociedades mais eficientes e coordenadas, como é o caso da confiança, das normas e das redes. Dois anos mais tarde, considera que estas são características da vida social que capacitam a ação conjunta, tendo em vista objetivos partilhados e destacando a confiança enquanto elemento central na participação cívica, sem, no entanto, conseguir determinar se é a participação que resulta da confiança social ou o contrário (Correia, 2007)[10].

É com a herança da definição de Coleman que o capital social se pode observar, para Putnam (2000), em diferentes formas, tamanhos e usos. O autor ilustra a sua definição com recurso a alguns exemplos de redes, as quais são, ao mesmo tempo, fonte e forma de capital social. É o que acontece com as organizações cívicas, a rede de contactos profissionais e a família extensa, para referir apenas alguns.

As redes sociais[11] e a reciprocidade que as caracteriza, afiguram-se, portanto, elementos facilitadores da cooperação em prol de um benefício mútuo. É pela via das redes que se operam obrigações mútuas, não apenas enquanto contactos, mas também como suporte de um envolvimento comunitário assente em normas de reciprocidade. Cria-se a expectativa de que se fazemos algo pelos outros, também os outros podem fazer algo por nós, sejam os outros aqueles com quem interagimos diretamente, ou não (Putnam, 2000).

Tal facto pressupõe, na perspetiva do autor, a existência de redes abertas, em que predomina a confiança de todos em todos e de todos nas instituições, na referida lógica de reciprocidade, com benefícios para o indivíduo, para a comunidade ou para a sociedade, em função da intensidade e distribuição das normas e da confiança que

[10] Talvez por isso Portugal (2007) considere que encontramos em Putnam uma confusão analítica entre o capital social e as suas fontes, facto que, na sua opinião, promove uma difícil operacionalização do conceito.

[11] Putnam utiliza também a expressão "redes de conexão social" para definir o capital social (Putnam, 2000, p. 117).

enformam o capital social (Correia, 2007). Neste aspeto, Putnam desvia-se da linha de pensamento de Coleman, para quem o fechamento das redes pode resultar num conjunto de vantagens. Da mesma forma, aquela abertura reduz as consequências negativas apontadas por Portes.

Conclui-se, portanto, que Putnam coloca a ênfase do capital social nas relações entre as pessoas e não nas pessoas em si, tal como acontece em Coleman.

A problematização exposta leva Portugal a colocar as diferenças e semelhanças entre os pais do conceito de capital social de uma forma que nos parece ser simples e fácil de entender: "(…) se para Bourdieu e Coleman a questão é "o que é que a minha rede pode fazer por mim?", para Putnam é "em que medida todos podemos beneficiar de uma rede social ampla com normas e confiança associadas?"" (Portugal, 2007, p. 19).

Em jeito de síntese e considerando o nosso objeto de estudo e a pergunta de partida que formulámos, parece-nos oportuno citarmos Correia quanto à sua definição de capital social, assumindo que o conceito representa "um conjunto de elementos constituintes de uma sociedade, comunidade ou organização, que aumentam a sua eficácia, por facilitarem a ação conjunta dos indivíduos na realização de objetivos comuns", podendo assumir a forma de normas, redes sociais, confiança generalizada e reciprocidade (Correia, 2007, p. 66). Uma abordagem, de resto, partilhada por outros autores, que se referem ao capital social através das relações interpessoais baseadas na confiança, na reciprocidade e no apoio mútuo, como forma estruturada de cooperação (Travaglini, 2012). Um código normativo regulador da vivência e da rede de relações sociais, que pode ser visto enquanto recurso essencial à ação coletiva e enquanto bem público que beneficia aqueles que para ele contribuem, com efeito multiplicador potencialmente positivo para o desenvolvimento local e para o desempenho das instituições (Ribeiro, 2023).

Capítulo 2 – Metodologia de investigação. O caso da Rede Social de Santo Tirso

Neste segundo capítulo pretendemos dar a conhecer o quadro metodológico da pesquisa que efetuámos. Serão abordadas as questões paradigmáticas, de ordem epistemológica e metodológica, e as técnicas de recolha e tratamento de informação sobre as quais recaíram as nossas escolhas. Terminaremos o capítulo com uma referência à especificidade do objeto de estudo.

1. Sobre o paradigma pós positivista adotado

A definição do nosso objeto de estudo e o modo como nos propusemos compreender a RSST transportaram-nos para o paradigma pós-positivista que, por sua vez, nos conduziu à escolha do conjunto de técnicas consideradas mais ajustadas para a validação do conhecimento. Trata-se de um paradigma baseado em metodologias quantitativas de recolha e análise de dados, assente no pressuposto de que a realidade é mensurável, designadamente por via da verificação empírica, o que ajudará a responder à pergunta de partida, bem como a atingir os objetivos delineados (Figueira, 2019).

O facto de o paradigma pós-positivista ser muito orientado para o que se considera ser uma realidade una e objetiva, capaz de ser captada por intermédio de um inquérito por questionário (como fizemos e como teremos oportunidade de referir adiante), tem sido objeto de algumas críticas. No nosso caso, porém, a experiência vivida no âmago do objeto de estudo, ao longo de, praticamente, duas décadas, acaba por mitigar, de alguma forma, as suas limitações. De outro modo, isto é, sem uma abordagem objetivista, a investigação poderia ter sido totalmente influenciada pelos vieses que decorrem da referida participação na RSST.

Conscientes de que o conjunto de pressupostos epistemológicos e ontológicos que caracterizam o paradigma escolhido determina a estratégia de investigação, a interpretação dos dados e a propagação de conhecimento, pensamos ser importante referir que o autor do presente trabalho de investigação desenvolve funções no

Município de Santo Tirso (MST). Entre novembro de 2002 – data da constituição da RSST – e dezembro de 2019, desempenhou a função de coordenação técnica da RS, passando a exercer o cargo de Chefe de Serviço da Rede Social entre esse mesmo mês e março de 2022. Desde então, tem vindo a exercer o cargo de Chefe de Divisão de Ação Social, unidade orgânica em que se encontra inserido aquele Serviço.

É inegável, portanto, que, do ponto de vista epistemológico, tal facto nos confere uma posição privilegiada quanto ao conhecimento do trabalho que ali tem vindo a ser desenvolvido, mas, igualmente, uma grande familiaridade passível de introduzir enviesamentos interpretativos, dada a proximidade ao objeto. Assim sendo, e de modo a garantirmos a capacidade, sempre limitada, de nos afastarmos de juízos de valor ou de pré-conceitos, optámos por uma abordagem capaz de nos garantir uma validade científica acrescida, tendo em vista a procura de resposta à nossa pergunta de partida.

Também nos parece importante dar nota de que esta reflexão epistemológica nos permite assegurar as quatro regras de que Eco (1998) nos fala a propósito da escolha do tema, e que se relacionam com o interesse do investigador, com a acessibilidade das fontes, com a mensurabilidade das fontes e, por último, com um quadro metodológico condizente com a experiência do investigador. O que acabámos de explanar confere à investigação enormes potencialidades em qualquer um destes quatro níveis.

2. Opções técnicas de recolha e tratamento de informação

Para a satisfação da nossa curiosidade científica, desenhámos um modelo de recolha de informação assente numa abordagem exploratória descritiva e quantitativa, no qual triangulámos a técnica de recolha de informação central, o inquérito por questionário, com as fontes documentais a que tivemos acesso, por um lado, e com o próprio processo de participação-observação, por outro.

Vejamos mais em pormenor.

Na base de toda a investigação esteve a revisão da literatura científica existente sobre o nosso objeto de estudo, um enquadramento teórico que permitiu dar corpo à ideia definida inicialmente, ao mesmo tempo que serviu de facilitador para as opções

metodológicas e para a escolha dos instrumentos de recolha de informação. Dito de outra forma, tratou-se de operacionalizarmos uma estratégia em que a problematização concetual e teórica assume um lugar central em toda a investigação, pondo, assim, em prática a «função de comando da teoria» (Almeida; Pinto, 1995).

Sem cair no erro da gula livresca que muitas vezes ocorre em investigação nas ciências sociais (Quivy; Campenhoudt, 1992), a nossa pesquisa juntou ao processo indutivo de seleção de fontes (sustentado por suportes referenciados por outros autores em artigos científicos ou livros sobre o tema em apreço, ou mesmo – dada a especificidade do tema e do território onde incide a dissertação – em documentos disponibilizados pelo MST) uma procura sistematizada, através das bases de dados *Web Of Science* e *Scielo*.

No caso do método sistemático, a pesquisa bibliográfica foi realizada com a baliza temporal 2000-2025, para a área das ciências sociais, em português, espanhol e inglês, filtrada por artigos de investigação e capítulos de livros, e assente em três palavras-chave, a saber: organização social, rede e terceiro setor. Foi realizada uma leitura prévia dos resumos de cada obra consultada, apurando-se, por essa via, a existência de conteúdos que estivessem no tópico, ou fora do tópico, da nossa investigação, com resultado nas nossas opções de leitura.

A par da revisão da literatura para a construção do estado da arte, pareceu-nos pertinente contextualizarmos o objeto de estudo sob o ponto de vista do seu território e sob o prisma de um programa de política pública, dado tratar-se de um elemento fundamental da nossa pergunta de partida. Para o efeito, recorremos à técnica da análise documental, fazendo incidir o nosso foco em documentos disponibilizados pelo MST, na qualidade de entidade que preside à RS. Integrados no Plano de Desenvolvimento Social (PDS), realçamos os Planos de Ação (PA) anuais, que configuram uma fonte essencial para o conhecimento do trabalho prático da RS levado a cabo no território. Procurámos identificar as ações em rede que se encontram executadas ou planeadas com base em financiamento público ou privado, possibilitando-nos uma comparação com os dados obtidos através da aplicação do inquérito por questionário.

Devemos acrescentar que a nossa condição profissional nos facilitou o acesso a documentos internos ao MST, os quais se revelaram de extrema utilidade para a referida análise documental, alguns já não disponíveis na Internet, outros de acesso restrito. Aliás, durante o processo de pesquisa recorremos, inclusivamente, ao chamado «arquivo morto».

Importa, pois, descrever as 8 tipologias de documentos verificados, num total global de 276, que nos permitiram obter informações de pormenor, acerca da participação, financiamento e caracterização geral da organização do trabalho em rede, e que passamos a apresentar na tabela 1.

Tabela 1 – Dimensões da análise efetuada aos documentos da RSST

Documento	Dimensão	Indicadores	Total	Data inicial-final
PA	Participação	N.º de ações	16	2005-2025
		Data das ações		
		Responsabilidade das ações		
	Financiamento	Ações segundo o financiamento		
		Tipologia das ações financiadas		
Pareceres técnicos	Caracterização geral	N.º de pareceres técnicos emitidos	51	2005-2025
		Data dos pareceres técnicos		
		Tipo de entidades proponentes		
		Tipologia de projetos		
Atas do CLAS e folhas de presenças	Participação	N.º de reuniões	39	2002-2025
Atas do Núcleo Executivo e folhas de presenças		N.º total de entidades	74	2002-2025
Folhas de presenças do grupo de trabalho de técnicos de intervenção social		N.º de entidades presentes Tipologia das entidades presentes	32	2010-2025
Folhas de presenças dos grupos temáticos		Frequência de participação	31	2017-2025
Boletim Informativo da RSST	Participação	N.º de edições	24	2006-2012
		N.º de artigos publicados		
		Responsabilidade dos artigos		
		Regularidade dos artigos		
	Financiamento	Artigos segundo o financiamento		
Diagnóstico Social – Caderno temático "Vulnerabilidades e recursos sociais"	Caracterização geral	Tipologia da informação disponível	9	2014-2024
		Regularidade da informação apresentada		

Fonte: Elaborada pelo autor.

O facto de estarmos relacionados de forma muito estreita com a RSST leva-nos a considerar a participação-observação como técnica não documental de apoio à nossa

investigação, designadamente a que ocorreu entre 2002 e 2022. Trata-se de uma vertente da observação participante, em que aproveitámos a nossa participação naquele grupo para dele recolher informação global e, ao mesmo tempo, intensiva sobre o nosso objeto de estudo (Almeida; Pinto, 1995).

Esta é, no entanto, uma técnica que – estamos conscientes – poderia enviesar, *a priori* (e de forma positiva), as respostas que quisemos obter por parte do tecido institucional. É precisamente o que nos dizem Almeida e Pinto (1995), ao esclarecerem que a observação direta, enquanto subtipo da participação-observação, não está isenta de subjetividade, designadamente pela dimensão afetiva intrínseca à pertença ao grupo.

Para tentarmos contornar este eventual enviesamento, por relação à nossa condição perante o objeto de estudo, foram contempladas na estrutura do questionário algumas questões de controlo, que visaram amenizar o referido condicionalismo.

No que respeita ao enquadramento global do território onde recai a nossa investigação, foi consultado o sítio institucional do MST na Internet[12]. De referir que o início da nossa investigação coincidiu com uma fase de transformação desta plataforma, quer em termos de imagem, quer de conteúdos, limitando, em alguma medida, o acesso à informação pretendida[13].

Quanto ao inquérito por questionário administrado às IPSS com sede em Santo Tirso, que representa a nossa principal técnica de recolha de informação, tivemos em linha de conta, para a sua construção, as já referidas análise documental e revisão da literatura científica.

Indissociável do conhecimento resultante da nossa condição profissional, a escolha daquelas instituições está relacionada com a sua presença assídua e permanente nos vários fóruns da RSST, tendo um papel de elevado destaque na sua vertente mais prática e uma forte adesão a todas as atividades propostas, inclusivamente as que resultam da execução do PA. É disso exemplo a realização, em 2025, de um dia dedicado ao espírito

[12] [Consult. 21 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://www.cm-stirso.pt/institucional/municipio>.
[13] Conhecimento que detemos pela nossa condição profissional no MST.

de equipa e às questões de *stress* e *burnout*. Uma presença, portanto, muito superior a outras organizações do terceiro setor que compõem a RSST e cuja fraca participação poderia enviesar os resultados da nossa investigação, pelo desconhecimento do trabalho desenvolvido.

Foram tidas em conta as diferentes fases de preparação e realização desta técnica (Ferreira, 1986), nas quais se inclui a definição das variáveis e escalas utilizadas (Almeida; Pinto, 1995, 1986), apoiadas por uma bateria de dimensões de análise e respetivos indicadores (tabela 2). Relativamente às questões de escala propostas, optámos pelas escalas ordinal e de avaliação, ainda que esta última possa ser considerada uma escala de ordem disfarçada como métrica (Hill; Hill, 2000).

Tabela 2 – Dimensões de análise do inquérito por questionário

Objetivo	**Dimensão**	**Indicadores**
Perceber a evolução do trabalho em rede	Caracterização do trabalho	Tipo de organização do trabalho
		Duração do trabalho em rede
		Composição da rede
		Participação em grupos de trabalho
		Participação nos documentos de diagnóstico e planeamento
		Representação sobre o trabalho em rede
Apurar as motivações para o trabalho em rede, resultados alcançados e fins prosseguidos	Aspetos motivacionais	Motivos que justificam a atuação em rede
		Beneficiários do trabalho em rede
		Vantagens do trabalho em rede
		Reconhecimento e legitimidade das partes interessadas
Perceber a intensidade da rede e as dependências criadas pela sua operacionalização	Entidades parceiras	Localização
		Interação
		Comunicação
	Participação	Grau de participação no diagnóstico e planeamento
	Dependências	Existência de financiamento
		Tipo de financiamento
Perceber o impacto do trabalho desenvolvido no âmbito da RS	Papel da RS	Influência da RS na organização
		Resultados do trabalho em rede
		Impacto da RS nas partes interessadas
		Identidade da RS
Caracterizar as pessoas inquiridas e a organização	Sociografia dos inquiridos	Género
		Função na instituição
	Caracterização organizacional	Fundação
		Âmbito de intervenção
		Dimensão
		Público-alvo
		Valências

Fonte: Elaborada pelo autor.

A abordagem quantitativa do nosso objeto de estudo pela via do inquérito por questionário permitiu-nos alcançar uma das suas vantagens, designadamente "(…) compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, etc. (…)" de quem estamos a inquirir (Ghiglione; Matalon, 1997, p. 13). Fizemos incidir a auscultação numa análise de cariz, exclusivamente, quantitativo, através de questões fechadas, extraindo daí a vantagem de uma mais fácil compreensão por parte dos inquiridos (Ghiglione; Matalon, 1997), bem como uma mais fácil comparação entre categorias de resposta (Giddens, 1997). Do mesmo modo, foram consideradas questões relacionadas sobre factos, conhecidos previamente à aplicação do inquérito, e questões de opinião, que nos permitiram conhecer o posicionamento das organizações inquiridas face à nossa questão de partida e às hipóteses levantadas (Ghiglione; Matalon, 1997).

De forma a obtermos o maior número de respostas ao questionário no tempo disponível, recorremos à administração direta (Quivy; Campenhoudt, 1992), aplicando-o *online* (com recurso à plataforma *Google Forms*) às 21 IPSS do concelho de Santo Tirso e direcionado à presidência destas organizações.

Foram obtidas 18 respostas, uma constatação fácil de explicar, considerando a ligação que temos ao nosso objeto de estudo. Entre as três IPSS não respondentes, uma ainda não iniciou atividade (de centro de dia), outra detém o estatuto jurídico, mas a sua atividade é direcionada para a prática desportiva, e a terceira corresponde a um caso peculiar, na medida em que (quase) nunca responde às solicitações que lhe são dirigidas.

Durante o período de junho em que o questionário esteve disponível, foi feito um reforço por telefone, no sentido de sensibilizar à resposta tão rápida quanto possível, em prol do cumprimento de prazos definidos na, e para a, investigação. O método do contacto telefónico (em detrimento do reforço por *e-mail*) e o facto de termos realizado apenas um reforço, está relacionado com a facilidade de contacto com as organizações em apreço, que nos permitiu obter as respostas desejadas num curto período.

Não queremos terminar a abordagem ao questionário sem antes mencionarmos o respetivo pré-teste, que aplicámos a 5 IPSS de outros concelhos da AMP, a saber:

Oliveira de Azeméis, Paredes, Póvoa de Varzim, Trofa e Vila do Conde, todos com uma população residente aproximada à de Santo Tirso, com exceção da Trofa, que, no entanto, já foi parte integrante do nosso concelho, sendo-lhe contíguo. Desta forma, tentamos reproduzir o mais possível a realidade tirsense, relativamente à qual a versão final do questionário foi aplicada.

Este procedimento permitiu-nos ajustar alguns pormenores das perguntas formuladas e das respetivas opções de resposta, com o objetivo de verificar se as questões colocadas eram, efetivamente, aplicáveis e se respondiam aos problemas por nós colocados no ponto de partida da investigação (Ghiglione; Matalon, 1997). Uma conversa com os inquiridos após o envio da sua resposta elucidou-nos sobre as dificuldades encontradas e deu-nos a conhecer outras observações pertinentes à construção de uma versão final mais robusta, na ótica dos objetivos da pesquisa empírica (Ghiglione; Matalon, 1997).

Os inquiridos realizaram uma apreciação global favorável do questionário, sem levantar grandes dificuldades de preenchimento, nem dúvidas sobre as questões colocadas ou as respostas pré-definidas, que – afirmaram – traduzem totalmente o trabalho em rede. O mesmo aconteceu em relação à duração do preenchimento, que se estimava em menos de dez minutos e que, ao responderem, lhes pareceu perfeitamente aceitável. Obtivemos, no entanto, alguns apontamentos que nos ajudaram a melhorar e versão final, como são disso exemplo o cabeçalho de apresentação e as questões de filtro, da mesma forma que, por estarem relacionadas com as dimensões do nosso estudo, foram acrescentadas duas questões sobre os canais de comunicação e a identidade da RS.

Para conseguirmos dar "uma forma homogénea às respostas a todas as perguntas de modo a ser possível tratá-las e verificar a existência de relações entre elas" (Ghiglione; Matalon, 1997, p. 229), os dados recolhidos através deste questionário foram introduzidos numa base de dados criada no programa informático SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*[14]. Considerando a reduzida dimensão do nosso universo de

[14] Sobre o SPSS consultar, por exemplo, Hill; Hill (2000), ou Pestana; Gageiro (2014).

estudo – 21 IPSS que integram a RSST[15] – foi efetuada uma análise descritiva univariada das respostas às questões formuladas.

Em suma, estamos perante uma abordagem quantitativa, baseada no método extensivo por via do recurso ao inquérito por questionário, a que se junta uma abordagem intensiva, resultado do conhecimento aprofundado que detemos sobre o objeto de estudo através das vivências supramencionadas, isto é, da participação-observação levada a cabo durante praticamente duas décadas de trabalho na RSST.

3. A Rede Social de Santo Tirso: objeto empírico de análise

A organização do trabalho em rede, no quadro do PRS, depende, em grande medida, do contexto e dinâmicas territoriais em que se insere. A dimensão do concelho, o número de entidades que compõem o CLAS e a integração, ou não, nas áreas metropolitanas do país – como já havia sido problematizado por Ruivo (2000) –, configuram, entre outros, aspetos que podem influenciar o comportamento em rede de cada município.

No caso do concelho de Santo Tirso, que delimita territorialmente o nosso objeto de estudo, parece-nos relevante enunciar, ainda que brevemente, alguns dados sobre a sua caracterização e que facilitam a contextualização da nossa intervenção.

3.1. Enquadramento original: o Programa Rede Social

Como já foi indicado, o PRS surge em 1997, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, que procede ao reconhecimento público da denominada 'rede social', designada pelo conjunto das diferentes formas de entreajuda, no domínio da ação social, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social. Só mais tarde, em 2006, com o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, viria a ser regulamentada.

[15] Tendo em conta o objetivo de fazer incidir o estudo em todas as IPSS do concelho de Santo Tirso e dado o seu reduzido número, não foi necessário qualquer procedimento de amostragem. Sobre o Universo ou População do estudo, bem com os métodos de amostragem, ver, por exemplo, Hill; Hill (2000), ou Almeida; Pinto, 1995.

Após o primeiro impulso, através de um trabalho de parceria alargada e assente na planificação estratégica da intervenção social local, este diploma visou a constituição de uma RS com um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, com atuação no mesmo território. Os parceiros devem basear a sua participação na igualdade entre si e na colaboração mútua, consensualizando objetivos e concertando as ações a desenvolver. Desta forma aumentam a eficácia e a eficiência das respostas sociais, bem como a rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias.

O referido Decreto-Lei consagra, então, os princípios, as finalidades e os objetivos da RS, regulamentando ainda a sua constituição, o seu funcionamento e a competência dos seus órgãos: o CLAS e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF). Ambos assumem as medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da RS.

Considerando os objetivos da nossa investigação, destacamos ainda o facto de o CLAS ter, entre muitas outras, a competência de constituir o seu Núcleo Executivo (NE), a competência de criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessários, e a competência de avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo NE. O CLAS é, na prática, um órgão deliberativo, que aprova as decisões tomadas pelo NE ou por um conjunto de entidades que operacionalizam o trabalho em rede, nas diferentes esferas de atuação.

Em paralelo, é ao NE que compete operacionalizar as decisões do CLAS, por um lado, e levar assuntos para sua decisão, por outro, numa estrutura de menor dimensão, composta por um mínimo de 3 e um máximo de 7 entidades.

Juntas, estas duas plataformas constituem a espinha dorsal da RS.

No âmbito do funcionamento da RS, o diploma legal supramencionado aponta também o caminho do processo de planeamento integrado de intervenção. Trata-se de um trabalho concertado entre os vários parceiros e operacionalizado através do Diagnóstico Social (DS), do PDS, do PA e do sistema de informação.

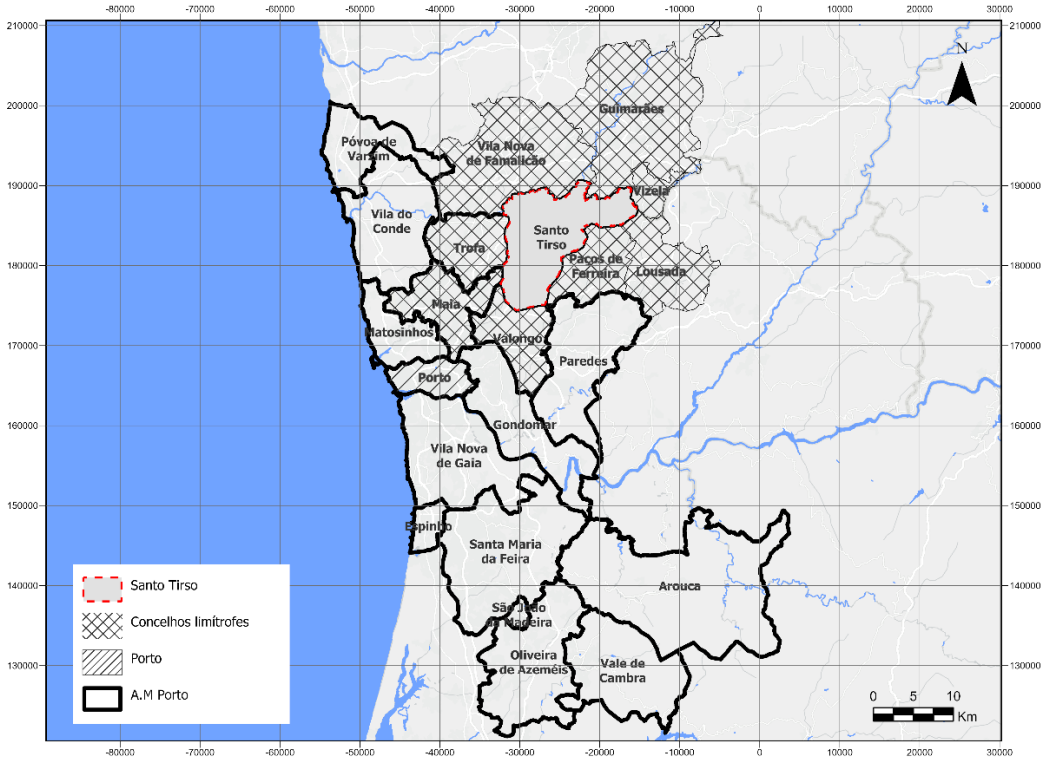
Um último apontamento, para referir que a governação integrada da RS contempla, ainda, um nível macro de atuação, através das Plataformas Territoriais Supraconcelhias.

3.2. Enquadramento territorial e populacional

Do ponto de vista do enquadramento territorial, o concelho de Santo Tirso está localizado na região Norte do país e é considerado um concelho de charneira entre o Grande Porto, o Tâmega e o Ave, fazendo parte do distrito do Porto e da AMP (CLAS, 2024a). É delimitado pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Vizela, Lousada, Paços de Ferreira, Valongo, Trofa e Maia (figura 1).

Trata-se de um concelho com 140 Km^2, que se estendem ao longo de 14 freguesias e que somam uma população residente de 67 709 pessoas, de acordo com a informação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente no âmbito do Recenseamento Geral da População de 2021.

Figura 1 – Mapa do enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso



Fonte: elaboração própria, baseada na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), 2025.
Nota: A análise espacial foi desenvolvida a partir da CAOP 2025, utilizada como base oficial para os limites administrativos, permitindo a análise espacial por unidade territorial. Todos os procedimentos foram realizados em ambiente SIG. As grelhas utilizadas foram construídas com recurso ao sistema de coordenadas ETRS89/PT-TM06, assegurando a projeção cartográfica oficial de Portugal continental.

O DS aponta ainda para uma população caracterizada por um duplo envelhecimento da pirâmide etária, que se traduz num decréscimo do índice de dependência de jovens e num aumento do índice de dependência de idosos, face ao recenseamento populacional anterior, realizado pelo INE. A estes indicadores, podemos acrescentar o índice de envelhecimento, que, em 2021, representava para mais do dobro da população com 65 ou mais anos de idade por relação aos indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (CLAS, 2024a).

3.3. Orgânica e funcionamento da Rede Social de Santo Tirso

Como vimos em cima, o CLAS e o NE dão forma à espinha dorsal da RS.

No que diz respeito ao CLAS de Santo Tirso e com dados de janeiro de 2026, a sua composição conta com 96 parceiros[16], uma dimensão que, por si só, acaba por limitar a operacionalização deste órgão. O encontro de todos os parceiros faz-se através de reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias. De acordo com o regulamento em vigor no CLAS de Santo Tirso, as reuniões ordinárias acontecem duas vezes por ano.[17]

Ainda em relação à sua composição, o CLAS evidencia uma multiplicidade de parceiros que abre espaço a pontos de vista diversificados e enriquecedores do desenvolvimento social concelhio. Entre esses parceiros, contam-se: i) a câmara municipal; ii) entidades do setor público tuteladas pelo governo; iii) IPSS (ou equiparadas) que desenvolvem respostas sociais com acordos de cooperação com a Segurança Social; iv) juntas de freguesia e uniões de freguesias; v) outras entidades do terceiro setor (associações empresariais, IPSS sem acordo com a Segurança Social, ONG, associações humanitárias, associações culturais e recreativas, associações de voluntariado e grupos sociocaritativos/conferências vicentinas); vi) agrupamentos de escolas; vii) associações de pais.

[16] Em conformidade com a informação disponibilizada pelo MST. [Consult. 25 jan. 2026]. Disponível na Internet <hhttps://www.cm-stirso.pt/servicos/areas-de-intervencao/acao-social/rede-social/clas>.
[17] [Consult. 25 jan. 2026]. Disponível na Internet <https://www.cm-stirso.pt/servicos/areas-de-intervencao/acao-social/rede-social/clas>.

Não obstante, a média de participação nas suas sessões plenárias cifra-se nas 28 entidades, como pudemos aferir pela análise das folhas de presenças das 39 reuniões. E se analisarmos o perfil dos parceiros que marcam presença, constatamos que o peso relativo das IPSS se sobrepõe às demais entidades[18], em linha com o que tivemos oportunidade de referir no âmbito da justificação da escolha do nosso objeto de estudo.

Quanto ao NE, o número de entidades cifra-se no número máximo previsto (sete) e as suas reuniões ordinárias acontecem três vezes por ano, igualmente acompanhadas de reuniões extraordinárias, sempre que necessário, tal como podemos ler no referido regulamento. Com uma presença permanente da câmara municipal e da segurança social, e com os restantes parceiros eleitos de dois em dois anos, o NE pode ser intitulado de «linha de partida» da vertente prática da RS, na medida em que é neste fórum que são debatidas todas as decisões do trabalho em rede.

Ora, é precisamente neste ponto que pretendemos incidir o nosso foco – a rede em prática. Uma rede que apresenta hoje um nível de maturidade muito superior ao que revelava no início da sua atividade, em 2002, em que contava, ao momento da sua constituição, com a adesão de 44 entidades, entre as quais constavam 26 públicas, 8 IPSS, 1 ONG e 9 de outra índole[19].

Recuando cerca de vinte e quatro anos, importa reter o trabalho inicial, que, para além da constituição formal do CLAS – que acabámos de mencionar –, teve como ponto de partida a criação de um ciclo de diagnóstico e planeamento (PDCA – *Plan, Do, Ckeck, Act*), iniciado com a elaboração de um Pré-diagnóstico Social, a que se seguiu a redação do DS e do consequente PDS, composto, por sua vez, por PA anuais[20]. Os relatórios de

[18] Por relação a entidades públicas e outras entidades que agrupámos num único grupo.

[19] Embora a adesão ao CLAS tenha sido oficializada numa sessão plenária, a que corresponde a primeira ata, nem todas as entidades que aderiram marcaram presença nessa mesma reunião, remetendo a assinatura do documento de constituição do CLAS para um momento ulterior. Voltaremos a esmiuçar estes dados mais adiante, de acordo com a informação disponível no MST.

[20] A metodologia inicial da RS, que incluiu a elaboração de um pré-diagnóstico social, era, na altura, uma imposição da entidade financiadora da implementação do PRS, o Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS). O ciclo PDCA, que a RSST atualmente desenvolve, tem na base do seu planeamento estratégico o DS, sob a forma de cadernos temáticos.

avaliação e as sugestões neles apontadas configuram o fim e o reinício desta metodologia de trabalho, que se concretiza anualmente.

Este conjunto de documentos possibilitou o conhecimento, até então difuso, da realidade tirsense, encarada sob múltiplos pontos de vista, que vão desde a demografia à ação social, passando pela cultura, pelo desporto, pela saúde, pelas acessibilidades, pela economia e emprego, pela educação e formação, pela habitação e pela segurança.

É a partir desta base de trabalho que, no quadro do PRS e no contexto da RSST, começam a surgir, em 2005, os primeiros projetos com pareceres técnicos emitidos pelo CLAS, em função das necessidades observadas. É também com este pano de fundo que se iniciam os primeiros grupos de trabalho, numa tentativa ainda embrionária de construir uma verdadeira rede, em detrimento de uma lógica de trabalho em silos. Não apenas no que às IPSS diz respeito, mas também com o desejado envolvimento de entidades públicas e de importância nuclear para o desenvolvimento social concelhio, como são disso exemplo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Direção Regional de Educação do Norte[21], o Instituto de Reinserção Social[22], a Administração Regional de Saúde do Norte e as juntas de freguesia.

Mas para conhecermos melhor o modelo de funcionamento da RSST, no contexto da referida metodologia de diagnóstico e planeamento, importa irmos um pouco mais fundo na nossa descrição. Uma forma de trabalhar assente em várias sinergias entre parceiros, sob a forma de grupos de trabalho, alguns dos quais respeitantes a áreas específicas.

Com efeito, é inevitável darmos nota do percurso realizado no âmbito das CSF, que nos ajudam a compreender o papel dos vários perfis de parceiros e a atual configuração do trabalho em rede. Um percurso irregular, com várias tentativas de constituição e operacionalização frustradas ao longo das primeiras duas décadas de funcionamento. O nosso papel de participante-observador permite-nos afirmar que as dificuldades de conjugação de horários, bem como as representações face à sua pertinência e aos seus

[21] Como era, então, designada; atual Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.
[22] Como era, então, designado; atual Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

benefícios – para as entidades, por um lado, e para a comunidade, por outro –, terão estado na origem dos avanços e recuos observados e que acabaram por tornar estas estruturas inoperantes.

Estamos perante um exemplo claro da influência do contexto territorial na operacionalização das redes. Pelo conhecimento que fomos adquirindo ao longo de vinte anos, não nos parece despiciendo afirmarmos que estas mesmas estruturas, que não tiveram sucesso em Santo Tirso, desempenham um papel preponderante noutros concelhos, com dinâmicas de funcionamento distintas. Estruturas compostas por todos os parceiros de cada freguesia ou conjunto de freguesias e que visam pôr em prática o princípio da subsidiariedade do PRS, através do qual se privilegia uma intervenção tão próxima das populações quanto possível[23].

A RSST encontrou uma forma de organização alternativa, que passou pela criação de vários grupos de trabalho, de resto previstos na regulamentação do PRS[24]. Mas ao longo dos anos, a chamada de parceiros a reuniões de trabalho da RS revelou-se uma tarefa árdua, naquele que foi, simultaneamente, um processo de construção identitária, com uma crescente participação das entidades parceiras, porém com uma difícil consciencialização das vantagens do trabalho em rede. Todavia, é precisamente nestes grupos de trabalho que reside o atual motor de toda a dinâmica observada.

Um desses grupos, o primeiro a ser criado, diz respeito ao grupo de trabalho de técnicos de intervenção social, que junta técnicos das IPSS e de entidades públicas (emprego, saúde, segurança), em torno de temas e objetivos comuns, e sempre tendo por missão a atualização do DS e a consequente (re)definição do PDS concelhio. No caso das referidas organizações do terceiro setor, a sua representação neste grupo de trabalho faz-se, muitas vezes, por mais do que um técnico, a maior parte das vezes motivada pelas diferentes valências das instituições, que podem, por essa razão, prestar contributos diferenciados em função dos temas abordados.

[23] Sobre os princípios da Rede Social, cf. Artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, bem como IDS (2001a), em que é abordada, ainda, a estratégia da implementação da RS.
[24] Conforme n.º 2, do Artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.

Assente na técnica participativa de recolha de informação '*focus-group*', este grupo de trabalho tem, atualmente, uma dimensão e uma dinâmica de funcionamento muito superiores às que foram sendo observadas nos primeiros anos, após a sua constituição. A importância que hoje em dia lhe é atribuída pelos diferentes parceiros espelha um processo evolutivo, baseado nas representações que as próprias entidades fazem da sua importância para o seu trabalho e para as pessoas, substituindo-se às CSF e fazendo com que seja considerado um grupo âncora do trabalho desenvolvido.

Os restantes grupos têm temas específicos, a saber: idosos e deficiência; saúde mental, dependências e sem-abrigo; violência doméstica. Estes grupos reúnem apenas parte das entidades referidas em cima, fazendo coincidir as respetivas temáticas com a especialização da intervenção por parte das organizações.

Nuns e noutros, as IPSS são preponderantes para o sucesso que tem vindo a ser construído, na ótica do trabalho em rede e dos resultados alcançados[25]. Uns e outros reúnem com periodicidades definidas – no caso do grupo de técnicos de intervenção social, sempre que é necessário atualizar o diagnóstico e/ou definir a estratégia; no caso dos grupos temáticos, de acordo com o definido em cada grupo, habitualmente uma vez por cada trimestre, e/ou sempre que se observa a necessidade urgente de discutir um determinado tema ou um determinado caso social.

Tendo por referência o trabalho do grupo de técnicos de intervenção social, podemos também afirmar que os grupos temáticos desenvolvem um trabalho intermédio, apontando, em cada área, qual o caminho a seguir, em função do conhecimento e do diagnóstico da realidade. Este trabalho é, posteriormente, debatido e validado pelo grupo de técnicos de intervenção social, que, por ter outra dimensão – quer em número, com mais parceiros representados, quer em diversidade, porque conta com a presença de entidades provenientes de várias áreas de atividade –, pode apresentar diferentes perspetivas e contributos sobre os assuntos tratados, enriquecendo e polindo as propostas inicialmente apresentadas.

[25] A RSST foi convidada pelo Instituto da Segurança Social, em 2018, a apresentar o seu modelo de boa prática nacional na IV Conferência Internacional GOVINT, em Lisboa.

Já em 2025, e no decurso do que poderemos considerar novas formas de exclusão social[26], foi definido criar-se um grupo temático para as migrações e minorias étnicas, e outro para a infância e juventude. A sua constituição foi concretizada em 2026 – ao mesmo tempo que decorreu o presente trabalho de investigação –, assente, uma vez mais, numa lógica de chamada das IPSS e das organizações da administração pública que trabalham diretamente com os respetivos públicos-alvo.

O trabalho de todos estes grupos completa-se com a apresentação ao NE e ao CLAS, que o validam e aprovam, respetivamente.

Em síntese, estamos perante uma metodologia de trabalho baseada em grupos temáticos muito orientados para a participação das entidades que desenvolvem intervenção social no território, com particular destaque para as IPSS. Uma metodologia que atravessa o ciclo de planeamento, desde o diagnóstico à avaliação, passando pela definição da estratégia e respetiva operacionalização, com resultados na identidade da parceria que enforma a RSST e na ampla partilha de informação.

[26] Uma concetualização que não vamos aqui desenvolver, dado não ser esse o âmbito da nossa investigação.

Capítulo 3 – Análise e discussão de resultados

Chegados a este ponto, passamos a apresentar os resultados obtidos, descrevendo as informações recolhidas através da análise documental sobre a RSST e da administração do inquérito por questionário. A conjugação dos dados permitir-nos-á responder à questão inicialmente colocada, aos objetivos definidos e às hipóteses formuladas. A análise é ainda enriquecida com os nossos apontamentos de participante-observador do trabalho desenvolvido naquela estrutura de parceria.

1. Sobre o trabalho desenvolvido pela Rede Social de Santo Tirso

Com a finalidade de conhecermos em pormenor o trabalho que tem vindo a ser realizado pela RSST, analisámos quase três centenas de documentos, que não só nos permitem aferir a respetiva dinâmica, como também nos possibilitam apurar o papel que as IPSS assumem e que nos propusemos caracterizar com a presente investigação.

Iniciando pela execução do PA da RSST entre 2005 e 2025, a leitura do gráfico 1 conduz-nos a várias ilações. Uma nota prévia, porém, para indicar que a responsabilidade ilustrada no gráfico nem sempre é isolada; em alguns casos, as ações têm uma corresponsabilidade, mas sob a coordenação de uma determinada entidade, seja do domínio público, seja da esfera solidária.

O primeiro comentário vai para o formato em que a informação é apresentada nos documentos analisados. Fruto de uma metodologia dinâmica e adaptada no tempo, em função, por um lado, das ações formativas proporcionadas pelo Instituto da Segurança Social[27] e, por outro, das opções tomadas pela própria RSST, constatámos que até 2010 a matriz de enquadramento lógico utilizada faz referência às fontes de financiamento das ações propostas, informação que deixa de estar disponível a partir do ano imediatamente a seguir. Como é visível no gráfico, entre 2008 e 2010, tal financiamento

[27] Organismo público nacional responsável pela supervisão das Redes Sociais.

está quase sempre relacionado com as ações cuja responsabilidade de execução é atribuída a IPSS.

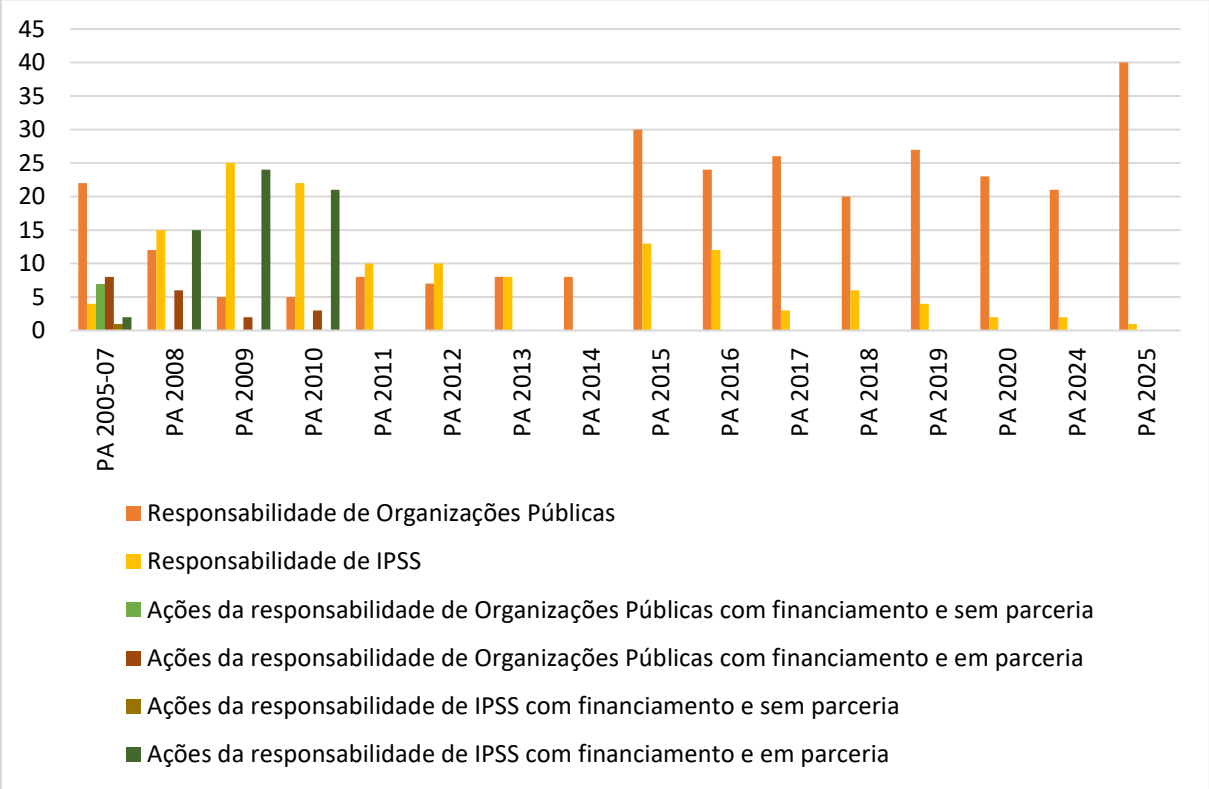
A segunda nota vai para a mudança de paradigma na construção do PA, a partir de 2011. Resultado do crescimento da RS, desde esta data que é observada uma evolução na abordagem ao plano, que deixa de ser construído com base no somatório dos planos de ação das várias entidades, passando a ser apoiado em ações dependentes de sinergias e da vontade, disponibilidade e capacidade de cada parceiro.

Nesta perspetiva, a resolução das fragilidades sociais deixa de assentar em ações de cariz estrutural (como a construção de equipamentos sociais dependentes de financiamento, ou o desenho de projetos de grande dimensão e igualmente sujeitos ao financiamento público), para adquirir um maior grau de exequibilidade, com ações direcionadas para a informação e sensibilização, para a definição de procedimentos comuns na intervenção ou para o reforço das parcerias, para mencionar apenas alguns exemplos (CLAS, 2024b). Podemos afirmar, portanto, que a lógica de planeamento em silos e com recurso a fontes de financiamento deu lugar a uma lógica de competências definidas na rede, em que cada parceiro contribui com o seu conhecimento e a sua intervenção.

O terceiro aspeto que nos parece interessante destacar, porventura relacionado com os dois anteriores, prende-se com o peso da responsabilidade de execução das ações do plano a partir de 2013. Com exceção dos primeiros três anos, entre 2005 e 2007, cujo arranque, após a conclusão do DS, coube muito mais a entidades públicas do que a IPSS, nos anos subsequentes, e até 2012, inclusive, observou-se uma clara preponderância da responsabilidade assumida por estas últimas, coincidente com a dependência de financiamento público. Igualadas em 2013 e com uma exceção em 2014 (relacionada com o arrastamento, por decisão do CLAS, das ações de 2013, e que motivou a definição de algumas ações apenas dependentes da responsabilidade do município, a respeito da dinamização da própria rede), a partir de 2015 observa-se uma alteração drástica da definição de responsabilidades. As entidades do Estado passam a ser, em todos os anos, as grandes promotoras das ações em rede, em detrimento da relevância das IPSS.

Última nota, para explicar a ausência de planeamento no período compreendido entre 2021 e 2023 (período não mencionado no gráfico 1). Duas razões sustentam esta evidência: por um lado, 2020 foi o ano da pandemia Covid-19, com paragem temporária do trabalho presencial e consequências na continuidade do trabalho que havia sido construído até então, bem como na preparação do ano seguinte. Algo que acabou por ter ainda reflexos em 2022, já que em 2021 a normalidade ainda não estava completamente reestabelecida. Por outro lado, as mudanças levadas a cabo no MST e com implicações diretas na coordenação técnica da RS acabaram por abrandar substancialmente a velocidade de execução do trabalho, que teve de passar por um normal período de adaptação por parte da nova liderança.

Gráfico 1 – Execução do PA anual da RSST segundo o tipo de organização responsável e financiamento público, entre 2005 e 2025



Fonte: Análise documental efetuada aos PA da RSST, entre 2005 e 2025.

A questão da nova liderança não é, aliás, de somenos importância, na medida em que exigiu – e ainda está a exigir – uma múltipla adaptação à forma de operacionalizar a RS.

A nova responsável, todos os parceiros envolvidos nos diferentes momentos de trabalho em rede e até a nova supervisão ao nível dirigente e político[28], estão em fase de adaptação, tendo por base o histórico observado. Tal facto poderá implicar reflexos imediatos e a prazo nos resultados obtidos, algo que só será possível medir quando passar tempo suficiente que permita encetar uma abordagem de cariz longitudinal.

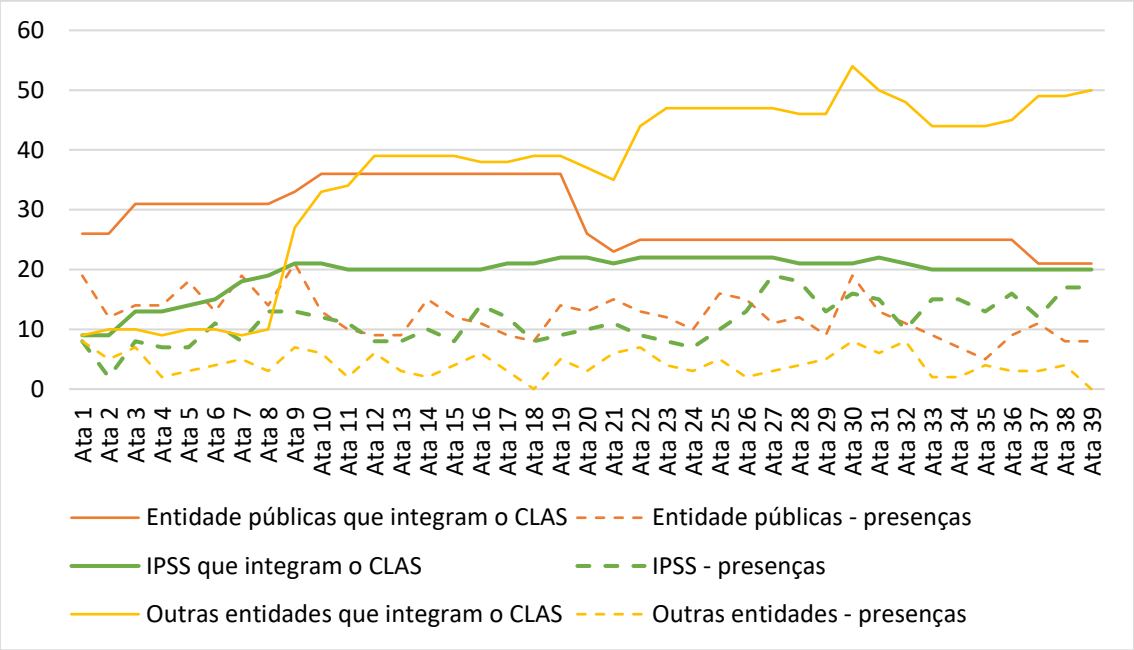
Associada à alteração de paradigma na construção do PA, que mencionámos em cima, pensamos ser importante referir a emissão de pareceres técnicos pelo NE (e deliberados pelo CLAS). Ao longo dos primeiros anos foram várias as IPSS que solicitavam uma apreciação técnica às suas intenções, em grande medida relacionadas com as ações propostas em sede de PA da RS – a referida construção de equipamentos sociais e o desenho de projetos de grande dimensão. Embora a análise que efetuámos aos 51 pareceres emitidos até 2025 demonstre que o dinamismo do tecido institucional continua vivo, atualmente são raros os casos em que os pareceres técnicos solicitados são coincidentes com ações inscritas no plano da rede, em consonância com a diminuição de responsabilidades que expusemos.

No que respeita ao CLAS e pela leitura do gráfico 2, podemos retirar duas principais ilações, que nos parecem úteis para a nossa análise. Desde logo, o facto de se observar uma diferença significativa e crescente, em sintonia com a igualmente crescente dimensão do CLAS, entre o número de parceiros que compõem este órgão – 96, como já tivemos oportunidade de referir (dados de janeiro de 2026) – e as presenças efetivas. Em segundo lugar, o peso por demais evidente das IPSS nessas presenças, que numa boa parte das reuniões chega mesmo a sobrepor-se às restantes entidades, apesar de a sua representação na parceria ser a que tem menor número.

Parece-nos ainda ser importante esclarecer que a diminuição do número de entidades públicas observada a partir da ata 19 (CLAS, 2002-2025) se prende com a reorganização administrativa do território nacional, que, em Santo Tirso, transformou as 24 freguesias, que davam forma ao concelho, em apenas 14.

[28] Já no decurso da nova liderança, as eleições autárquicas de 2025 resultaram numa alteração na vereação do pelouro responsável pela ação social e, concomitantemente, pela RS.

Gráfico 2 – Composição do CLAS e presenças nas sessões plenárias, entre 2002 e 2025



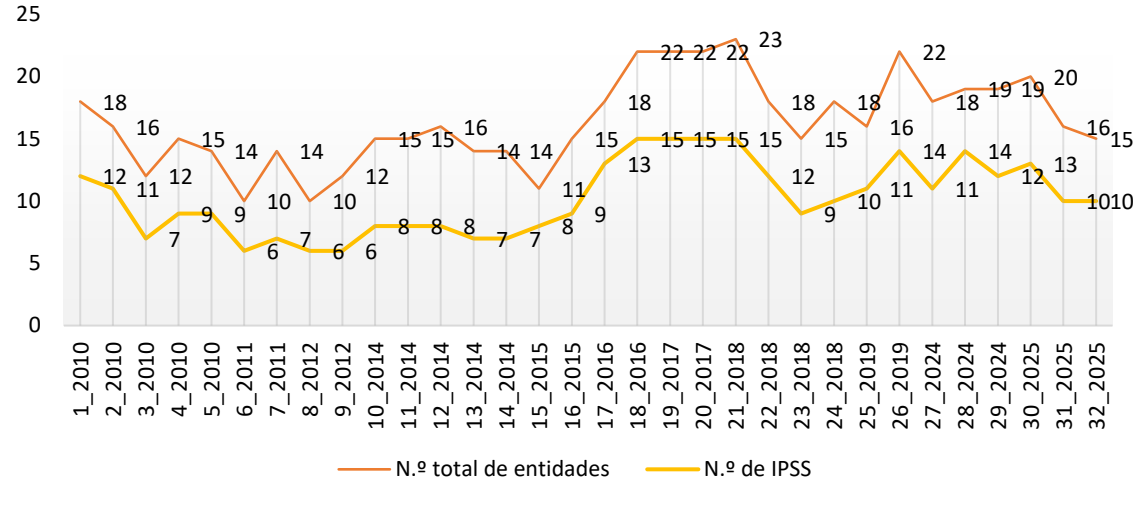
Fonte: Análise documental efetuada às atas do CLAS de Santo Tirso e respetivas folhas de presenças, entre 2002 e 2025.
Nota: Apesar de ter sido realizada mais uma sessão plenária em dezembro de 2025, não tivemos acesso à informação que resulta da sua ata, motivo pelo qual apresentamos um total de 39 reuniões.

Continuando a falar do NE, a análise das respetivas atas (NE, 2002-2025), num total de 74 reuniões, permitiu constatar uma presença extremamente assídua por parte das IPSS que o integram. A este propósito, recordamos que o NE deve ser composto por 3 a 7 entidades, sendo uma delas obrigatoriamente sem fins lucrativos. Ora, desde a criação da RSST que tem sido opção do CLAS ter duas IPSS, o dobro do obrigatório, numa clara afirmação da importância que lhes é atribuída e que se mantém inalterável até ao momento em que situamos o nosso estudo. Mas voltando à questão das presenças nestas reuniões, destaca-se o facto de em apenas 2 delas (2,7%) as IPSS não terem comparecido e de em 17 (23%) só ter comparecido uma. Ou, dito de outra forma, em 55 reuniões (74,3%) as duas IPSS estiveram presentes, fazendo jus à confiança que lhes tem sido depositada.

Relativamente às questões relacionadas com o grupo de trabalho de técnicos de intervenção social, o gráfico 3, resultante da análise das respetivas folhas de presenças, reporta uma participação destacada das IPSS, por relação à participação global. De facto, e em pormenor, pudemos aferir uma média de participação de 61,8% do total de

presenças. Em nenhuma das reuniões em apreço houve uma participação das IPSS inferior a 50% (apenas observada em 5 reuniões), da mesma forma que por 3 vezes esta percentagem se cifrou acima dos 70%. Relembramos que este grupo é composto por todos os técnicos de intervenção social do concelho, provenientes de entidades públicas e do setor solidário, ainda que em determinados momentos possam participar outras entidades, a convite.

Gráfico 3 – Presenças nas reuniões do grupo de trabalho de técnicos de intervenção social, entre 2010 e 2025



Fonte: Análise documental efetuada às folhas de presenças das reuniões do grupo de trabalho de técnicos de intervenção social, entre 2010 e 2025.

Outra das formas de trabalhar da RSST está relacionada com os grupos temáticos. Criados em 2017, em certa medida para colmatar as debilidades resultantes da inoperância das CSF, estes grupos reúnem entidades especializadas nos respetivos temas, numa dimensão que se quer tão reduzida quanto possível, para que a sua operacionalização seja eficaz.

Até dezembro de 2025, estavam em funcionamento 3 grupos temáticos, a saber: 'Violência Doméstica' (desde 2017 e composto por 7 entidades), 'Saúde Mental, Dependências e Sem-abrigo' (desde 2017 e composto por 10 entidades) e 'Idosos e Deficiência' (desde 2019 e composto por 10 entidades). Em todos, estão representadas IPSS, respetivamente, 1, 3 e 5.

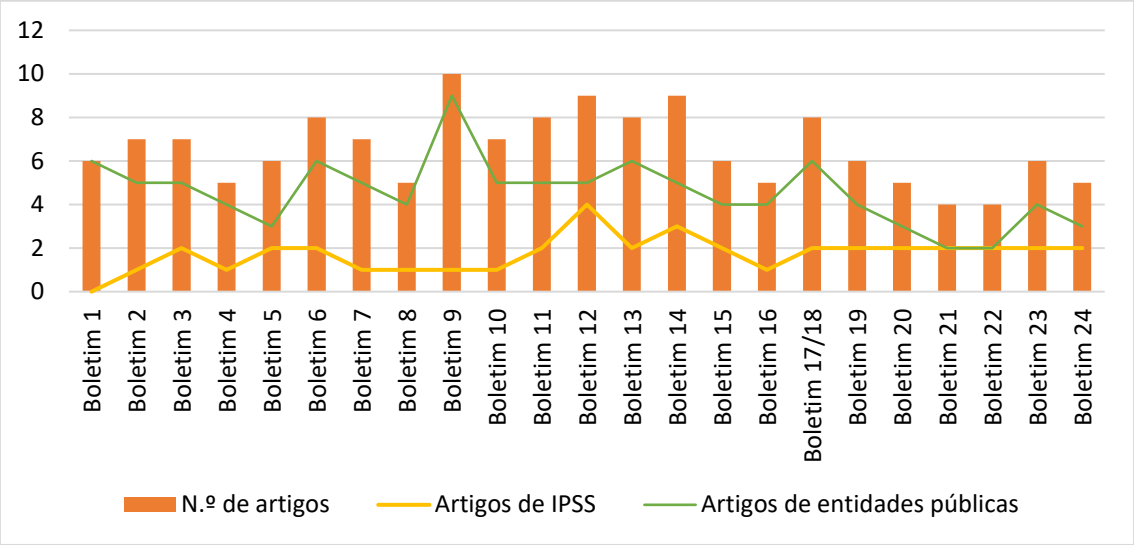
Se somarmos o registo de todas as presenças, percebemos que a assiduidade é uma constante: entre 16 reuniões do grupo 'violência doméstica', apenas em 2 (12,5%) a IPSS não esteve presente; entre 8 reuniões do grupo 'saúde mental, dependências e sem-abrigo', foram 6 (75%) as que contaram com a presença de, pelo menos, 2 instituições; entre 7 reuniões do grupo 'idosos e deficiência', nunca houve uma participação abaixo das 3 IPSS e em 6 delas (85,7%) estiveram presentes sempre 4 ou mais.

Analisámos também o Boletim Informativo (BI) da RSST. Trata-se de um documento criado em 2006, no âmbito do projeto "Santo Tirso: Desafios para a Coesão Social"[29]. De periodicidade trimestral, o boletim terminou a sua edição em 2012, com a publicação do n.º 24. Pelo caminho, um dos boletins teve dupla numeração, juntando duas edições numa só.

Pela leitura do gráfico 4, podemos constatar uma presença constante de artigos de IPSS ao longo do tempo. Com exceção do primeiro número, em todos os outros observou-se sempre, pelo menos por uma vez, a publicação de textos de sua autoria (ainda que um destes casos reporte a uma IPSS externa ao concelho de Santo Tirso). O somatório de 40 artigos ilustrados no gráfico representa 27,6% dos 145 publicados no conjunto de todas as edições. Tal reflete uma forte presença das IPSS na vida da RSST, sobretudo se considerarmos que os 99 artigos (68,3%) publicados por entidades públicas são de autoria do MST, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santo Tirso (presidida pela câmara municipal) e do Centro de Saúde de Santo Tirso, neste último caso com dois artigos publicados.

[29] Com financiamento da União Europeia – Fundo Social Europeu, designadamente através do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

Gráfico 4 – BI da RSST, segundo o n.º de artigos publicados e tipo de autor, entre 2006 e 2012



Fonte: Análise documental ao BI da RSST, entre 2006 e 2012.
Nota: No gráfico não estão representados os artigos de autor, num total de 6 (4,1%), apenas publicados nos boletins n.º 2, n.º 5, n.º 7, n.º 10, n.º 11 e n.º 14.

Uma análise mais fina do conteúdo dos 40 artigos de autoria de IPSS mostra-nos que 23 (57,5%) fazem referência a parcerias: 17 (73,9%) externas e 6 (26,1%) internas. Entre as primeiras, 14 (82,4%) dizem respeito a projetos financiados por fundos públicos ou a acordos de cooperação com a Segurança Social, enquanto 3 (17,6%) não referem qualquer fonte de financiamento. Da mesma forma, no que concerne às 6 parcerias internas não há qualquer referência a fontes de financiamento.

Veremos, mais à frente, de que forma as IPSS responderam às questões colocadas sobre o financiamento, mas este é já um indicador que revela a existência de um conjunto de projetos em parceria, algumas delas externas e com recurso a financiamento público, deixando antever algum grau de dependência a este nível. Da mesma forma, não podemos ficar indiferentes ao facto de termos constatado que a responsabilidade das IPSS expressa nos PA traduz, igualmente, o recurso a fontes de financiamento, algo que deixa de existir em simultâneo à transferência dessa responsabilidade para organismos públicos.

Por fim, a análise do caderno temático «vulnerabilidades e recursos sociais» permitiu reforçar o destaque dado às IPSS no DS de Santo Tirso (CLAS, 2014-2024). Efetivamente, nas várias versões que o documento vai tendo, é inegável a constante referência àquelas

entidades, muito por relação às respostas sociais/valências desenvolvidas e que acabam por ser o garante da substituição do Estado de que já falámos. Uma grande parte do caderno está desenhada, portanto, em torno desse trabalho, numa vertente mais quantitativa, com dados relacionados com as capacidades, ocupações e listas de espera. Não obstante, é igualmente importante destacar a abordagem qualitativa, que reporta ao conhecimento empírico de quem todos os dias desenvolve funções no terreno, auxiliando na identificação de problemas e respetivas soluções.

Em suma, a análise documental permitiu-nos asseverar um forte peso das IPSS no contexto da RSST. Facto que, pela participação-observação que decorreu da nossa atividade profissional nesta estrutura de parceria, já percecionávamos, embora sem esta fundamentação documentada, que agora certifica a importância destas organizações no trabalho em rede na esfera social.

2. Caracterização sociográfica dos inquiridos e das organizações

Os resultados do questionário aplicado às IPSS que têm sede e operam no concelho de Santo Tirso dão forma ao ponto que agora iniciamos. Olhemos, então, para as representações do trabalho em rede, na perspetiva de quem colaborou no nosso estudo.

Iniciamos com uma breve caracterização sociográfica das pessoas que responderam ao questionário em nome das respetivas IPSS, seguindo-se uma descrição dos resultados respeitantes a estas mesmas entidades.

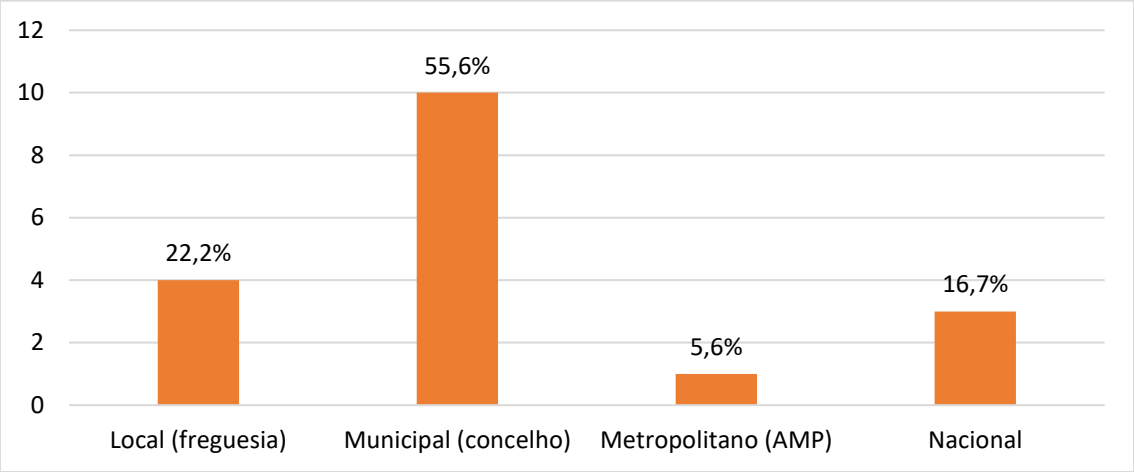
Entre as 18 respostas obtidas, a maioria dos inquiridos manifesta ser do género feminino (16 – 88,9%). Apenas 2 pessoas (11,1%) se identificam com o género masculino. Desenvolvem, dentro da organização, funções de diretores técnicos (14 – 77,8%), havendo lugar a 3 respostas (16,7%) dadas por técnicos e apenas 1 (5,6%) por um dirigente. Ou seja, um conjunto de respostas muito ligadas à vertente técnica, profissionalizada e com maior conhecimento da realidade da instituição.

Tendo por base as respostas consideradas válidas, as IPSS foram fundadas, maioritariamente, antes de 2002, o ano do nascimento da RSST (16 organizações –

94,1%). Apenas 1 (5,9%) foi fundada já com a RS em pleno funcionamento, concretamente no ano de 2006. Esta constatação inibe-nos de realizar cruzamentos com esta variável, mas, por sua vez, permite-nos olhar para os resultados de um modo mais confiante[30].

No que concerne ao âmbito da intervenção que desenvolvem (gráfico 5), somam-se 14 IPSS (77,8%) que afirmam ter o nível municipal ou superior. Dentre estas, de referir as que abrangem mesmo o nível nacional, muito provavelmente por força das respostas e acordos de cooperação que mantêm com a administração central do Estado e que motivam à obrigatoriedade de alargamento do âmbito das suas respostas para lá do concelho de Santo Tirso e até da região.

Gráfico 5 – Âmbito da intervenção das IPSS (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

O facto de o trabalho destas instituições extravasar as fronteiras territoriais da freguesia demonstra uma abordagem diferente da lógica de trabalho em silos, e pode ser entendido como um indicador que converge com o conceito de rede de Castells (2011), que pressupõe a expansão da relação entre atores e a inovação de recursos no âmbito

[30] A reduzida dimensão do nosso universo de estudo não nos permite testar estatisticamente os dados recolhidos, pelo que a confiança a que nos referimos não decorre de qualquer significância estatística.

das sinergias criadas, neste caso a partir de um nível municipal ou superior, como acontece com a maioria dos casos.

Já do ponto de vista da dimensão das IPSS, estamos perante uma realidade com algumas diferenças e uma maior dispersão. Entre as 18 respostas obtidas, a instituição com menos trabalhadores tem 11 pessoas e a de maior dimensão chega às 420. Esta última constitui, no entanto, uma exceção, já que entre os restantes casos o número máximo cifra-se nas 77 pessoas ao serviço. O cenário integral mostra uma média ilusória de 62 trabalhadores, mas se optarmos por uma média aparada aos dois extremos, esta estatística baixa para 43.

O foco nas pessoas idosas e nas crianças e jovens afigura-se uma realidade incontornável. No que concerne às pessoas idosas, os 72,2% de casos acabam por demonstrar um alinhamento das respostas concelhias com as dinâmicas demográficas enunciadas, que apontam para um claro envelhecimento populacional. Ao mesmo tempo, o leque das respostas sociais permite abranger um vasto público em situação de maior vulnerabilidade, conforme podemos observar pela leitura da tabela 3.

Tabela 3 – Público-alvo das IPSS (N=18)

Público-alvo	**N**	**% de casos**
Pessoas idosas	13	72,2
Crianças e jovens	10	55,6
Pessoas com deficiência	3	16,7
Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	3	16,7
Pessoas em situação de sem-abrigo	3	16,7
Minorias étnicas	3	16,7
População migrante	2	11,1
Outros	2	11,1
Ex-reclusos	1	5,6
Voluntários	1	5,6
Total	**41**	**227,8**

Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas. A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

Na tabela 4 podemos visualizar o leque de respostas que acabámos de mencionar. Tendo em consideração os dados respeitantes ao público-alvo, era de esperar um predomínio das respostas para a população idosa, com um triplo destaque – Centro de

Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – e para a infância, designadamente, mas não só, creche e jardim-de-infância.

Tabela 4 – Valências das IPSS (N=18)

Valência	N	% de casos
Centro de Dia	11	61,1
Serviço de Apoio Domiciliário	11	61,1
Creche	9	50,0
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	8	44,4
Jardim-de-infância	6	33,3
Apartamento de Autonomização	3	16,7
Centro Comunitário	3	16,7
Atividades de Tempos Livres	2	11,1
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	2	11,1
Cantina Social	2	11,1
Centro de Acolhimento Temporário para menores	1	5,6
Lar de Grandes Dependentes	1	5,6
Residência de Integração Autónoma para pessoas com deficiência	1	5,6
Refeitório Social	1	5,6
Lavandaria Social	1	5,6
Outra	1	5,6
Total	**63**	**350,0**

Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas. A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

Em síntese, os dados espelham um tecido institucional com elevada experiência e com uma amplitude de intervenção interessante, atravessando todas as faixas etárias, numa diversa gama de grupos sociais e panóplia de respostas. Embora, maioritariamente, sejam de âmbito municipal, tais respostas não deixam de ir ao encontro, ainda que em menor escala, das necessidades da esfera metropolitana e até nacional.

3. Caracterização do trabalho em rede

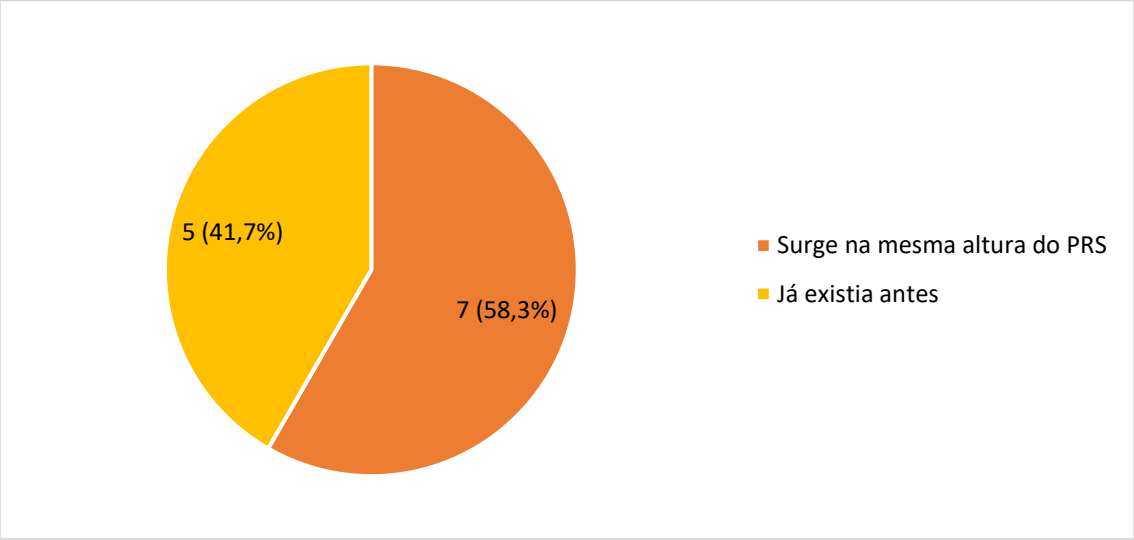
Neste ponto pretendemos apresentar e analisar os resultados da aplicação do inquérito por questionário às IPSS, triangulando-os com os dados apurados pelas restantes técnicas de recolha e tratamento de informação.

3.1. Arranque do trabalho em rede

O resultado da primeira questão apresentada no questionário e que condicionava a sua continuidade não podia ser mais evidente, mas, igualmente, menos surpreendente – todos afirmam que a sua instituição trabalha ou já trabalhou em rede. Já em relação ao momento de início desse trabalho, as respostas estão longe de ser unânimes. Observa-se um eventual desconhecimento por parte de 6 inquiridos (33,3%), facto que pode dever-se a um/a corpo/direção técnico/a com um recente início de atividade ou de funções na organização, desconhecendo, por isso, se esta já trabalhava em rede no momento da criação da RSST. Há ainda 5 (27,8%) que alegam que o trabalho em rede já existia antes desta plataforma concelhia, ficando a maior fatia (7 – 38,9%) para as organizações que iniciaram o trabalho em rede com a emergência da RSST.

Se excluirmos aqueles que não sabem ou não responderam à pergunta em análise, a maioria informou ter iniciado o trabalho em rede em simultâneo com a RS local (gráfico 6). Facto que nos leva ao encontro do primeiro objetivo que definimos, e que nos permite afirmar, desde já, que a constituição do CLAS resultou num alargamento do trabalho em rede entre as IPSS concelhias.

Gráfico 6 – Início do trabalho em rede das IPSS (N=12)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.

Os parceiros da rede onde estão integradas as organizações respondentes são variados (tabela 5). Questionadas sobre as entidades com quem fazem parceria, quase todas apontam o MST, mas uma grande maioria aponta igualmente as IPSS/ONG, distinguindo-se, no entanto, as que têm o mesmo âmbito de intervenção, das que trabalham em áreas distintas, espelhando uma maior proximidade quando existem interesses e objetivos comuns.

Estamos perante aquilo que parecem ser as alianças estratégicas designadas por Castells (2011), que, numa sociedade em rede, se afiguram determinantes para a diversificação de clientes, redução de dependências e absorção de conhecimento para uso próprio. Embora partilhem o mesmo público-alvo e o mesmo âmbito – e, em alguns casos, até as mesmas valências –, a consciência da competição não lhes retira a margem de liberdade que têm para desenvolver, em parceria, a sua própria atividade.

Espaço ainda para o destaque dado a grupos sociocaritativos/conferências vicentinas, que prestam um apoio menos formal à comunidade, mas cujas sinergias podem resultar em melhores condições de vida e de bem-estar, quando nem o Estado, nem as IPSS o conseguem fazer.

Tabela 5 – Identificação dos parceiros das IPSS (N=18)

Entidade	**N**	**% de casos**
Câmara municipal do concelho sede	17	94,4
IPSS ou ONG do concelho sede com o mesmo âmbito de intervenção	15	83,3
Grupos sociocaritativos/Conferências vicentinas	11	61,1
IPSS ou ONG do concelho sede com outro âmbito de intervenção	10	55,6
Grupos de voluntariado	8	44,4
Entidades privadas com fins lucrativos com outro âmbito de intervenção	5	27,8
Mecenas	5	27,8
Entidades privadas com fins lucrativos com o mesmo âmbito de intervenção	4	22,2
Câmara municipal de outros concelhos	2	11,1
Área Metropolitana do Porto	2	11,1
Entidades financiadoras de fundos públicos	2	11,1
Entidades financiadoras de fundos privados	1	5,6
Outro(s)	1	5,6
Total	**83**	**461,1**

Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas.

Os resultados do questionário revelaram também que o grau de participação em grupos de trabalho é muito elevado (17 – 94,4%). Dito de outra forma, não se trata apenas de integrar a RSST, estamos perante um tecido institucional verdadeiramente ativo e comprometido com os vários domínios temáticos do trabalho desenvolvido, até porque todos afirmaram participar nos grupos de trabalho da RS, havendo ainda 4 entidades (25,5% dos casos) que, em paralelo, informaram participar noutros grupos externos, denunciando o alargamento das fronteiras no trabalho desenvolvido.

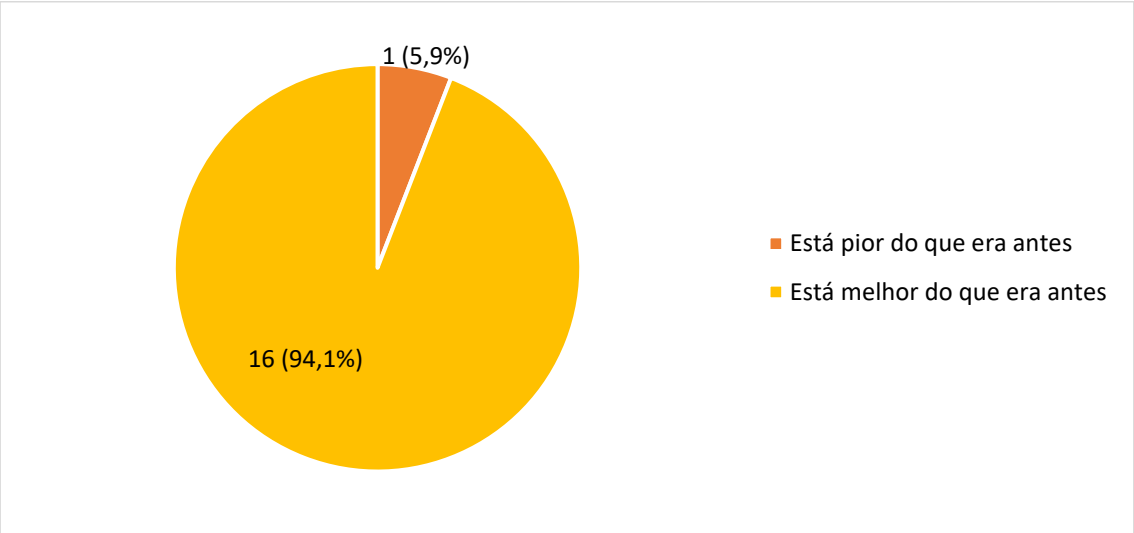
Uma vez mais, importa referir Castells (2011) a propósito da expansão das relações entre atores. O facto de algumas IPSS alargarem as suas sinergias para lá da RS pode potenciar-lhes a capacidade de se inovarem. Da mesma forma que, no seguimento desse enriquecimento metodológico, podem levar para dentro da RSST boas práticas passíveis de serem apreendidas e adaptadas por outros parceiros. Mas por outro lado, fazendo o paralelismo com a visão de Coleman (1990) sobre a organização associativa, percebemos que aquela maioria que se fecha numa participação exclusivamente associada aos grupos da RSST pode, como nos diz este autor, aumentar a eficácia do seu funcionamento enquanto rede, bem como as relações de confiança entre parceiros. Isto, apesar de dificultar as respetivas iniciativa e autonomia, como afirma Portes (1998), o que só não acontece, nesta perspetiva, com aquelas 4 organizações que abrem a sua rede de parceiros a entidades e grupos externos.

Tentando ser ainda mais incisivos, questionámos as IPSS acerca da participação no ciclo de planeamento da RSST, concretamente no que aos documentos de suporte diz respeito. As respostas não deixam transparecer qualquer dúvida: estamos perante uma participação massiva, com todas as organizações a afirmarem participar no PA, do mesmo modo que todas as que responderam no âmbito do DS e do PDS (17 – 100%) referem que integram os respetivos trabalhos. No que concerne aos PA, porém, esta é uma participação com reduzido peso na responsabilidade da sua execução, designadamente a partir de 2015, conforme pudemos constatar pelos resultados da análise documental.

Também não parece existir dúvidas quanto às diferenças do trabalho em rede desenvolvido em Santo Tirso após o surgimento do PRS. Entre as 17 respostas válidas, o

gráfico 7 revela um caso isolado de representação pessimista, dado que as restantes IPSS são de opinião de que o trabalho em rede está melhor do que antes. Devemos salvaguardar, no entanto, a possível influência nesta questão da nossa condição profissional na RSST, dado que, como vimos, nem todas souberam afirmar se a sua organização já trabalhava em rede antes deste programa se instalar no concelho.

Gráfico 7 – Estado do trabalho em rede em Santo Tirso por relação à emergência do PRS (N=17)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.

Estes últimos dados parecem sublinhar que a RS veio acrescentar valor ao trabalho em rede destas instituições, ora porque têm uma forte componente participativa no respetivo ciclo de planeamento – algo que não existia até então –, ora porque as próprias IPSS consideram, de forma muito clara, que o trabalho em rede é, hoje-em-dia, melhor que era antes do PRS. Recordamos, a este respeito, que Ruivo (2000) considera que as redes são importantes para a operacionalização de conteúdos, formas e objetivos comuns, como os que aqui se traduzem. Algo que se consegue pela via das parcerias estabelecidas entre as organizações sociais, numa clara manifestação do espírito do PRS.

3.2. Motivações para o trabalho em rede

Como tivemos oportunidade de verificar, o trabalho em rede não surge na mesma altura para todas as IPSS de Santo Tirso. Vejamos, agora, o que as motiva para esse trabalho.

De acordo com os dados ilustrados na tabela 6, o principal destaque vai para o conhecimento e a inovação, que a totalidade das IPSS considera ser um dos fatores de motivação para o trabalho em rede. Uma vez mais, vale a pena aludir à teoria de Castells (2011) acerca da inovação associada às sinergias e à sociedade em rede, que acaba por estar traduzida nestes resultados. Também Vieira, Barbosa e Parente (2019) destacam o facto de as organizações da sociedade civil enfrentarem a resolução de problemas através da criação de espaços de aprendizagem, que podem resultar no desenvolvimento de competências e na experimentação de ideias, entre as quais se contam as de inovação social.

Mas esta unanimidade não se verifica em qualquer outro fator, sem prejuízo de alguns destaques dignos de registo. Referimo-nos, concretamente, ao acesso a novas metodologias de intervenção – de resto, um fator igualmente relacionado com a inovação apontada unanimemente –, ao desenvolvimento de projetos em conjunto, ao acesso a canais de comunicação, ao acesso a financiamento/apoio municipal e à obtenção de credibilidade e legitimidade por parte da comunidade. Enfim, um conjunto de fatores que têm vindo a ser considerados no âmbito do debate científico do nosso objeto de estudo, como é disso exemplo a questão da abertura da rede, defendida por Putnam (2000) – e que resulta num ganho comum a indivíduos e organizações, facto que tem maior probabilidade de acontecer com projetos comuns, canais de comunicação alargados e o reconhecimento por parte da população –, ou a questão da importância atribuída à informação, referenciada por Coleman (1988) – como forma de capital social inerente às relações sociais.

Concretamente no que reporta ao financiamento enquanto fator motivador, é de referir a correspondência com os resultados da análise documental, em particular do BI, na medida em que uma grande parte dos projetos aí divulgados têm subjacente parcerias e financiamento público[31].

[31] Voltaremos à questão do financiamento ainda durante a análise e discussão de resultados.

Tabela 6 – Motivações das IPSS para o trabalho em rede (N=18)

	N	% de casos
Potenciar o conhecimento e a inovação	18	100,0
Acesso a novas metodologias de intervenção	17	94,4
Desenvolvimento de projetos em conjunto	15	83,3
Acesso a canais de comunicação	14	77,8
Acesso a financiamento/apoio municipal	13	72,2
Obtenção de credibilidade e legitimidade da comunidade	11	61,1
Alargamento do âmbito de intervenção	10	55,6
Aperfeiçoamento da estrutura organizacional	9	50,0
Acesso a maior número de público-alvo	6	33,3
Aperfeiçoamento do modelo de governança	6	33,3
Acesso a financiamento/apoio da junta de freguesia	5	27,8
Acesso a financiamento comunitário	3	16,7
Acesso a mais recursos humanos	3	16,7
Acesso a financiamento privado (ex.: bancos, comunicação social, empresas)	1	5,6
Total	**131**	**727,8**

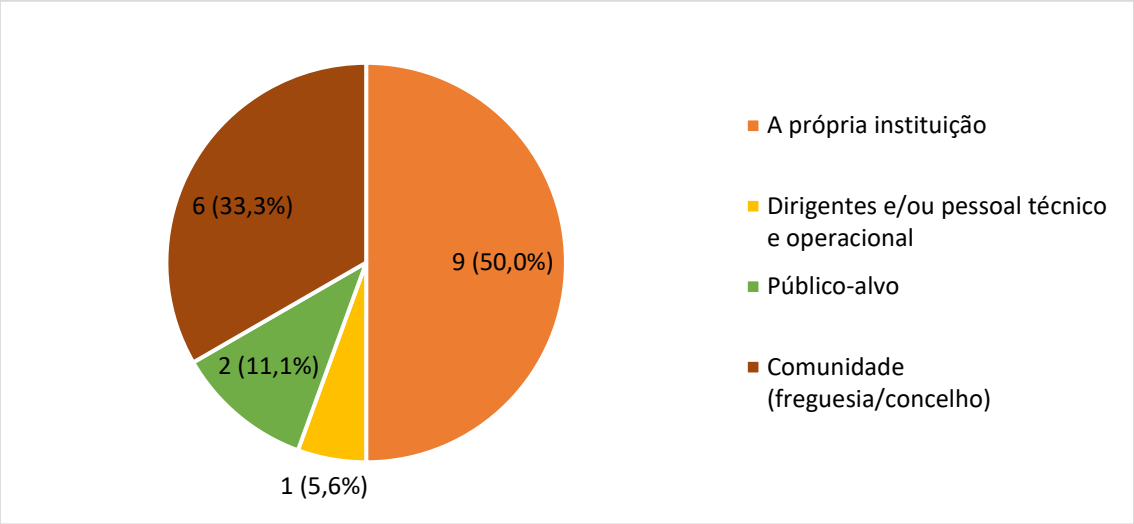
Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas.

3.3. Benefícios do trabalho em rede

Quando questionados sobre quem pode beneficiar mais com o trabalho em rede, metade das respostas aponta para a própria instituição – conceito de aprendizagem organizacional. Em segundo lugar, a opinião manifestada sugere a comunidade, isto é, a população residente na respetiva freguesia e/ou no concelho, fazendo com que os dirigentes e colaboradores, e até o próprio público-alvo, fiquem remetidos para terceiro plano (gráfico 8). Não obstante, o somatório das respostas relacionadas com a comunidade e o público-alvo revelam que, na opinião das IPSS respondentes, também as pessoas para quem o trabalho em rede é desenvolvido podem dele retirar os respetivos frutos.

Por conseguinte, e se relacionarmos o trabalho em rede ao capital social, porquanto se trata da relação entre indivíduos no âmbito das redes sociais (Putnam, 2000), estamos mais próximos da teoria sustentada por Coleman (1990), para quem o capital social produz resultados na estrutura de relações entre indivíduos, ou mesmo de Putnam (2000), cujo ponto de vista aponta para o benefício mútuo como resultado da cooperação em rede, e que está patente na distribuição de respostas obtidas.

Gráfico 8 – Principal beneficiário do trabalho em rede (N=18)

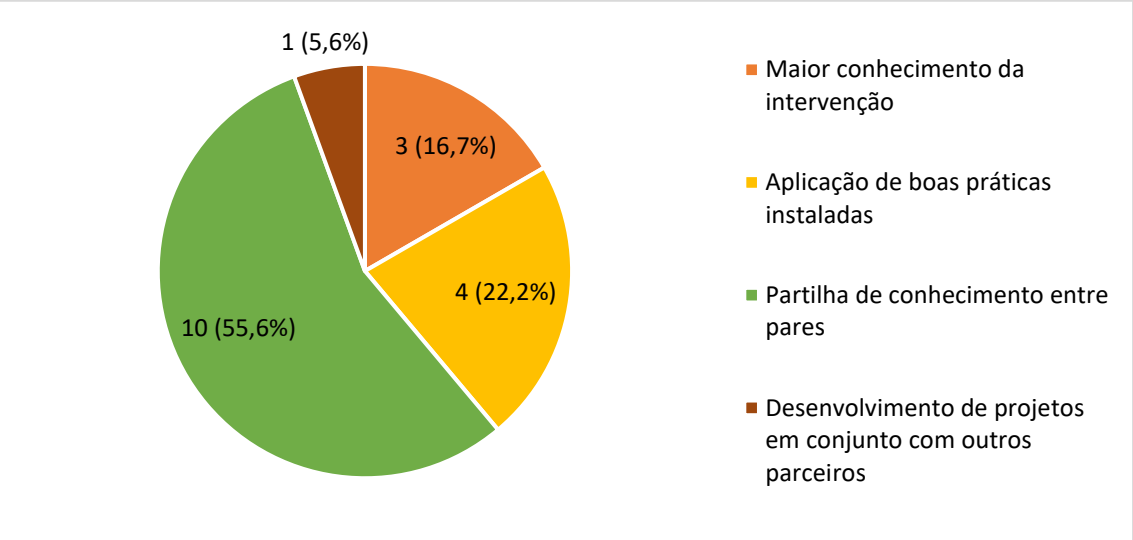


Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.

Relativamente às vantagens do trabalho em rede e tendo sido solicitado que apontassem apenas uma opção de resposta, as IPSS referiram, maioritariamente, a partilha de conhecimento entre si. De resto, e como podemos ler no gráfico 9, as demais respostas sugerem vantagens relacionadas com o trabalho em parceria, destacando-se a aquisição de conhecimento e boas práticas, em prol da melhoria do serviço prestado ao seu público-alvo.

De realçar que entre as restantes opções de resposta previstas no questionário constava a obtenção de financiamento público ou privado (cf. Anexo 1), pelo que estes resultados demonstram que, apesar de ser um fator motivacional (como vimos atrás), o acesso a financiamento não figura, na opinião dos respondentes, entre as principais vantagens do trabalho em rede.

Gráfico 9 – Principal vantagem do trabalho em rede (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

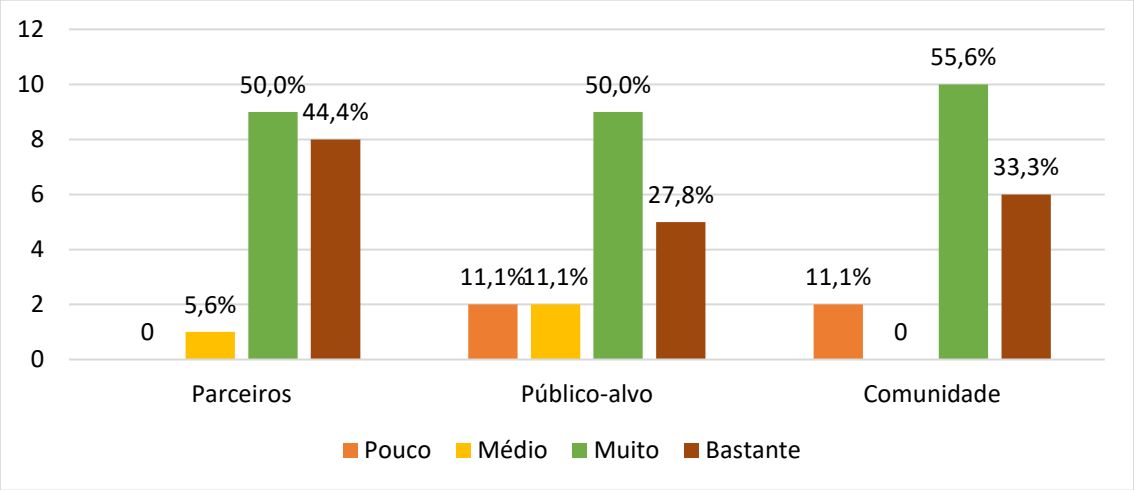
Outro dos pontos que quisemos explorar no questionário administrado às IPSS diz respeito à relação entre trabalho em rede e reconhecimento e legitimidade. Colocámos a questão relativamente aos parceiros das organizações, ao público-alvo para quem direcionam os seus esforços e à comunidade. Apresentámos uma escala de 1 a 5, em que 1 correspondia a 'muito pouco' e 5 a 'bastante'.

As respostas obtidas e que podemos observar, de forma sistematizada, no gráfico 10, apontam no sentido de existir uma forte relação entre as duas variáveis. De facto, não vislumbramos qualquer resposta que nos indicie o contrário, havendo apenas duas que assinalam que a relação é baixa no público-alvo e na comunidade, algo que nem sequer se verificou em relação aos parceiros. Resultados que vão ao encontro da perspetiva sustentada por Sluzki (1996), para quem as redes sociais geram reconhecimento relacionado com a competência e o protagonismo, entre outros aspetos. De resto, também Bourdieu (1986) aborda as questões do reconhecimento a propósito do capital social, embora, neste caso, este seja o resultado do investimento individual.

Em termos médios da referida escala, o valor obtido no caso do público-alvo situa-se nos 3,94, enquanto na comunidade se eleva até aos 4,11, espelhando, apesar daquelas duas respostas, altos níveis de relação entre as variáveis em análise. Aliás, a maioria

considera que o trabalho em rede permite obter 'muito' reconhecimento e legitimidade entre os três grupos em apreço, sendo de destacar o caso dos parceiros, relativamente aos quais também um número considerável de organizações considera que esse reconhecimento e essa legitimidade é 'bastante' alcançada pelo trabalho em rede. A percentagem acumulada de 94,4% entre o 'muito' e o 'bastante', de resto, não deixa qualquer margem para dúvidas. A mesma conclusão é revelada pela média obtida neste parâmetro, que se cifra nos 4,39.

Gráfico 10 – Obtenção de reconhecimento e legitimidade através do trabalho em rede (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.

De uma forma geral, os resultados alusivos às questões da motivação para o trabalho em rede incidem num conceito de rede aberta e muito voltada para uma perceção de que todos podem beneficiar com essa forma de estar, em alinhamento com a tese sustentada por Putnam (2000), e em oposição ao que é defendido por outros autores, mais no sentido de ganhos individuais (Bourdieu, 1986; Lin, 2001). Ademais, os resultados apurados transportam-nos para a sociedade em rede de Castells (2011) e para uma estrutura social assente na era da informação, bem como para a interdependência introduzida por Durkheim ([1893] 1999), a propósito do seu conceito de solidariedade orgânica, bem patente nas relações evidenciadas pelas IPSS tirsenses.

3.4. Intensidade da rede

Dedicamos este subponto à intensidade da rede. E para a compreendermos melhor, na ótica das IPSS, começamos por fazer alusão à proveniência dos seus parceiros, numa tentativa de apurarmos se o estabelecimento de parcerias se limita aos contornos administrativos do território ou se extravasa esse âmbito. Os resultados mostram uma rede essencialmente concelhia, mas o alargamento do trabalho em rede para lá das fronteiras do concelho também é observado, ainda que em dimensão substancialmente mais reduzida, conforme podemos ler na tabela 7.

Do ponto de vista territorial, tal significa que não estamos perante uma rede com os contornos defendidos por Quandt (2012) – com as referidas exceções –, em que as parcerias alargadas a outros setores e outras regiões assumem uma importância estratégica para as organizações. De resto, estes resultados não se desviam muito do âmbito de intervenção já caracterizado no início deste capítulo.

Tabela 7 – Proveniência dos parceiros das IPSS (N=18)

Proveniência dos parceiros	**N**	**% de casos**
Santo Tirso	17	94,4
AMP	3	16,7
Região Norte	3	16,7
País	1	5,6
Total	**24**	**133,3**

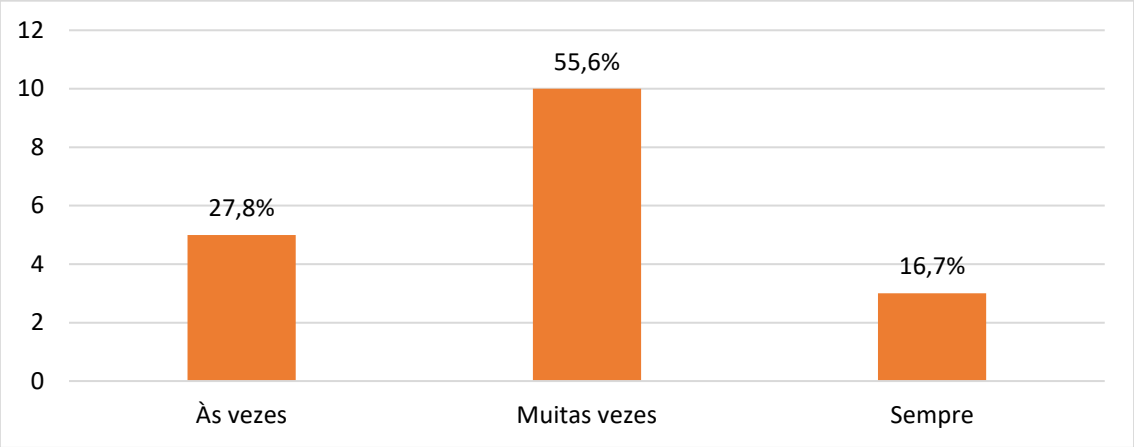
Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas. A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

Outra das questões que nos permite caracterizar a intensidade da rede diz respeito à interação entre parceiros. Colocámos a pergunta sob a forma de escala, de 1 a 5, em que 1 correspondia a 'nunca' e 5 a 'sempre'.

A maioria das respostas indica-nos que a interação entre a IPSS e os seus parceiros ocorre 'muitas vezes', o que, por si só, já indicia uma forte interação. Se juntarmos as 3 respostas que apontam para uma interação constante, esta ilação adquire contornos mais salientes. Algo que podemos confirmar pela média de 3,89, próxima do penúltimo

nível da escala proposta. Podemos ler pelos mesmos dados, no entanto, que existe algum espaço de melhoria, no sentido de tornar a rede ainda mais intensa (gráfico 11).

Gráfico 11 – Frequência da interação das IPSS com os seus parceiros (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

No que toca ao âmbito da interação entre as IPSS e os seus parceiros, a tendência acompanha as respostas já observadas a propósito do âmbito de intervenção, indicando que existe uma forte interação no seio da RSST, que se sobrepõe à vertente externa (tabela 8). Mas tal não nos inibe de afirmar que o trabalho em rede de algumas destas organizações de Santo Tirso se desenvolve para além das fronteiras do concelho, reforçando, assim, a sua intensidade ou amplitude, que se alarga.

Tabela 8 – Âmbito da interação entre as IPSS e os seus parceiros (N=18)

Âmbito	**N**	**% de casos**
Interação integrada na RS	17	94,4
Interação fora da RS	6	33,3
Total	**23**	**127,8**

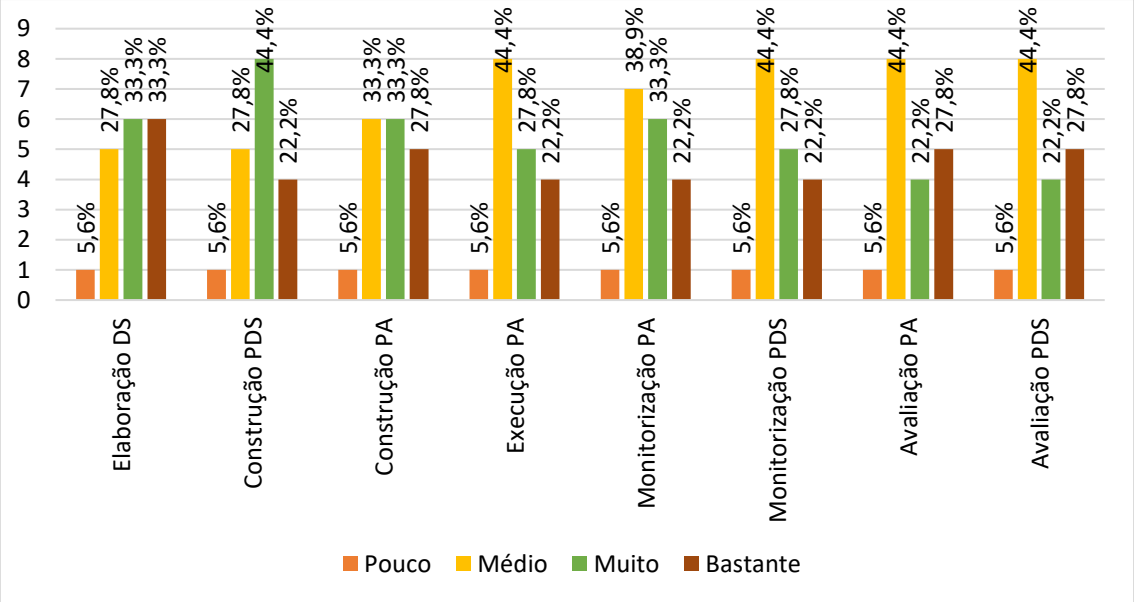
Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas. A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

Ainda no que respeita à intensidade da rede, pela leitura do gráfico 12 conseguimos aferir uma grande participação nos documentos de diagnóstico e planeamento (designadamente o DS, o PDS, os PA e os relatórios de monitorização e avaliação),

fundamental para que a RS seja operacionalizada e cumpra os seus objetivos. É o que podemos constatar com a quase totalidade das IPSS inquiridas, já que apenas 1 refere participar em pouca medida.

Mas uma leitura mais atenta e transversal a todos os fatores em análise leva-nos a concluir que a participação é maior na fase de diagnóstico e planeamento, do que na fase de execução, monitorização e avaliação. As percentagens acumuladas de respostas 'muito' e 'bastante', situadas entre os 61,1 e os 66,6 pontos, no primeiro caso, e entre 50 e os 55,5 pontos, no segundo, traduzem isso mesmo. As mesmas ilações são demonstradas pelas médias obtidas em cada um dos *itens* em análise, que se cifram nos 3,94 no que respeita ao DS e nos 3,83 para o PDS e PA, descendo para os 3,72 e 3,67 nos restantes momentos de participação, dados que devem ser enquadrados numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a 'muito pouco' e 5 a 'bastante'. Este não é, no entanto, um resultado que gere admiração, já que acaba por se encontrar com a evidência resultante da análise documental efetuada ao PA.

Gráfico 12 – Nível de participação das IPSS no DS, PDS, PA e avaliação da RSST (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.

O conhecimento do volume de apoios – financeiros, materiais e logísticos – concedidos às IPSS e a entidades privadas com fins lucrativos, motivou a auscultação das

organizações relativamente à eventual relação entre a sua participação na RSST e o acesso aos apoios recebidos. Os resultados enunciados na tabela 9 mostram que, apesar de a realidade evidenciar a existência de múltiplos apoios, os respondentes não confirmam qualquer dependência de financiamento para o trabalho em rede que desenvolvem. Os dados agora apurados reiteram a análise já elaborada sobre as vantagens do trabalho em rede, pese embora o facto de também termos percebido que o financiamento corresponde a uma das motivações, ainda que secundária, destas organizações.

Tabela 9 – Participação das IPSS na RSST segundo a dependência financeira (N=18)

Tipo de dependência	**N**	**%**
Não depende de financiamento	16	88,9
Financiamento privado	1	5,6
Não sabe/Não responde	1	5,6
Total	**18**	**100,0**

Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento.

Ao longo deste subponto pudemos perceber que existem diferentes níveis de intensidade na RSST, em função dos indicadores analisados. Não obstante, os dados obtidos apontam para uma rede intensa na ótica das relações entre os seus atores e o compromisso assumido na estrutura de parceria, que, como vimos, não depende de qualquer financiamento para a quase totalidade das IPSS. À luz do conhecimento científico já produzido, aquela intensidade variável já seria expectável, com enquadramento no conceito de rede social de autores como Castro (2000) e Alves, Cheta e Martins (2008), que consideram a existência de interconexões e interações entre unidades interligadas por diferentes intensidades.

Ao mesmo tempo, porém, o exemplo da RSST aqui explorado não permite confirmar a tese de Ruivo (2000), segundo a qual as cidades de grande dimensão podem sentir os efeitos de obstáculos como a existência de diferentes grupos-alvo e consequentes intervenções, na operacionalização de parcerias de combate à pobreza e à exclusão social, como é o caso da RS. Ruivo refere-se, em particular, às áreas metropolitanas, precisamente onde está inserido o concelho de Santo Tirso. Todavia, e não sendo este

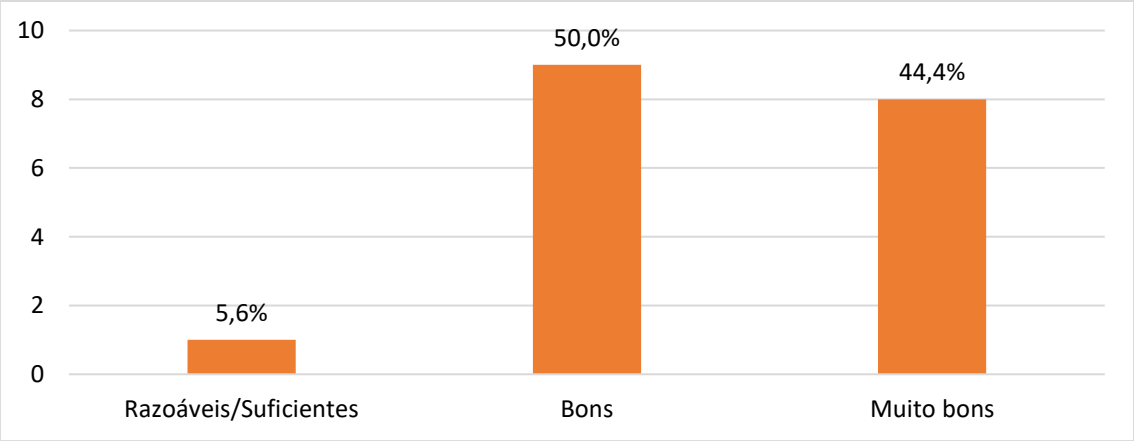
um município de grande dimensão, como sustenta o autor, esta afirmação poderá ser confirmada com estudos de outra dimensão, que teremos oportunidade de sugerir na parte final da presente dissertação.

3.5. Comunicação na rede

Como tivemos oportunidade de equacionar no capítulo 1, um dos aspetos fundamentais das redes sociais diz respeito à comunicação. É, por exemplo, o que defende Mercklé (2004) a propósito do conceito de rede social, ao afirmar que a transmissão de informação constitui uma das suas características. Quisemos saber, por isso, como as IPSS olham para os canais de comunicação da RSST (gráfico 13). Recorremos a uma escala entre 1 e 5 para a respetiva avaliação, em que 1 diz respeito a 'muito maus' e 5 a 'muito bons'.

Com uma média de 4,39, não parece existir grandes dúvidas quanto à qualidade da comunicação, aos olhos daqueles atores sociais. Este valor espelha uma maioria de respostas 'bons', seguida de muito próximo de uma grande parte que considera os canais 'muito bons'. Não existindo respostas negativas, apenas 1 organização é de opinião de que a comunicação é razoável/suficiente.

Gráfico 13 – Classificação dos canais de comunicação da RSST (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.

Estes dados reforçam os resultados da análise documental. Recordamos que durante sete anos um dos canais de comunicação passou pela edição de um BI (CLAS, 2006-2012), uma publicação que deu a conhecer boas práticas de diversos parceiros e alguns dos seus projetos. Durante o tempo em que esteve ativo, o BI permitiu estimular a partilha de informação e de conhecimento, bem distinta do fechamento característico de um modelo de gestão de trabalho em silos. Uma aposta do MST no âmbito da RS, em benefício de uma comunidade mais informada e de uma rede mais oleada.

Acrescem, o *site* do MST, o *e-mail* da RS, as *newsletters* supramunicipais, os grupos temáticos e o grupo de trabalho de técnicos de intervenção social (entre outras formas de comunicar da RSST), que materializam um sistema de informação mais amplo e diversificado, enquanto mecanismo facilitador da comunicação entre parceiros, em prol de um objetivo comum. Estamos perante aquilo que Coleman (1988) designa de uma base para a ação enquanto forma de capital social, subjacente às relações sociais.

3.6. Impacto da rede

Na parte do questionário dedicada ao impacto da RS, começámos por perguntar se as IPSS consideram que aquela estrutura de parceria exerce alguma influência no seu trabalho. As respostas seguem uma tendência próxima da unanimidade, com 16 organizações (88,9%) a responderem afirmativamente.

De forma a aprofundarmos um pouco mais a perspetiva das IPSS sobre o trabalho em rede, quisemos ainda apurar os resultados que daí advêm. Entre o leque de opções disponibilizadas numa questão de resposta múltipla (cf. Anexo 1), observa-se uma separação clara entre as principais respostas e as que obtiveram menor frequência (tabela 10). Com efeito, a maior incidência está nas respostas que dizem respeito à vertente prática. É o que acontece com o aumento do conhecimento da intervenção, com a aplicação de boas práticas e com o desenvolvimento de projetos em conjunto, todos encarados como principais resultados do trabalho em rede.

A confiança nas entidades parceiras pode também ser encarada como um dos principais resultados. Embora tenhamos visto que esta mesma confiança não se afigura uma

vantagem para as IPSS respondentes (numa questão em que apenas podiam selecionar uma resposta), os números expostos na tabela 10 vão ao encontro da premissa identificada por Ferrão (2010) – a propósito da governança territorial –, ao afirmar que a confiança mútua é o reflexo da cooperação entre os atores sociais. Um conceito também abordado por Putnam (2000), que sustenta que a confiança que resulta das relações entre indivíduos no âmbito das redes sociais é um elemento central na participação cívica. De resto, como também pudemos atestar, já Durkheim ([1893] 1999) nos falava em relações de confiança associadas à solidariedade orgânica, numa lógica de cooperação e reciprocidade entre indivíduos e profissões.

Tabela 10 – Principais resultados do trabalho em rede (N=18)

	N	% de casos
Maior conhecimento da intervenção	14	77,8
Aplicação de boas práticas instaladas	14	77,8
Desenvolvimento de projetos em conjunto com outros parceiros	14	77,8
Confiança nas entidades parceiras	9	50,0
Obtenção de mais financiamento/apoio público	2	11,1
Aumento do capital humano	1	5,6
Total	**54**	**300,1**

Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: Aos inquiridos foi colocada uma questão de escolha múltipla, em que podiam identificar mais do que uma opção de resposta. A percentagem de casos diz respeito, por isso, ao número de respondentes, e não ao número de respostas dadas.

No que concerne ao impacto da RS junto das IPSS, da comunidade e do público-alvo, as opiniões revelam alguma variabilidade, mas com um sentido tendencial – o do impacto elevado. Propusemos que os inquiridos se posicionassem numa escala de 1 a 5, em que 1 correspondia a 'muito pouco' e 5 a 'bastante'.

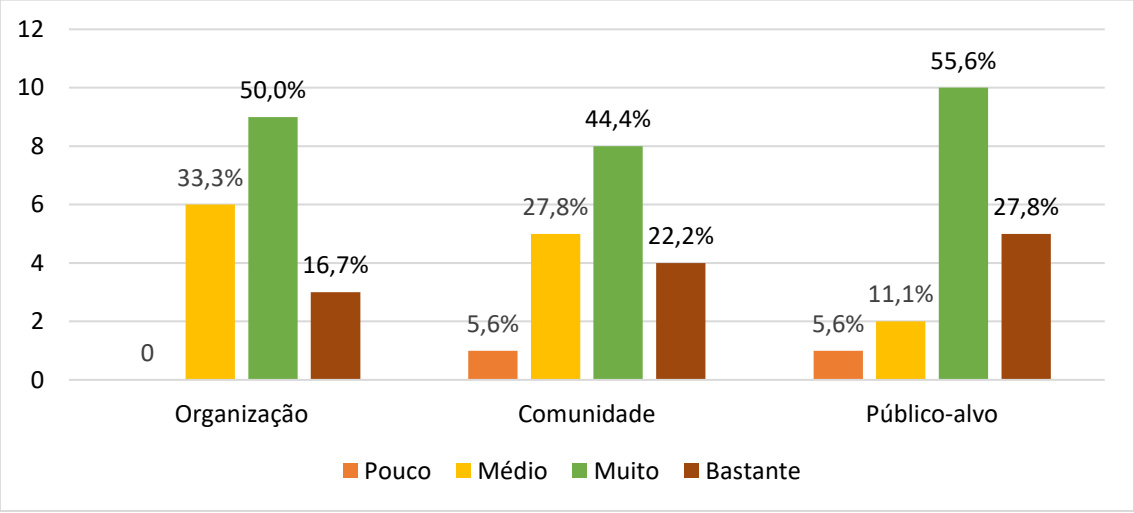
Pela leitura do gráfico 14 e começando pelas IPSS, não deixa de ser interessante constatar que nenhuma resposta aponta para um impacto reduzido, na medida em que vimos em cima que duas organizações consideram que a RS não exerce qualquer influência no seu trabalho. Entre as respostas obtidas, metade dos inquiridos considera que a RS tem muito impacto na sua organização, embora apenas 3 tenham apontado o valor máximo da escala proposta. Parece-nos de referir, ainda, que um terço das IPSS se posiciona de uma forma mais ou menos neutra, ao referir que o impacto da RS é médio.

Estes resultados traduzem uma média de 3,83, demonstrando um nível relativamente alto de impacto percebido.

O mesmo valor médio serve para caracterizar o impacto na comunidade (freguesia/concelho), com uma distribuição de respostas um pouco mais variada. Maioritariamente, é considerado que o impacto é 'muito', e embora em termos acumulados estejamos perante um cenário em que dois terços apontam para 'muito' ou 'bastante', é igualmente verdade que do lado quase oposto estão os que referem um impacto 'médio' e o que considera mesmo ser 'pouco' o impacto da RS na comunidade.

Finalmente, quanto ao público-alvo, uma grande percentagem acumulada (83,4%) considera ser 'muito', ou 'bastante', o impacto da RS. Dados demonstrativos, portanto, da influência que esta estrutura de parceria exerce em prol das pessoas com quem, e para quem, trabalham. Embora haja quem considere que o impacto é 'pouco', não nos parece ser algo de relevar, tendo em conta as percentagens elevadas que acabámos de referir e a média obtida de 4,06, que ultrapassa já o penúltimo nível da escala proposta, sendo um pouco superior às outras duas unidades em análise.

Gráfico 14 – Impacto da RS (N=18)



Fonte: Resultados do inquérito por questionário administrado às IPSS de Santo Tirso, junho de 2026.
Nota: A discrepância entre os parciais percentuais e o respetivo somatório está relacionada com questões de arredondamento dos resultados emitidos pelo SPSS.

A última questão que colocámos no âmbito das questões relacionadas com o impacto da RS prende-se com a sua identidade. Os resultados são muito claros – praticamente

todas as IPSS (17 – 94,4%) dizem que se identificam com a RS, sem prejuízo das diferentes representações efetuadas em torno do seu impacto e da sua influência. Recordamos, todavia, que esta identidade nem sempre teve a mesma representação, conforme pudemos já referir a propósito da chamada de parceiros para as reuniões da RS ao longo dos anos, ao mesmo tempo que está relacionada toda a metodologia operativa da RSST, como enunciámos no final do capítulo anterior.

Em jeito de síntese, e pela leitura dos dados enunciados, as IPSS de Santo Tirso sugerem uma rede com um alto impacto no respetivo ecossistema, seja do ponto de vista organizacional, seja no que concerne às pessoas que dela podem beneficiar, ora o público-alvo, ora a comunidade como um todo. Uma abordagem próxima da perspetiva de Putnam (2000), que olha para as redes numa lógica de benefício mútuo, em que todos podem beneficiar do trabalho desenvolvido, como, aliás, já tínhamos atestado a propósito das motivações para o trabalho em rede.

Considerações finais e pistas de investigação futura

Partimos para esta investigação com o propósito de percebermos até que ponto o trabalho desenvolvido pelas IPSS de Santo Tirso configura uma lógica de rede e se esse *modus operandi* está relacionado com a criação do PRS e a sua instalação e estabilização no concelho. O recurso à triangulação de técnicas de recolha e tratamento de informação e os seus resultados motivam-nos a responder de modo afirmativo.

De entre toda a informação apurada, para atestá-lo podemos realçar o facto de todas as IPSS respondentes (num total de 18) adotarem um modelo de gestão do trabalho em rede, como ilustrou a participação em grupos de trabalho da RS e até fora dela. Acresce que uma boa parte (58,3% das respostas válidas) manifesta ter iniciado esse trabalho com o surgimento do PRS, atestando que antes da RS a gestão do trabalho assentava muito mais numa lógica de silos e menos nas sinergias que hoje em dia são observadas.

Contudo, não devemos descurar o facto de 3 IPSS não terem respondido ao questionário, por não terem um papel ativo nos vários momentos de parceria da RSST. Tal significa, apesar da resposta à pergunta de partida dada no primeiro parágrafo, que existe ainda um trabalho de solidificação da rede por efetuar, que passa, desde logo, por chamar a si estas entidades, a exemplo do que acontece com as demais IPSS.

Na senda desta conclusão, e em relação ao primeiro dos quatro objetivos específicos que propusemos, percebemos que o trabalho em rede no concelho de Santo Tirso tem sido objeto de evolução, quer pela envolvência da totalidade das IPSS que colaboraram no estudo, quer pelo crescendo observado. Algo que está bem patente na criação de grupos de trabalho temáticos ou na forte presença daquelas organizações em todos os fóruns em que estão envolvidas, tal como na elaboração de toda a documentação de suporte, desde o diagnóstico à avaliação dos planos de ação, como pudemos destacar pela análise documental. A opinião manifestada e que indica, quase por unanimidade (94,1%), uma rede melhor do que no passado, fortalece esta perspetiva.

Apesar da evolução observada sob o ponto de vista da gestão do trabalho, não estamos em condições de confirmar a primeira hipótese que levantámos, segundo a qual a rede de parceiros das IPSS ultrapassa a configuração organizacional do CLAS, contemplando

outras entidades que não integram aquele órgão da RS. Efetivamente, a maior parte faz alusão apenas a parceiros concelhios e à pertença a grupos de trabalho locais e integrados na RSST. Só um número reduzido de organizações aponta para o desenvolvimento de parcerias externas ao concelho de Santo Tirso e ao CLAS.

A participação das IPSS na RSST tem a montante um conjunto de motivações que importa destacar e que nos remetem para o nosso segundo objetivo específico. Reportamo-nos ao acesso ao conhecimento e a novas formas de intervir e comunicar, mas também ao acesso a apoios financeiros para a sustentabilidade das respostas proporcionadas à comunidade. Vale a pena recordar, conforme refere Ribeiro (2023), que as IPSS têm um papel fundamental na proteção social que compete ao Estado, sobretudo desde 1974, motivo pelo qual a sua sustentabilidade assume um carácter decisivo para as populações mais vulneráveis.

A jusante, estes aspetos coincidem com os resultados elencados para o trabalho em rede e que se focam muito no conhecimento adquirido em prol do desenvolvimento de projetos comuns. A este respeito, não podemos deixar de integrar o trabalho em rede das IPSS no quadro do PRS enquanto política social, que agrega um sistema cliente (população) e um sistema interventor (Estado e vários atores); uma política social integrada numa política pública assente no desenvolvimento do capital humano e social e de um conjunto de políticas transversais (Carmo, 2011).

Quanto ao terceiro objetivo específico, relacionado com a intensidade da rede e a eventual dependência de apoios financeiros, podemos fazer referência a alguns dos resultados apurados através do questionário.

Assim, estamos na presença de uma rede com uma forte intensidade, assente, sobretudo, em parcerias internas ao concelho de Santo Tirso e em muito bons canais de comunicação, que desencadeiam uma forte interação entre as IPSS e os seus parceiros, na linha do conceito de solidariedade orgânica de Durkheim ([1893] 1999). Observa-se uma forte participação das IPSS em todos os momentos do ciclo de planeamento social, ainda que no âmbito da sua execução tenham vindo a perder peso ao longo do tempo.

Esta é, ao mesmo tempo, uma rede de parceiros cujo desenvolvimento não depende do acesso a qualquer tipo de financiamento (referido por 88,9% dos casos). Da mesma forma, apenas 11,1% dos casos o apontam como resultado, sem figurar entre as vantagens apontadas para o trabalho em rede. No entanto, esse mesmo financiamento constitui um fator motivacional (por exemplo, 72% dos casos apontam o financiamento municipal, havendo ainda espaço para a referência aos apoios monetários das juntas de freguesia e da União Europeia). Uma motivação, aliás, que chegou a ter expressão nas atividades das IPSS divulgadas no BI da RSST, entre os anos de 2006 e 2012.

A verificação desta última parte relacionada com o terceiro objetivo, leva-nos a afirmar que não se confirma a segunda hipótese que colocámos, segundo a qual a adoção de um modelo de gestão de trabalho em rede por parte das IPSS depende de acesso a financiamento público, mas não deixa de ser interessante constatar a honestidade de que o mesmo se prefigura como fator motivacional.

Quanto ao impacto da RS, algo que configurou também parte da nossa curiosidade científica ao definirmos o quarto e último objetivo específico, percebemos que existe espaço de melhoria, sobretudo quando está em causa o impacto na própria organização e na comunidade. Não obstante, importa sublinhar o que dissemos há pouco: 94,1% das IPSS considera que o trabalho em rede melhorou. Concretamente, e com uma avaliação média superior, o público-alvo das IPSS parece ser quem mais beneficia com o trabalho em rede, em correspondência com as vantagens e resultados percebidos, muito ligados ao conhecimento adquirido e ao desenvolvimento de projetos comuns, colocados em benefício das pessoas para quem trabalham.

Parece-nos inegável que com a RS passou a existir um trabalho síncrono entre as IPSS – como evidencia a forte interação entre parceiros (72,3% fazem-no 'muitas vezes' ou 'sempre') –, confirmando-se, em parte, a nossa terceira hipótese teórica: o PRS introduziu, definitivamente, uma metodologia de trabalho em rede. Não nos parece que possamos afirmar, contudo, que esse modelo de gestão em rede tenha substituído, na íntegra, o desempenho de um trabalho sob a forma de silos. Aliás, a coexistência de ambos, que alguns dados parecem evidenciar – como é o caso das motivações e benefícios apontados –, é, em nossa opinião, algo que pode configurar uma mais-valia

para os resultados desejados, mormente no que ao serviço prestado à comunidade e ao público-alvo diz respeito.

Ainda assim, a confirmação parcial desta hipótese acaba por espelhar um alinhamento das IPSS de Santo Tirso com o conceito de sociedade em rede sustentado por Castells (2011). Paralelamente, foram revelados bons indícios de um trabalho persistente, que colmata os estrangulamentos da RSST identificados por Guerra e Santos (2004), como era o caso da ausência de uma cultura de participação e concertação entre parceiros. A aposta nos grupos de trabalho como alternativa às CSF é disso um bom exemplo.

De forma sistematizada, e tendo por base as ilações retiradas dos resultados obtidos com a nossa investigação, pensamos ser importante destacar o facto de a RSST ter sofrido uma evolução ao longo dos anos, congregando um conjunto de elementos que lhe permite agir na comunidade com maior eficácia e em prol de objetivos comuns. Tal equivale a dizer que estamos perante uma rede de confiança e reciprocidade generalizada, que foi construindo o seu próprio capital social (Correia, 2007). Um conjunto de elementos que podemos considerar essencial para a finalidade da criação do PRS, tal como para o desempenho das próprias organizações (Ribeiro, 2023).

Tivemos oportunidade de referir que o universo do nosso estudo se revelou insuficiente para levar a cabo uma análise estatística mais robusta, não só do ponto de vista descritivo, mas também pela impossibilidade de realização de testes inferenciais, capazes de extrapolar os resultados obtidos. Motivo que, aliás, nos impeliu a referir que a confiança manifestada nestes mesmos resultados carece de validação estatística.

Neste sentido, deixamos essa possibilidade em aberto, através de uma abordagem a outras unidades territoriais e respetivas redes, que permita explorar, de modo mais profundo, algumas das variáveis colocadas em análise. Seria interessante abrir a pesquisa empírica a novos indicadores, que alarguem a ambição do objeto de estudo e permitam limar algumas contradições que pudemos descrever, possivelmente relacionadas com as limitações do nosso estudo do ponto de vista epistemológico, pese embora todos os esforços levados a cabo para as contornar.

O presente trabalho não pode deixar de ser posicionado numa linha de evolução académica. Conscientes de que o objeto de estudo e a dimensão do respetivo universo não nos permitiam ter a pretensão de generalizar os resultados para outras redes do nosso país, o seu âmbito e a sua duração acabam também por limitar as opções relacionadas com a literatura científica, o alcance de objetivos e até o desenho metodológico. Um trabalho de maior amplitude pode ajudar no esclarecimento de algumas questões que ficam por decifrar, ao poderem ser exploradas as opiniões dos intervenientes de uma rede de parceiros – IPSS ou outras entidades –, pela via de entrevistas semiestruturadas, cujo investimento temporal não se afigurava viável, em conjugação com as técnicas aplicadas na presente dissertação.

Para ilustrarmos aquilo a que nos referimos, era interessante perceber, por exemplo, se a alteração das responsabilidades que observámos nos PA da RSST só está relacionada com a ausência de financiamento e mudança de paradigma ou se existem outros fatores, como, por exemplo, a incapacidade, por falta de recursos, de assumirem um papel mais ativo na RS. E se a sua participação mais passiva tem subjacente a necessidade de pertencer à rede para obtenção das vantagens apontadas, não existindo uma motivação verdadeiramente intrínseca na estrutura de parceria. Aspetos que nos parecem mais facilmente objeto de exploração através da entrevista, do que pela via do questionário.

Como vimos, Marques e Ferraz (2015) permitiram-nos ter acesso ao conhecimento de realidades internacionais suscetíveis de enquadramento no contexto português. Por conseguinte, também uma análise mais fina da literatura científica disponível a este respeito poderá resultar em conclusões interessantes e que, porventura, permitirão caracterizar melhor o modelo português de trabalho em rede na cena internacional, apurando os méritos das várias formas de gestão organizacional de diferentes contextos e contribuindo, por essa via, para políticas públicas do foro social mais eficientes.

Em suma, estamos perante um objeto de estudo que nos abre janelas de oportunidade para enriquecermos o conhecimento científico que sobre si pode ser estruturado. Nada que não tenhamos antecipado ao citarmos Vieira et al. (2025), que nos recorda que temos ainda um longo caminho pela frente no estudo das redes entre organizações da sociedade civil.

Referências Bibliográficas

ADAM, Frane; RONCEVIC, Borut – Social Capital: Recent Debates and Research Trends. In **Social Science Information**. Vol. 42, 2003, p. 155-183. DOI: 10.1177/0539018403042002001.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira – **A investigação nas ciências sociais**. 5.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995. ISBN 972-23-1231-6.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira – Da teoria à investigação empírica. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) – **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986, p. 55-78.

ALVES, João Emílio; CHETA, Rita; MARTINS, Alexandre Cotovio – Programa Rede Social em Portugal. Projectos e dinâmicas locais nas áreas do emprego e da formação. In **VI Congresso Português de Sociologia**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008. [Consult. 27 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/329.pdf>.

AMOR, Teresa (coord.) – **Avaliação do Programa Rede Social. Relatório Síntese**. Lisboa: Instituto da Segurança Social, 2005.

ARON, Raymond – **As etapas do pensamento sociológico**. 5.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. ISBN 972-20-0922-2.

BOURDIEU, Pierre – The Forms of Capital. In RICHARDSON, J. G. (ed.) – **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986, p. 241-258. [Consult. 17 fev. 2026]. Disponível na Internet <https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog_49109/objava_66782/fajlovi/Bourdieu%20The%20Forms%20of%20Capital%20_1_.pdf>.

BRASS, Daniel J. [et al.] – Taking Stock of Networks and Organizations: A Multilevel Perspective. In **The Academy of Management Journal**. Vol. 47, n.º 6, 2004, p. 795-817. DOI 10.2307/20159624.

CARMO, Hermano. **Teoria da política social: Um olhar da ciência política**. Lisboa: ISCSP, 2011. ISBN 978-989-646-074-7.

CASTELLS, Manuel – **A sociedade em rede**. 4.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. ISBN 978-972-31-1411-9.

CASTELLS, Manuel – **L'Ère de l'Information (II vol.). Le Pouvoir de l'Identité**. Paris: Fayard, 1999a. ISBN 2-213-60335-9.

CASTELLS, Manuel – **L'Ère de l'Information (III vol.). Fin de Millénaire**. Paris: Fayard, 1999b. ISBN 2-213-60336-7.

CASTELLS, Manuel – **L'Ère de l'Information (I vol.). La Société en Réseaux**. Paris: Fayard, 1998. ISBN 2-213-60041-4.

CASTRO, José Luís (coord.) – **Rede Social. Desafios e experiências de um programa estruturante**. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I. P., 2009.

CASTRO, José Luís – **Rede Social.** Coleção Módulos PROFISS. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 2000. ISBN 972-8559-60-7.

CHAMUSCA, P. – Novos desafios e objetivos de governação territorial: discutindo a reorganização do Estado e a conceptualização da governança como modelo de gestão dos territórios. In **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, N.º 4, 2013, pp. 31-55. ISSN 2182-1267.

CLAS – Conselho Local de Ação Social – **Atas das sessões plenárias do CLAS**. N.º 1 a 39. Edição em papel. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social, 2002-2025.

CLAS – **Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Vulnerabilidades e Recursos Sociais**. Versão 1.0 a 2.1. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social, 2014-2024.

CLAS – **Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Recortes sociodemográficos**. Versão 2.0. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social, 2024a.

CLAS – **Plano de Desenvolvimento Social 2024-2030.** Versão 7.1. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social, 2024b.

CLAS – **Boletim informativo**. N.º 1 a 24. Edição em papel. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social, 2006-2012.

COLEMAN, James – **Foundations of social theory**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990. ISBN 0-674-31226-0.

COLEMAN, James – Social Capital in the Creation of Human Capital. In **American Journal of Sociology**. Vol. 94. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, 1988, p. S95-S120.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril 1976**. [Consult. 16 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis>.

CORREIA, Sofia – **Capital social e comunidade cívica, o círculo virtuoso da cidadania**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007. ISBN 978-972-8726-93-5.

DECRETO-LEI n.º 115/2006. **D.R. Série I-A. 114** (2006-06-14) p. 4276-4282.

DURKHEIM, Émile – **Da Divisão do Trabalho Social**. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1893]. ISBN 85-336-1022-X.

DURKHEIM, Émile – **A Ciência Social e a Ação**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1970. ISBN 3513161721433.

ECO, Umberto – **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 7.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 972-23-1351-7.

FERRÃO, João – Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. In: **Prospectiva e planeamento**. Vol. 17, 2010, p. 129-139. ISSN 0873-4410.

FERREIRA, Fernando Ilídio – Uma análise crítica das políticas de parceria: a metáfora da rede. In **V Congresso Português de Sociologia**. Braga: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. [Consult. 28 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://associacaoportuguesasociologia.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616dc46a60d3_1.pdf>.

FERREIRA, Virgínia – O inquérito por questionário. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) – **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986, p. 165-196.

FIGUEIRA, Larissa Fonseca – Paradigmas da Investigação. In **Blogue de Metodologia de Investigação I – IE.ULisboa**, 2019. [Consult. 13. jun. 2026] Disponível na Internet <https://ulisboa.school.blog/2019/11/27/paradigmas-da-investigacao/>.

FULCHER, James; SCOTT, John – **Sociology**. 3.ª ed. New York: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0199285006.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin – **O inquérito – Teoria e prática**. 3.ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1997. ISBN 972-8027-70-2.

GIDDENS, Anthony – **Sociologia**. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. ISBN 972-31-0758-9.

GIDDENS, Anthony – **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994. ISBN 972-23-1754-7.

GODINHO, Rui; HENRIQUES, José Manuel (coord.) – **Projeto rede em prática. Relatório final da avaliação do programa Rede Social 2010-2012**. [s.l.]: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, [s.d.].

GUERRA, Paula; SANTOS, Rui – Desafios da intervenção sociológica em prol da inclusão social. In **V Congresso Português de Sociologia**. Braga: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. [Consult. 28 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://associacaoportuguesasociologia.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616de5404fde_1.pdf>.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew – **Investigação por questionário**. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2000. ISBN 972-618-223-9.

IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social – **Programa Rede Social**. Lisboa: SOARTES – artes gráficas lda, 2001a.

IDS – **Rede Social. Relatório de Execução do Programa Piloto**. Lisboa: Fernandes e Terceiro, Lda., 2001b.

LIN, Nan – **Social Capital. A theory of social structure and action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. ISBN 978-0-521-52167-3.

LOPES, Alexandra; PARENTE, Cristina; MARCOS, Vanessa – Entre o Estado e o Terceiro Setor: modos de regulação. O Terceiro Setor português em foco. In PARENTE, Cristina (coord.) – **Empreendedorismo Social em Portugal**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 75-101. ISBN 978-989-8648-16-7.

MARQUES, Rui; FERRAZ, David (orgs.) – **Governação Integrada e Administração Pública**. Lisboa: INA Editora, 2015. ISBN 978-989-8096-53-1.

MERCKLÉ, Pierre – **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: Éd. La Découverte, coll. Repères, 2004.

MST – Município de Santo Tirso – **CLAS**. [Consult. 27 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://www.cm-stirso.pt/servicos/areas-de-intervencao/acao-social/rede-social/clas>.

MST – Município de Santo Tirso – **Município**. [Consult. 21 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://www.cm-stirso.pt/institucional/municipio>.

NE – Núcleo Executivo – **Atas das reuniões do NE**. N.º 1 a 74. Edição em papel. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Núcleo Executivo, 2002-2025.

PEREIRINHA, José António – **Política Social**. Lisboa: Universidade Aberta, 2018. ISBN 978-972-674-817-5.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes – **Análise de dados para as Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS**. 6.ª ed., 2014. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN:978-972-618-775-2.

PORTES, Alejandro – Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. In **Annual Review of Sociology**. Vol. 24, 1998, p. 1-24. ISBN 03600572.

PORTUGAL, Sílvia – Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES,** n. 271. 2007. [Consult. 23 dez. 2025]. Disponível na Internet <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>.

PUTNAM, Robert D. – **Bowling alone. The collapse and revival of american community**. New York: Simon & Schuster, 2000. ISBN 0-684-83283-6.

QUANDT, Carlos Olavo – Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. In **RAI – Revista de Administração e Inovação**. Vol. 9, 2012, p. 141-166. ISSN 1809-2039.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 1.ª ed. Lisboa: Gradiva, 1992. ISBN 972-662-275-1.

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS n.º 197/97. **D.R. Série I-B. 267** (1997-11-18) p. 6253-6255.

RIBEIRO, Ana Cláudia Dias – **Política social e governação integrada: o Programa Rede Social**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2023. Tese de Doutoramento.

RODRIGUES, Eduardo – As Autarquias e a Rede Social. In **Atas do 3.º Encontro Nacional da Rede Social**. Santarém: Instituto da Segurança Social, 2006.

RODRIGUES, Fernanda – **Acção social na área da exclusão social**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003. ISBN 972-674-390-7.

RUIVO, Fernando – **Poder local e exclusão social**. 1.ª ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2000. ISBN 972-8535-09-0.

SALAMON, Lester M. [et al.] – **Global Civil Society: dimensions of the Nonprofict Sector**. Baltimore: Center for Civil Society Studies, 1999. ISBN 1-886333-42-4.

SANTOS, Rui Filipe Dias dos – **A diversidade da pobreza na cidade da Maia. O confronto das representações sociais e práticas institucionais no combate à pobreza e à exclusão social: o caso do Bairro do Sobreiro**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Seminário de investigação da Licenciatura em Sociologia.

SLUZKI, Carlos, E. – **La Rede Social: Frontera de la Prática Sistémica**. Barcelona: Gédisa, 1996. ISBN 84-7432-589-7.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. – The democratic anchorage of governance networks. In **Scandinavian political studies**. Vol. 28, n.º 3, 2005, p. 195-218. ISSN 0080–6757.

SZYMAN, Paweł; BARBUCHA, Dariusz – Exploring weighted organizational social networks: community detection case studies. In **Procedia Computer Science**. Vol. 246, 2024, p. 4401-4410. ISSN 1877-0509.

TEIXEIRA, Enise Barth; GRZYBOVSKI, Denize; BEBER, Marlise Costa – Cooperação e Aprendizagem Organizacional em Organizações Sociais Estruturadas em Redes de Cooperação: o Caso da Rede Integração Social. In **Redes**. Vol. 14, n.º 2, 2009, p. 134-157. DOI: 10.17058/redes.v14i2.941.

TENÓRIO, F. G. – **Gestão de ONGs: Principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. ISBN 978-85-225-0223-3.

TRAVAGLINI, Claudio – The generation and re-generation of social capital and enterprises in multi-stakeholders social cooperative enterprises: a system dynamic approach. In **Revista de Administração**. Vol. 47, 2012, p. 436-445. ISSN 0080-2107.

VIEIRA, Naldeir dos Santos [et al.] – A articulação de redes interorganizacionais por organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) do Estado de Minas Gerais. **XXVIII Seminários em Administração**. 2025. [Consult. 14 jan. 2026]. Disponível na Internet <https://login.semead.com.br/28semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1046>.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz; PARENTE, Cristina – Desenvolvimento de competências e de inovações sociais em organizações sem fins lucrativos brasileiras e portuguesas. In BARBOSA, Allan Claudius Queiroz; PARENTE, Cristina (orgs.) – **Sociologia, Gestão e Economia. Diálogos transversais entre Brasil e Portugal**. 1.ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 321-353. ISBN 978-85-444-3090-3.

Anexos

Anexo 1 – Inquérito por questionário aplicado às Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santo Tirso

Mestrado em Sociologia

O presente questionário integra a dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, especialização em Desigualdades e Intervenção Social.

O objeto de estudo prende-se com uma abordagem à configuração do trabalho em rede das IPSS do concelho de Santo Tirso.

Pretendemos apurar em que medida o Programa Rede Social alterou as dinâmicas de trabalho daquelas organizações e impôs a configuração em rede como modelo de organização.

O preenchimento é anónimo e confidencial.

Os dados recolhidos serão tratados exclusivamente para fins académicos.

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração.

O tempo estimado de preenchimento é de 10 minutos.

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1
Caracterização do trabalho em rede

1. A sua organização trabalha ou trabalhou em rede? *

- ◯ Sim
- ◯ Não (Passe para a PARTE 5)
- ◯ Não sabe/Não responde (Passe para a PARTE 5)

2. O desenvolvimento do trabalho em rede data da mesma altura do Programa Rede Social ou já existia antes?

- ◯ Surge na mesma altura do Programa Rede Social
- ◯ Já existia antes
- ◯ Não sabe/Não responde

3. Identifique os parceiros que compõem a rede (pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Junta de freguesia do concelho sede
- ☐ Câmara municipal do concelho sede
- ☐ Câmara municipal de outros concelhos
- ☐ Área Metropolitana do Porto
- ☐ IPSS ou ONG do concelho sede com o mesmo âmbito de intervenção
- ☐ IPSS ou ONG do concelho sede com outro âmbito de intervenção
- ☐ Grupos sociocaritativos/Conferências vicentinas
- ☐ Grupos de voluntariado
- ☐ Entidades privadas com fins lucrativos com o mesmo âmbito de intervenção
- ☐ Entidades privadas com fins lucrativos com outro âmbito de intervenção
- ☐ Entidades financiadoras de fundos públicos
- ☐ Entidades financiadoras de fundos privados
- ☐ Mecenas
- ☐ Outra:

4. A sua organização participa em grupos de trabalho?

- ◯ Sim
- ◯ Não (Passe para a pergunta 6)
- ◯ Não sabe/Não responde (Passe para a pergunta 6)

5. Identifique os grupos de trabalho em que participa

- ☐ Grupos de trabalho da Rede Social
- ☐ Outros grupos de trabalho fora da Rede Social
- ☐ Não sabe/Não responde

6. A sua organização participa no Diagnóstico Social?

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe/Não responde

7. A sua organização participa no Plano de Desenvolvimento Social?

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe/Não responde

8. A sua organização participa nos Planos de Ação da Rede Social

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe/Não responde

9. Como define o trabalho em rede em Santo Tirso?

- ◯ Está igual ao que era antes do Programa Rede Social
- ◯ Está pior do que era antes do Programa Rede Social
- ◯ Está melhor do que era antes do Programa Rede Social
- ◯ Não sabe/Não responde

PARTE 2
Motivações para o trabalho em rede

10. O que motiva a atuação em rede da sua organização? (pode assinalar mais do que uma opção)

- [ ] Acesso a financiamento/apoio municipal
- [ ] Acesso a financiamento/apoio da junta de freguesia
- [ ] Acesso a financiamento comunitário
- [ ] Acesso a financiamento privado (ex. bancos, comunicação social, empresas, etc.)
- [ ] Acesso a canais de comunicação
- [ ] Potenciar o conhecimento e a inovação
- [ ] Acesso a novas metodologias de intervenção
- [ ] Acesso a maior número de público-alvo
- [ ] Acesso a mais recursos humanos
- [ ] Desenvolvimento de projetos em conjunto
- [ ] Aperfeiçoamento da estrutura organizacional (organograma e estruturas dos cargos/funções)
- [ ] Aperfeiçoamento do modelo de governança
- [ ] Obtenção de credibilidade e legitimidade da comunidade
- [ ] Alargamento do âmbito de intervenção (local, municipal, metropolitano, regional, nacional, internacional)
- [ ] Outra:

11. Na sua opinião, quem pode beneficiar mais do trabalho em rede?

- ◯ A própria instituição
- ◯ Os dirigentes e/ou o pessoal técnico e operacional
- ◯ O público-alvo
- ◯ A comunidade (freguesia/concelho)
- ◯ As entidades parceiras
- ◯ Não sabe/Não responde

12. Qual considera ser a principal vantagem do trabalho em rede?

- ◯ Maior conhecimento da intervenção
- ◯ Aplicação de boas práticas instaladas
- ◯ Aumento do capital humano
- ◯ Confiança nas entidades parceiras
- ◯ Partilha de conhecimento entre pares
- ◯ Obtenção de mais financiamento/apoio público
- ◯ Obtenção de mais financiamento/apoio privado
- ◯ Desenvolvimento de projetos em conjunto com outros parceiros
- ◯ Outra: _____

13. Numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a 'muito pouco' e 5 corresponde a 'bastante', em que medida o trabalho em rede permite obter reconhecimento e legitimidade das seguintes partes interessadas? *

	Muito pouco	Pouco	Médio	Muito	Bastante
Das entidades parceiras	○	○	○	○	○
Do público-alvo	○	○	○	○	○
Da comunidade (freguesia/concelho)	○	○	○	○	○

PARTE 3
Intensidade da rede

14. De que território são provenientes as entidades parceiras da sua organização?

- [ ] Concelho de Santo Tirso
- [ ] AMP
- [ ] Região Norte
- [ ] País
- [ ] Outros países
- [ ] Não sabe/Não responde

15. Numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a 'nunca' e 5 corresponde a 'sempre', com que frequência a sua organização interage com as entidades parceiras? (se responder 'Nunca' passe para a pergunta 17)

	1	2	3	4	5	
Nunca	○	○	○	○	○	Sempre

16. Qual o âmbito da interação entre a sua organização e as entidades parceiras?

- ☐ Integrada na Rede Social
- ☐ Fora da Rede Social
- ☐ Não sabe/Não responde

17. Numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a 'muito maus' e 5 corresponde a 'muito bons', como classifica os canais de comunicação da Rede Social?

	1	2	3	4	5	
Muito maus	○	○	○	○	○	Muito bons

18. Numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a 'muito pouco' e 5 corresponde a 'bastante', identifique em que medida participa: *

	Muito pouco	Pouco	Médio	Muito	Bastante
Na elaboração do diagnóstico social	○	○	○	○	○
Na construção do Plano de Desenvolvimento Social	○	○	○	○	○
Na construção do Plano de Ação	○	○	○	○	○
Na execução do Plano de Ação	○	○	○	○	○
Na monitorização do Plano de Ação	○	○	○	○	○
Na monitorização do Plano de Desenvolvimento Social	○	○	○	○	○
Na avaliação do Plano de Ação	○	○	○	○	○
Na avaliação do Plano de Desenvolvimento Social	○	○	○	○	○

19. A participação na rede por parte da sua organização depende de algum tipo de financiamento?

- [ ] Sim, público
- [ ] Sim, privado
- [ ] Não
- [ ] Não sabe/Não responde

PARTE 4
Impacto da Rede Social

20. Considera que a Rede Social exerce alguma influência no trabalho da sua organização?

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe/Não responde

21. Qual considera ser o resultado do trabalho em rede? (pode escolher mais do que uma opção)

- [ ] Maior conhecimento da intervenção
- [ ] Aplicação de boas práticas instaladas
- [ ] Aumento do capital humano
- [ ] Confiança nas entidades parceiras
- [ ] Obtenção de mais financiamento/apoio público
- [ ] Obtenção de mais financiamento/apoio privado
- [ ] Desenvolvimento de projetos em conjunto com outros parceiros
- [ ] Outra: _____

22. Numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a 'muito pouco' e 5 corresponde a 'bastante', como classifica o impacto da Rede Social: *

	Muito pouco	Pouco	Médio	Muito	Bastante
Na sua organização	○	○	○	○	○
Na comunidade (freguesia/concelho)	○	○	○	○	○
No público-alvo	○	○	○	○	○

23. A sua organização identifica-se com a Rede Social?

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não sabe/Não responde

PARTE 5
Caracterização sociográfica

24. Identifique o seu género

- ○ Feminino
- ○ Masculino
- ○ Prefiro não dizer
- ○ Outra: _____

25. Qual a sua função na organização?

- ◯ Dirigente
- ◯ Diretor técnico
- ◯ Técnico
- ◯ Assistente técnico
- ◯ Assistente operacional
- ◯ Outra: _____

26. Indique o ano da fundação da organização

A sua resposta

27. Qual o âmbito de intervenção da organização?

- ◯ Local (Freguesia)
- ◯ Municipal (Concelho)
- ◯ Metropolitano (AMP)
- ◯ Regional (Norte)
- ◯ Nacional
- ◯ Internacional
- ◯ Não sabe/Não responde

28. Indique o n.º de funcionários da organização

A sua resposta

29. Qual o público-alvo da organização?

- [ ] Crianças e jovens
- [ ] Pessoas idosas
- [ ] Pessoas com deficiência
- [ ] Pessoas com comportamentos aditivos e dependências
- [ ] Pessoas em situação de sem-abrigo
- [ ] População migrante
- [ ] Minorias étnicas
- [ ] Ex-reclusos
- [ ] Voluntários/as
- [ ] Outra: _____

30. Qual(Quais) a(s) valência(s) da organização?

- [ ] Creche
- [ ] Jardim-de-infância
- [ ] Centro de Acolhimento Temporário para menores
- [ ] Apartamento de autonomização
- [ ] Atividades de Tempos Livres
- [ ] Centro de Dia
- [ ] Centro de Noite
- [ ] Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- [ ] Lar de Grandes Dependentes
- [ ] Serviço de Apoio Domiciliário
- [ ] Lar Residencial para Pessoas com Deficiência
- [ ] Residência de Integração Autónoma para pessoas com deficiência
- [ ] Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- [ ] Centro Comunitário
- [ ] Refeitório Social
- [ ] Cantina Social
- [ ] Lavandaria Social
- [ ] Outra: _____